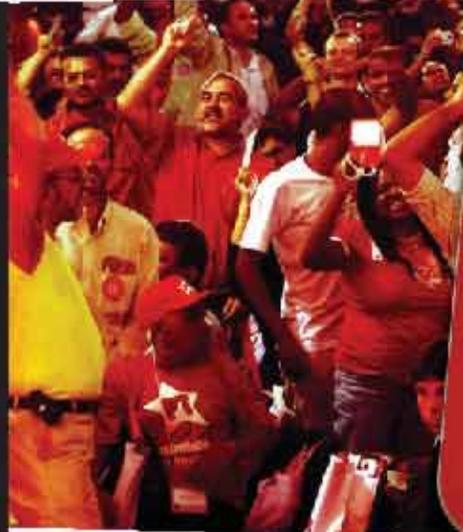


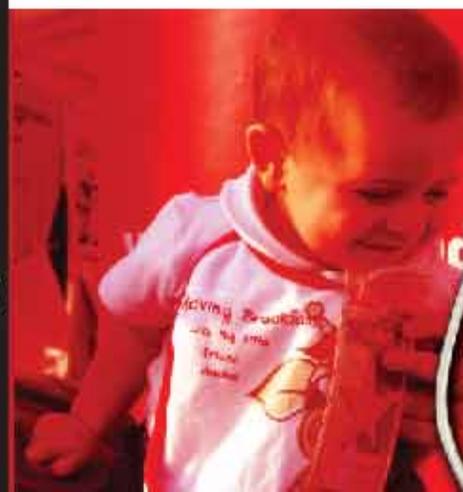


PT – 27 ANOS COM O BRASIL



Resoluções do 3º Congresso do PT

Resoluções do 3º Congresso do PT





**Resoluções do 3º Congresso
Partido dos Trabalhadores
2007**

© Partido dos Trabalhadores  2007

Livro de Resoluções e Moções do 3º Congresso

Presidente

Ricardo Berzoini

Comissão Executiva Nacional

Ricardo Berzoini, Marco Aurélio Garcia, Maria do Rosário, Jilmar Tatto, Joaquim Soriano, Paulo Ferreira, Gleber Naime, Romênio Pereira, Valter Pomar, Marinete Merss, Iriny Lopes, Renato Simões, Neila Batista, Martvs das Chagas, Humberto Costa, Valdemir Garreta, João Batista, Raquel Marques, Rosângela Rigo, Luiz Sérgio e Ideli Salvatti.

Coordenação Nacional do 3º Congresso

Francisco Campos, Gleber Naime, Joaquim Soriano, Romênio Pereira e Valter Pomar.

Edição e revisão: João Paulo Soares, Geraldo Magela Ferreira, Paulo Cangussu André e Cilene Antonioli

Fotografia: Rossana Lana e César Ogata

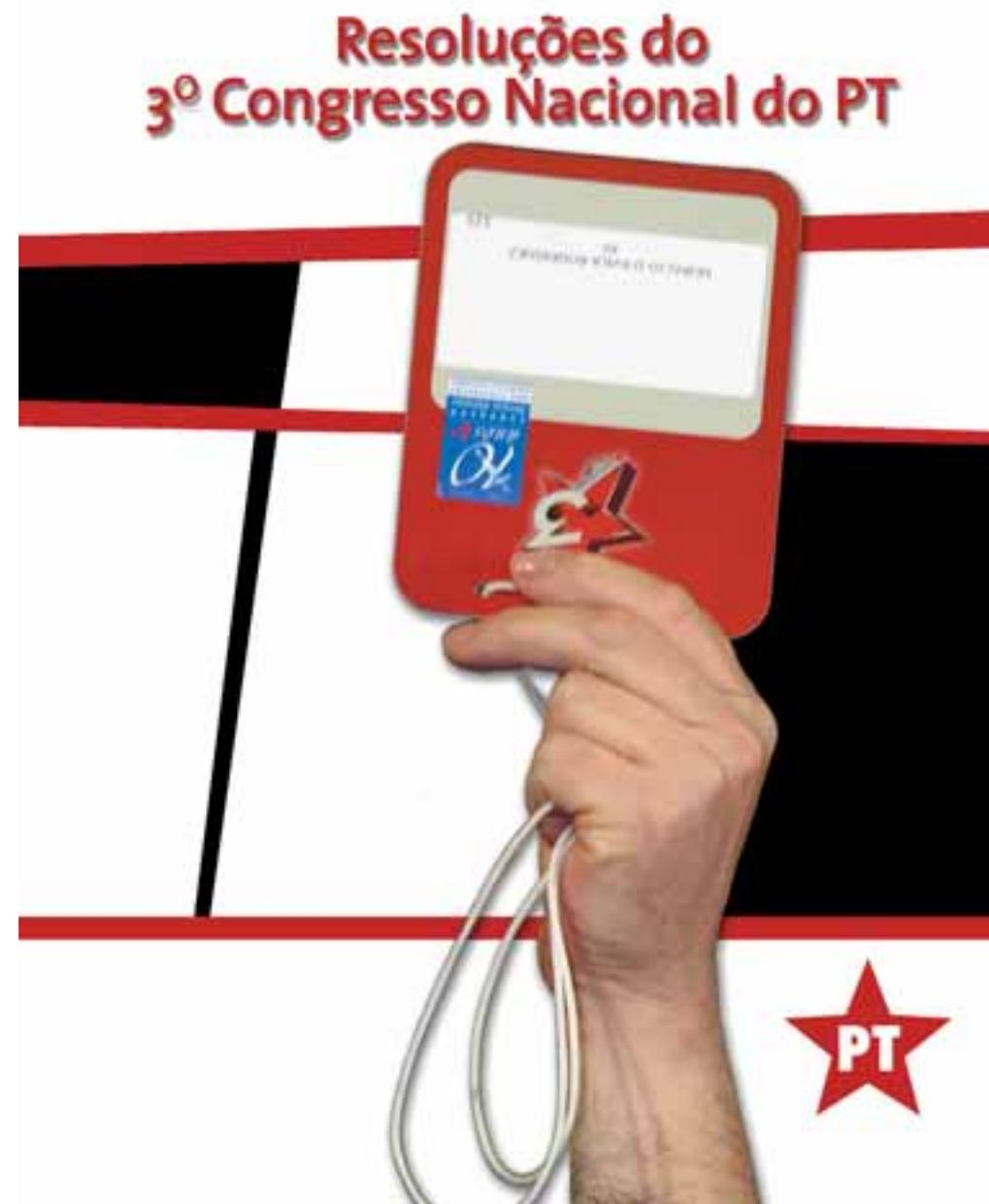
Projeto gráfico, diagramação e edição gráfica: Lavoro C&M

C749r Congresso Nacional do PT (3. : 2007 : São Paulo, SP)
Resoluções do 3º Congresso Partido dos Trabalhadores, 30
de agosto a 2 de setembro de 2007, São Paulo, Brasil. – Porto
Alegre : Partido dos Trabalhadores, 2007.
191 p.: il.

1. Política. 2. Partido Político. 3. Partido dos Trabalhadores
(PT). 4. Brasil. I. Título.

CDU 329.981

Bibliotecária responsável: Laura do Canto Carvalho - CRB10/1215



Sumário

Apresentação	7
O Socialismo Petista	8
Os principais traços do Socialismo	15
Socialismo democrático sustentável	16
Pela superação da opressão de raça, gênero e classe	17
O Socialismo que queremos construir	22
Socialismo e estratégia	24
O Brasil que Queremos	26
O governo Lula	28
Herança maldita	29
Mudança de época	30
Conquistas do primeiro mandato	30
Movimentos sociais	33
Política externa	34
O segundo mandato	34
Tarefas para o período	36
Políticas públicas para a juventude	39
Governabilidade social e federativa	39
Projeto de desenvolvimento nacional	40
Em defesa do governo Lula	42
Reforma política e Constituinte exclusiva	44
Um sistema federal de democracia participativa	46
Eleições municipais 2008	47
Tática eleitoral para 2008 e 2010	49
Direitos humanos	49
Superação da opressão de raça, gênero e classe	55
Comunicação	58
Cultura	61
Educação	64

Reforma agrária	73
Reforma urbana	77
Em defesa do SUS: essa luta é nossa	78
Por um Brasil de mulheres e homens livres e iguais	82
Conferência Nacional do Mundo do Trabalho	82
Plebiscito da Vale do Rio Doce	83
Solicitação à Procuradoria Geral da República	83

PT - Concepção e Funcionamento

Setoriais e os movimentos sociais e populares	90
Juventude	91
Modo petista de governar	92
Formação política	93
Direções partidárias	96
Diretórios zonais	96
Conselhos Fiscais e de Ética	97
Processo de Eleições Diretas	97
Filiações	97
Comunicação	98
Finanças	99
Fundação Perseu Abramo	100
A crise política	103
PED 2007	105
Regulamentação para os encontros do PT	106
Código de Ética	108
Finanças	108
Organização partidária dos Setoriais	109
Construção partidária e organização de mulheres	113
Juventude	114
Cultura	121
Política internacional do PT	125
Atuação Sindical Nacional do PT	146

Moções

Delegações internacionais

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Realizado em São Paulo entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2007, o 3º Congresso Nacional do PT reuniu 927 delegados de todo o país e traçou as diretrizes do partido para o período que se iniciou após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foram três dias de intensos debates, que resultaram na aprovação de resoluções relativas aos temas centrais do Congresso – O Socialismo Petista; O Brasil que Queremos; e PT: Concepção e Funcionamento – agora reunidas nesta publicação.

Além das resoluções, o livro traz as moções aprovadas, o registro das delegações estrangeiras presentes e a íntegra do discurso do presidente Lula, que falou sobre nosso projeto de transformação social e fez uma veemente defesa do PT, conclamando a militância a ser firme nos momentos difíceis e a enfrentar as adversidades de cabeça erguida.

“Para nós, a luta sempre continua!”, resumiu Lula na ocasião.

Certamente que sim. E ao sair do 3º Congresso reafirmando a força de suas idéias e de suas origens, o PT mostrou o quanto está unido e preparado para enfrentar as muitas batalhas que ainda virão.

Ricardo Berzoini
Presidente Nacional do PT

O socialismo petista



O PT se formou em fins dos anos setenta e começo dos anos oitenta como resultado da luta dos trabalhadores das cidades e do campo por melhores condições de trabalho e de vida, e pelas liberdades de expressão e de organização. No seu enfrentamento com a ditadura militar e com as duras condições de exploração, os trabalhadores tiveram nesse projeto, desde o início, a solidariedade e participação de amplos setores da intelectualidade, de profissionais liberais, de defensores dos Direitos Humanos, de inúmeras comunidades religiosas de base, vastos segmentos da juventude, sobretudo dos estudantes, além de integrantes de novos movimentos sociais que organizavam mulheres, ambientalistas, negros, homossexuais e tantos outros grupos discriminados na sociedade brasileira. Destacado papel coube igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura.

A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza. Como já afirmamos em nossa história: “esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática”. De outro lado e coerentemente, esse compromisso com a democracia se traduziu em nossa organização interna o que contribuiu para que o PT se tornasse uma experiência inovadora e um patrimônio da cultura política brasileira.

A construção do Partido dos Trabalhadores, já nos anos oitenta, deu-se em um quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes. A partir da Polônia iniciava-se um movimento de contestação do socialismo burocrático, que se estenderia a todos os países da Europa do Leste, atingindo mais tarde a própria União Soviética. As chamadas “revoluções de veludo” no leste europeu e a posterior dissolução da URSS não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um ca-

pitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas europeias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós Segunda Guerra Mundial.

A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo “neo” que se acoplou a esse liberalismo requeitado, não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas. O neoliberalismo pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um “Estado mínimo”. O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional. Em nome de um individualismo radical, que substituía o cidadão pelo consumidor, negava-se a luta de classes e estigmatizava-se qualquer conflito social. A partir daí decretava-se o “fim da história”, que se transformava em um eterno presente. Suprimia-se qualquer alternativa ao capitalismo. Mais que isso, atingia-se duramente à própria democracia. Negando-se a soberania nacional, tornava-se irrelevante a soberania popular.

Ao se impor uma situação adversa, após a queda do Muro de Berlim, a humanidade passou a viver sob o domínio de uma única potência hegemônica – os Estados Unidos. A nova ordem internacional, sob a influência do Consenso de Washington promoveu reformas constitucionais nos países periféricos que possibilitaram a privatização de vários setores estratégicos das economias desses países.

Nos países da periferia do capitalismo – especialmente nos da América Latina – os efeitos dessas teses foram devastadores. As idéias do chamado “Consenso de Washington”, que codificavam os princípios neo-liberais para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas. O neoliberalismo buscava uma saída para a crise fiscal dos Estados latino-americanos, que tinha como inquietantes expressões os surtos inflacionários e o endividamento externo. Os fortes ajustes aplicados em nossos países não atingiram sequer seu objetivo principal: resolver os fortes desequilíbrios macroeconômicos que nos afetavam. Além de agravar a situação macroeconômica, essas políticas, que tiveram no FMI um instrumento importante, contribuíram para a desindustrialização e a contra-reforma agrária, aumentando a pobreza e a exclusão social.

Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neo-liberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países. Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda.

A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das idéias neoliberais no país e na região. Vivemos hoje um período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal. A superação do neoliberalismo no plano das idéias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.

A crise que afeta os mercados financeiros mundiais – de imprevisíveis consequências – não pode levar a enganos. Por certo ela demonstra a fragilidade do capitalismo realmente existente. Mas não devemos sucumbir ao catastrofismo que tantas vezes marcou o movimento revolucionário. Da crise não nasce necessariamente a revolução, a transformação progressista da sociedade. Na maioria das vezes o que ocorre são movimentos regressivos, contra-revolucionários.

Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do Presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas demo-

cráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático. A firme posição do País, e das nações que constituem o G-20 na Organização Mundial do Comércio, contra o protecionismo das grandes potências, o fim do acordo com o FMI e a construção da comunidade dos países da América do Sul são importantes afirmações de soberania do Governo de coalizão do Presidente Lula.

Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido, como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos dos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no 7º Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizavam um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.

Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que – segundo mostrou a experiência histórica – persistiram, e até mesmo se aprofundaram – nas sociedades ditas socialistas. Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas – individuais e coletivas – com os direitos econômicos e sociais.

O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de

manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.

O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.

O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. Apesar das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego - para alguns "obsoleta" - deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.

O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

O socialismo petista articulará a construção nacional - que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso - com uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Precisamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências. Queremos um mundo democrático, onde a paz seja um compromisso das nações, um mundo sem fome, enfermidades, crianças abandonadas, homens e mulheres desprovidos de perspectivas e de esperança. Lutaremos pela construção de uma so-

lidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.

Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos. Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia-a-dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.

Os principais traços do socialismo

A mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos;

Um compromisso internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais de-

vem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz;

O planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

d) a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

Socialismo Democrático e Sustentável

O 3º. Congresso do PT reafirma os conceitos e posições sobre o socialismo petista definidos pelo 1º. Congresso do PT e pelo VII Encontro Nacional,

agregando aos mesmos o conceito de sustentabilidade sócio-ambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável.

A civilização industrial gerada pelo capitalismo, baseada no domínio da natureza pelo homem, na crença de que a ciência e a tecnologia possam constituir novas forças produtivas cada vez mais avançadas - conceitos persistentes em variadas concepções de socialismo - foi duramente questionada na segunda metade do século XX, quando se percebeu a crise ecológica, as limitações impostas a este crescimento de produção e consumo que se supunha ilimitado.

Esta visão planetária da crise, que não é apenas ambiental, mas humanitária, e mais que isto, civilizatória, é compatível com a visão global da necessidade do socialismo, se nossa concepção de socialismo incorporar a visão da sustentabilidade ampliada; se superar o produtivismo, o antropocentrismo, o androcentrismo, o etnocentrismo, o consumismo e a alienação do ser humano diante do humano e do ser humano diante da natureza - estabelecendo um novo paradigma sobre o qual se funda o socialismo democrático e sustentável.

O socialismo petista é fundado na democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas sócio-ambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável.

O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo.

Pela superação da opressão de raça, gênero e classe

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.

Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento à cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combinação entre capitalismo e

racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra.

O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial que são comandados por Washington e pela União Européia. A prática destas instituições supranacionais é não interferir diretamente nos territórios nacionais, mas submeter seus governantes às medidas inglórias da regulação aos interesses da lógica do mercado internacional.

A principal consequência, segundo Milton Santos, é que “os atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica e auto-referida. Por isso, não há propriamente um mercado global, nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada”.

Diz o receituário da globalização que é preciso eliminar o déficit do Estado, e para tanto a solução é a privatização de bens públicos. Toda a atenção é dirigida à moeda e a um comércio que espolia e deforma o mercado interno, os gastos sociais são reduzidos, o desemprego aumenta, o crescimento da informalidade e da precariedade das condições de trabalho não chega a satisfazer o número cada vez maior de pessoas que ingressam nesse mesmo mercado o que empobrece toda a população em geral e, mais ainda, a juventude negra. Em nome da eficiência e da racionalidade capitalista o Estado se fragiliza diante dos interesses nacionais submetidos ao apetite insaciável do capital internacional.

É dessa forma que a soberania nacional se enfraquece. Abrimos as portas à desordem social para o enraizamento da socialização capitalista que, em última análise, significa a liberdade do capital – da mercadoria – e não a liberdade dos trabalhadores.

As condições atuais do capitalismo globalizado tornam mais evidente o *apartheid* racial à brasileira, na medida em que aprofunda a concentração dos bens, do poder, e conseqüentemente aumenta a selvageria urbana e a perspectiva genocida para os trabalhadores negros das periferias, principalmente crianças, jovens, mulheres e idosos.

Nos grandes centros metropolitanos intensificam-se as distorções sociais, entre elas, a expansão da violência que se naturaliza em decorrência da diminuição da qualidade de vida, ação de extermínio da juventude negra por policiais ou traficantes e o desemprego. É o preço do progresso capitalista, cuja excelência é atribuída às tecnologias e não ao sistema social e político.

No passado, a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o neoliberalismo, não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e a preservação material e imaterial da sua cultura. A sociedade brasileira não respeita nossa identidade étnica, racial e de gênero, nega nosso direito à terra e às terras das comunidades quilombolas, nega-nos o ensino de boa qualidade e as políticas públicas de ação afirmativa. Isolada nas periferias das cidades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura e à comunicação – a população negra constitui-se nas maiorias excluídas das cidades e da cidadania.

Este *apartheid* racial à brasileira expressa, na prática, um tipo de racismo cotidiano, perverso e estrutural que, enraizado nas relações de produção e nas relações sociais, configura-se como instrumento de desigualdade sócio-racial e estratégia de exclusão de negros e negras do desenvolvimento material e espiritual produzidos coletivamente.

O conceito de raça não é uma acepção científica precisa, mas aqui no Brasil foi popularizado e amplamente utilizado com um viés conservador para estabelecer a idéia da hierarquia entre as raças com a valorização do padrão etnocêntrico, base para a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial.

É interessante observar Marilena Chauí ao afirmar “que a palavra ‘racial’ surgiu apenas no século 19, particularmente com a obra do francês Gobineau, que, inspirando-se na obra de Darwin, introduziu formalmente o termo ‘raça’ para combater todas as formas de miscigenação, estabelecendo distinções entre raças inferiores e superiores, a partir de características supostamente naturais (...) e apenas no século 20 que surgiu a palavra “racismo”, que, conforme Houaiss, é uma crença fundada numa hierarquia entre raças, uma doutrina ou sistema político baseado no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais. Com isso, o racismo se torna preconceito contra pessoas julgadas inferiores e alimenta atitudes de extrema hostilidade contra elas, como a separação ou o apartamento total – o *apartheid* – e a destruição física do *genos*, isto é, o genocídio (...) Em outras palavras, o racismo é uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade”. (Chauí, “Contra a Violência”, Portal da Fundação Perseu Abramo, 2007).

Nos anos 1960, Florestan Fernandes cunhou a expressão “mito da

democracia racial” e abriu brecha teórica para o entendimento da democracia racial como mito nacional, uma ideologia dominante criada pelas classes dirigentes para alienar os trabalhadores negros.

Em contraponto, o Movimento Negro brasileiro reinterpreta politicamente o conceito de raça para desconstruir o mito da democracia racial e afirmar a identidade de negros e negras, mobilizar a ação de protesto contra as péssimas condições de vida e fortalecer a consciência anti-racista dos trabalhadores.

Nesse contexto, reafirmamos “raça” e o racismo como uma construção histórica, social e política da sociedade brasileira, categorias de exclusão social, através das quais os negros e negras são despojados de direitos e sua condição de classe e étnico-racial atuam como elemento determinante do lugar social e político ocupado pela população negra, a cidadania de segunda classe.

Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes demonstra que, com a chamada “abolição da escravatura”, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sócio-raciais, a recompõe sob a ótica da acumulação do capital. Isso ocorreu porque, com a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, o valor da reprodução da força do trabalho dos (as) trabalhadores (as) negros (as) foi determinado socialmente a partir de uma cultura política de discriminação, preconceito e desvalorização da matriz cultural africana. Sabemos que a força de trabalho é valorizada coletivamente, e não por currículos individuais com domínio da tecnologia. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incide como fator de barateamento do valor da força de trabalho dos negros e das mulheres.

É a partir dessa compreensão teórica que afirmamos que é desigual a condição dos trabalhadores negros e negras. O processo de exclusão do trabalhador negro (a) é mediado por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica vigente. Ou seja, o mito da democracia racial tem o papel de negar a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Isso acaba por delinear um quadro no qual a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. Quanto mais o trabalhador for identificado com a matriz africana, maior será o grau de

discriminação e preconceito, reservando-lhe a mais baixa posição na estrutura do emprego ou o recebimento dos mais baixos salários. No dia-a-dia este fato é reconhecido no desemprego, no subemprego e na rotatividade da mão-de-obra, determinando o empobrecimento contínuo da população negra.

A compreensão da marginalização social dos trabalhadores negros, assim como a sua superação, só será possível se admitirmos a centralidade da contradição de raça, classe e gênero no interior da classe trabalhadora. Esse é o primeiro passo para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo.

“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”. Ao lembrar esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.

O 3º Congresso Nacional do PT consolida o caráter socialista do partido e compreende que o socialismo democrático é um processo histórico de construção permanente. O PT, como um partido democrático e popular, deve ampliar o espaço público de participação popular, o controle social do Estado e estimular a participação das majorias e das minorias sociais.

A democracia é, para nós, a invenção permanente de direitos e reinvenção cotidiana da política. Portanto, a superação do racismo, do machismo, da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares, além do engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso requer, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Se queremos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se queremos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira.

Este é o segundo passo para construirmos uma nova sociedade com a tradição e experiência das lutas populares, como o Quilombo dos Palmares, a Conjuração Baiana ou a Revoltas dos Búzios, as greves dos trabalhadores negros e brancos por todo século 19 e 20, as lutas pela posse da terra e contra todas as formas de discriminação.

Uma sociedade onde o pluralismo, a auto-organização e a democracia são marcos fundamentais. O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências da luta dos nossos ancestrais, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighela, Santo Dias, Lélia González e Hamilton Cardoso, que tombaram para garantir muitas das nossas conquistas.

O socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. O socialismo que queremos tem a ver com a democracia social capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação para todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural da nossa população.

Para avançarmos nesta direção com passos firmes é necessário planejarmos, inventarmos novas estratégias e definirmos metas de superação pautadas nas políticas de ações afirmativas. Até que atinjamos uma democracia econômica capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos o sentido social e coletivo dos bens na cidade e no campo. Uma democracia política que seja capaz de transformar o potencial dos diversos movimentos sociais em movimentos políticos na medida que amplie o espaço de poder desses mesmos grupos e movimentos.

O Socialismo que queremos construir

A democracia será a referência estratégica para a construção do nosso modelo de socialismo. Uma democracia alicerçada na participação organizada das massas e que seja capaz de articular representação com participação direta.

A pluralidade também deve ser um referencial da ação petista para a construção do socialismo. Mesmo tendo clareza de que é necessária a existência de uma direção em todo o processo, não devemos propugnar pela direção de um único partido ou de uma força social. Ao contrário, devemos buscar nossos aliados estratégicos para a formulação de um projeto socialista para o Brasil. Da mesma forma, o PT deve afirmar compromissos públicos de que a direção deste processo, em todos os momentos e estágios, estará pautada pela democracia e pela pluralidade.

A separação entre as funções de partido e Estado deve ser a referência central das ações de um governo no regime socialista. As experiências vividas mundo afora demonstraram os equívocos cometidos nesta relação.

Se o compromisso primeiro é com a democracia, é preciso reafirmar que não há democracia sem liberdade de opinião e expressão, bem como distri-

buição de renda e riquezas. O PT deve avançar também na concepção de um socialismo libertário, comprometido com a superação de todas as formas de opressão e de discriminação. A reafirmação da defesa dos direitos humanos é um imperativo de luta.

Nosso compromisso com a humanidade se dá através da busca pela eliminação de todas as injustiças e formas de discriminação, contribuindo para a afirmação de novos padrões de relação social. Esta perspectiva – que inclui o reconhecimento dos direitos da infância, das mulheres, dos povos indígenas, dos idosos, negros e negras, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência e altas habilidades, da livre orientação sexual, do direito a terra, à moradia, ao trabalho, à saúde, à alimentação, à vida em sua forma plena e tantos outros direitos – é profundamente anticapitalista, na medida em que o capitalismo se caracteriza por um anti-humanismo que se revela na naturalização da exclusão.

A relação com o meio ambiente deve constituir outro foco dentre os principais na luta pelo socialismo. Não há socialismo sem a defesa de um desenvolvimento sustentável. Hoje, a própria sobrevivência da humanidade está em jogo, independentemente do sistema sócio-econômico. O firme posicionamento em defesa da vida e da natureza deve ser um dos pilares de uma nova sociedade.

A transição de sociedade que o PT quer construir deve defender o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção; a universalização da educação; os investimentos em conhecimento e pesquisa; o acesso universal aos bens culturais; o controle e taxação do capital improdutivo e das grandes fortunas; as reformas profundas nas estruturas de ocupação e de exploração das terras e no planejamento e desenvolvimento das cidades.

A defesa da paz em todas as circunstâncias e a denúncia da banalização da guerra e da violência precisam constar claramente em nosso projeto socialista. A guerra de qualquer natureza atinge fundamentalmente os trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteção, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma, temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.

A construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulação de forças previstos nas resoluções amplamente discutidas e aprovadas no V Encontro (1987), bem como na resolução “Socialismo Petista”, aprovada no VII Encontro (1990) e referendada no 1º. e 2º. Congressos. Esta reafirmação não dispensa que façamos um debate sobre as formas de transição ao socialismo adequadas à contemporaneidade.

Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussão sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, intelectuais orgânicos de esquerda para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

Socialismo e Estratégia

A partir de sua definição sobre o socialismo, nosso Partido deve elaborar uma estratégia adequada ao atual período histórico.

A estratégia que adotamos na primeira década de vida do Partido foi sistematizada por dois encontros nacionais: o 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989).

As resoluções destes encontros afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exigia, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do Partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.

O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional, articulando as tarefas anti-latifundiárias, anti-monopolistas e anti-imperialistas com a luta pelo socialismo.

A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular. A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.

Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina.

Evidente que não cabe retomar, sem mediações, a estratégia democrático-popular, tal como definida no 5º e no 6º Encontros. Evidente, também, que ao reafirmarmos o PT como partido socialista e reconstituirmos a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação, não estaremos criando automaticamente as condições políticas necessárias para implementar na sociedade brasileira um projeto socialista.

Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa.

Trata-se de dar continuidade a elaboração estratégica dos anos 80, adequando a estratégia do PT a este novo período histórico. Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas. Palavras do 6º encontro nacional do PT (1989), que continuam atuais, quase 20 anos depois.

O Brasil que queremos





Brasil que queremos é um país livre, justo e soberano. Um país fundado na solidariedade e na igualdade social,

e no qual os direitos individuais e coletivos sejam o centro da agenda política.

O Estado brasileiro deve ter seu caráter distributivo fortalecido e seus espaços de participação ampliados. Deve promover o desenvolvimento econômico e social de maneira democrática e respeitando a natureza.

O Governo Lula

O Governo Lula caminha no rumo do país que queremos, pois pratica uma política econômica que privilegia o crescimento comprometido com a distribuição de renda e da riqueza, com a recuperação do poder do Estado e da qualidade do serviço público e com um comportamento afirmativo do Brasil perante o mundo.

O Governo Lula está mudando o Brasil. Está rompendo as tradições elitistas, clientelistas e patrimonialistas que historicamente fizeram com que direitos fossem considerados favores, que privatizaram o Estado e concentraram a riqueza e o conhecimento nas mãos de poucos.

O Governo Lula tem um projeto para o país. É um governo que trabalha para que os bancos públicos sejam bancos de fomento e que o BNDES seja o carro-chefe da economia brasileira. Não é um governo dos monopólios, é um governo que apóia a pequena e a microempresa, que apóia a economia popular e a agricultura familiar.

O Governo Lula é comprometido com a autodeterminação dos povos, com a integração da América do Sul e com o diálogo entre os países periféricos do mundo. Não é um governo da elite que representa o grande capital, é um governo popular, que está fazendo políticas públicas inclusivas em todas as áreas sociais, que investe em educação, na geração de empregos, na reforma agrária e que defende os Direitos Humanos.

O Governo Lula articula desenvolvimento com respeito ao meio ambiente. É um governo que não tem a ideologia do corte de gastos, não trata o funcionalismo público como adversário nem criminaliza os movimentos sociais.

O Governo Lula é um governo de esquerda que constrói os fundamentos de uma verdadeira revolução democrática, essencial para caminharmos na direção de uma sociedade socialista.

Herança maldita

O Brasil é marcado por séculos de dominação conservadora e autoritária, que impediu a construção de um projeto soberano de nação e produziu indicadores sociais comparáveis aos dos países mais pobres do mundo.

Apesar dos avanços democráticos dos anos 80 e 90, o Brasil chegou ao século XXI como um dos raros países a não ter realizado plenamente sua reforma agrária, com uma concentração de renda que está entre as mais elevadas do mundo, com a taxa de juros mais alta do planeta, um inadmissível déficit habitacional e oferecendo a crianças, adolescentes e jovens o convívio diário e brutal com a violência urbana.

Em 2003, quando Lula chegou à Presidência da República, constatamos que nosso país quase foi à falência com uma dívida externa de 210,7 bilhões de dólares e um “Risco Brasil” acima de 2.000 pontos. Nosso governo soube controlar e reduzir a dívida para 161 bilhões de dólares e o “Risco Brasil” para a casa dos 200 pontos – menor índice de sua história – além de zerar a dívida com o FMI.

A dívida líquida no governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar das privatizações realizadas, saltou de 30% do PIB em 1994 para 55,5% do PIB em 2002. Desde 2004 está recuando. A relação da dívida externa líquida com o PIB passou de 17,4% para 35,9%, índice que em nosso primeiro governo baixamos para 9,4%.

Nossas reservas internacionais foram reduzidas na gestão tucana-liberal de 37,9 bilhões de dólares para US\$ 16,3 bilhões, deixando nossa economia absolutamente vulnerável e ameaçando nossa soberania. Nosso governo inverteu a tendência e fez essas reservas crescerem para US\$ 158 bilhões, garantindo a estabilidade necessária.

Nos governos anteriores, o saldo comercial acumulado sofreu um déficit de US\$ 8,6 bilhões. No nosso houve um superávit de mais de US\$ 120

bilhões e um crescimento de mais de 100% em nossas exportações. Os juros, embora ainda elevados, estão hoje em rota francamente descendente, pela primeira vez abaixo dos 12% anuais.

A herança maldita, porém, não foi só econômica. O desemprego atingiu mais de 13% da população, a violência cresceu fortemente, a cultura passou a depender da vontade do setor privado e as políticas sociais foram cada vez mais fragmentadas e fragilizadas.

Na educação, por exemplo, o compromisso com a qualidade foi abandonado e as escolas públicas passaram a ser sinônimo de sucateamento e desamparo. O ensino superior foi largamente privatizado – comprometendo sua qualidade e se distanciando da tarefa principal do Estado brasileiro, de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Mudança de época

A partir do Governo Lula vivemos uma revolução democrática que pretende mudar a sociedade pela conscientização da população, não por uma vanguarda política, mas pela ampliação da participação e pela construção de hegemonia. Ao mesmo tempo, o governo propõe mecanismos de defesa contra o retrocesso político, econômico e social. Em nosso país “não vivemos uma época de mudança, mas uma mudança de época”, como disse o presidente do Equador, Rafael Correa, sobre a América Latina.

A grande tarefa que o PT, o Governo Lula, os movimentos sociais e as demais forças de esquerda têm pela frente é avançar na construção permanente de um governo democrático e popular com base em um projeto de desenvolvimento de longo prazo para o país, e que já está em andamento.

Conquistas do primeiro mandato

O Governo Lula é de esquerda e a negação disso revela a falta de compreensão dos avanços propostos e alcançados nesses anos de mandato. Basta ver as conquistas obtidas no primeiro mandato.

O Brasil obteve a auto-suficiência em petróleo, atingindo a produção de 1,8 milhão de barris/dia. O país produz mais do que consome, superando a vulnerabilidade decorrente das oscilações do mercado internacional do óleo combustível.

O governo federal tem atuado também na viabilização econômica e ampliação do uso do gás natural. Criou um novo modelo de gestão para o setor elétrico que garante o planejamento em longo prazo, garantindo-se as condições para evitar déficits no fornecimento de energia elétrica aos consumidores, com tarifas mais baratas no futuro e atento aos danos provocados ao meio ambiente por projetos mal-elaborados.

O país avança no biodiesel. A obrigatoriedade da mistura do biodiesel ao diesel do petróleo cria mercado interno potencial e permite competitividade frente a outros combustíveis. Além disso, o programa implantou uma política de inclusão social que beneficia a agricultura familiar e contribui para a desconcentração da renda no país.

Estratégica é a decisão do Governo de desenvolver a indústria de defesa nacional para que o Brasil possa não só manter sua integridade e soberania, mas, sobretudo reafirmar e exercer em sua plenitude o seu histórico e inquestionável compromisso de lutar e manter a paz no mundo e na região. Não menos importante é o passo dado pelo governo para a implantação da televisão e rádio digitais, de uma TV pública nacional para democratizar os meios de comunicação de massa, a fim de que todos tenham condições de entender os debates e as disputas políticas e, sobretudo, condições de decidir. Outra significativa contribuição do Governo Lula é o desenvolvimento da produção de biocombustíveis, especialmente o etanol derivado da cana-de-açúcar e não a partir de um alimento – o milho – como ocorre nos Estados Unidos. O PT reconhece a importância da produção dessa energia renovável para a geração de emprego e, sobretudo o papel altamente positivo que ela poderá ter para libertar da dependência do petróleo os países mais pobres do continente africano e da própria América Latina. Contudo, o Partido dos Trabalhadores condena de forma enfática o ritmo de trabalho extenuante a que vem sendo submetidos cortadores de cana em diversas usinas, particularmente no Estado de São Paulo. Incorporamos a campanha pela implantação da Empresa Brasileira de Agroenergia.

O programa Brasil Alfabetizado atendeu mais de sete milhões de pessoas em 2006. Com a aprovação do FUNDEB, o atendimento será ampliado de 30,7 milhões para 47,2 milhões de alunos, com investimentos adicionais da União de R\$ 4,3 bilhões por ano.

Pela primeira vez houve distribuição de livros didáticos (português e matemática) e merenda escolar no ensino médio, e o repasse por aluno/dia

aumentou 69% no ensino fundamental e 266% na educação infantil.

A criação do PROUNI permitiu oferecer 250,9 mil bolsas de estudo para o ensino superior em 2005 e 2006, beneficiando jovens de baixa renda. Foram criadas quatro novas universidades públicas, seis passaram de faculdades para universidades e estão sendo implantados ou consolidados 48 campi.

Ações inovadoras para a juventude beneficiaram 440 mil jovens pelo PROJÓVEM, com ampliação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias para jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental e não têm emprego formal.

O crescimento do emprego formal gerou 4,2 milhões de vagas com carteira assinada, que somadas as do mercado informal e do setor público, ampliam para 5,6 milhões os postos de trabalho criados.

O salário mínimo teve aumento real em todos os anos do Governo Lula, chegando a R\$ 380,00 por mês. Em março de 2003, comprava 1,3 cesta básica. Hoje compra mais de duas cestas básicas. Essa é uma conquista determinante na distribuição de renda e combate à desigualdade no país.

O governo federal iniciou o programa Luz para Todos em 2004 e tem transformado a vida no interior do país. Os atendidos estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% dessas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural.

O Fome Zero, conjunto de programas e projetos de diversos órgãos do Governo Federal, permitiu a inclusão social de famílias brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza e a garantia do direito à alimentação a todos os brasileiros. O Bolsa Família, maior programa do Fome Zero, já está presente em 100% dos municípios do país. Com o Programa de Aquisição de Alimentos, mais de R\$ 750 milhões foram investidos pelo Governo Federal na aquisição de alimentos da agricultura familiar, beneficiando 199 mil agricultores familiares, tendo sido atendidas 6,5 milhões de pessoas em mais de 1.500 municípios.

Até maio de 2006 foram construídas 143 mil cisternas, beneficiando 715 mil pessoas nos municípios do Semi-Árido, com investimentos de R\$ 239 milhões do Governo Federal.

Houve investimentos em ferrovias, ampliação e modernização de aeroportos, melhoria da infra-estrutura em 20 portos e início do processo de recuperação da malha viária.

Foram significativos os avanços na saúde, com a ampliação do atendimento de saúde bucal, do Sistema Móvel de Atendimento de Urgência – SAMU -, a criação das Farmácias Populares e significativa redução da mortalidade infantil.

Aumentamos significativamente os recursos para habitação popular e saneamento. A Lei que instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi o primeiro projeto de iniciativa popular aprovado, e aprovamos o novo marco regulatório do saneamento.

Fortalecemos a Federação e colocamos o tema do pacto federativo em pauta. No primeiro governo, estabelecemos uma nova relação com prefeitos e prefeitas. Ampliamos a base tributária própria dos municípios, criamos sistemas públicos nacionais, como o Sistema Nacional de Assistência Social – SUAS - e o Sistema Nacional de Cultura – SNC -, e buscamos consolidar os já existentes, como o Sistema Único de Saúde - SUS - e o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

Essas conquistas são importantes, mas, sem dúvida, representam apenas o início da mudança pela qual o Brasil precisa passar.

Movimentos Sociais

O primeiro mandato de Lula representou um marco na relação do Governo Federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. O governo fortaleceu os conselhos, realizou inúmeras conferências e rompeu com a tradição autoritária do Estado brasileiro.

Mesmo quando houve conflito entre as partes, o que é natural numa democracia, a postura do Governo Lula representou um enorme avanço, reconhecido por todos os movimentos sociais do país, quando é feita a comparação com governos passados.

O diálogo do partido e dos governos petistas com os movimentos sociais e populares deve ser fruto de um projeto político claro e consistente que reconheça sua autonomia e respeite sua livre organização e protagonismo.

No Brasil que queremos os Movimentos Sociais e Populares não são *correia de transmissão* de qualquer projeto, assumindo papel determinante no aprofundamento da democracia, cujo alicerce primeiro deve ser a ampliação da participação popular nos espaços públicos, o fortalecimento do controle social sobre o Estado e a predominância dos interesses coletivos sobre a lógica do mercado.

Política Externa

As mudanças pelas quais o Brasil passa também ocorrem na América Latina e têm conseqüências no cenário internacional. Temos de ter capacidade e grandeza para entender a importância do papel do PT, da liderança do presidente Lula e do Brasil no continente e no mundo. Há condições para a América do Sul se transformar numa comunidade de nações e para haver uma integração que deve ser, em primeiro lugar, política e, depois, econômica, cultural e social.

O mundo vive uma época de barbárie fragmentada, enquanto a América Latina está construindo experiências de agregação. Cresce a adesão à democracia em nosso continente, porque as massas populares estão se identificando com as experiências de governos que dialogam com elas e atendem as suas aspirações e reivindicações.

Nosso governo deu total prioridade para a América Latina, estimulando a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, fortalecendo o Mercosul e colaborando com vizinhos como Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia e Haiti.

A política externa de nosso governo é importante, também, pelo diálogo aberto com a África e a Ásia, pela ampliação do comércio exterior com os Estados Unidos e a Europa, pela liderança no G20 e pelo papel protagonista exercido pelo Brasil frente às grandes questões da política internacional.

O Governo Lula foi firme ao condenar a invasão do Iraque, ao defender a democracia na Venezuela e enviar tropas para garantir a paz no Haiti. Nosso governo tem uma política externa comprometida com a autodeterminação dos povos e não é subserviente aos interesses do grande capital.

O segundo mandato

A partir de nossos ideais e valores socialistas e de uma necessária análise da sociedade brasileira, devemos formular as contribuições do PT para a continuidade da construção do Brasil que queremos.

Além da reforma política e de mudanças na política econômica – com predominância do desenvolvimento sobre a estabilidade – temos de lutar por uma ampla reforma do Estado brasileiro.

Não é só a reforma da gerência e da administração pública, mas a do papel do Estado no desenvolvimento. A batalha ideológica em torno do PAC é esta: o Estado pode ou não financiar e planejar o desenvolvimento? A direita tucano-

liberal quer que o Estado apenas financie, mas não planeje. Nós entendemos que deve financiar e planejar. Ao contrário do que eles dizem, o Estado pode mudar a estrutura de renda e a participação do trabalho na renda nacional.

A reforma do Estado deve espelhar as mudanças pelas quais o Brasil está passando. O país está mudando, está sendo apropriado pelas classes populares e tem outra estratégia de desenvolvimento. Não é mais a estratégia que as classes dominantes impuseram, mas a estratégia que o povo escolheu nas urnas.

O PT deve estar preparado para discutir o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE -, que são mais que planos burocráticos, podendo se transformar em grandes caudais de mobilização social, política e cultural. Para isso, precisamos de um partido de pernas firmes.

É evidente a necessidade de uma revolução educacional no Brasil. As medidas adotadas no primeiro mandato (PROUNI, FUNDEB, as políticas de formação em todos os níveis e modalidades de ensino, a ampliação do alcance dos livros didáticos, o aumento e descentralização de recursos do salário-educação e a recuperação e crescimento das Universidades Públicas) foram fundamentais e deram início a essa revolução, que necessita, no segundo mandato, de maior profundidade e extensão.

A educação pública no país deve constituir um dos alicerces do novo Brasil. É na escola, única instituição pública presente em todos os municípios brasileiros, que se deve sedimentar os valores que queremos ver no mundo e assegurar o acesso às condições de produção do conhecimento e da cultura. Para isso, é preciso tornar prioridade nacional a qualidade da educação pública, a partir do debate com a sociedade. O PDE nos oferece essa oportunidade.

Temos de completar a reforma tributária, que não pode se limitar à unificação do ICMS e à criação do IVA, mas ser uma reforma que mude a distribuição de renda na sociedade brasileira. Até agora isso foi feito por meio de políticas sociais e aumento de salário mínimo. Temos de promover a distribuição de renda também pela inclusão no mercado de trabalho e de consumo, pela política de moradia e reforma urbana, de apoio às pequenas empresas e pela geração de empregos.

É preciso criar o mercado interno que, com a integração da América do Sul, dê dinamismo ao capitalismo brasileiro e promova outro tipo de reforma. A partir daí poderão surgir outros temas em discussão, aparentemente proibidos hoje, como a propriedade social e o caráter da empresa privada. Cria-se,

então, uma perspectiva socialista e não apenas de reformas no capitalismo.

Mercado interno se faz com distribuição de renda. Se não houver uma revolução na distribuição de renda do país, vamos perpetuar a cruel desigualdade que conhecemos, principalmente com esse modelo econômico que cria empregos de baixa qualidade e remuneração.

Para mudar isso é preciso cumprir algumas etapas. No Brasil, não existem ainda comissão de fábrica, contrato coletivo ou participação na gestão das empresas. Também não existe uma discussão, apesar dos fundos de pensão, da apropriação do excedente social pelas empresas e sobre as suas políticas de investimentos.

O Brasil está crescendo, criando empregos, mas a qualidade do emprego está caindo. A CUT sabe disso, os sindicatos também, todas as estatísticas mostram isso. Temos de pensar nesse tema com maior profundidade.

Tarefas para o período

No programa de governo apresentado na campanha eleitoral de 2006, seis eixos sintetizaram nossos compromissos com o povo brasileiro. Entendemos que eles continuam válidos e devem ser ratificados pelo 3º Congresso do PT:

- Combate à exclusão social, à pobreza e à desigualdade;
- Aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento: crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental;
- Brasil para todos. Educação massiva e de qualidade. Cultura, comunicação, ciência e tecnologia como instrumentos de desenvolvimento e de democracia;
 - Ampliação da democracia;
 - Garantia da segurança para os brasileiros e as brasileiras;
 - Inserção soberana no mundo.

Não cabe, aqui, reproduzir todo o programa de governo, mas destacamos alguns pontos que entendemos devam ser priorizados pelo governo e pelo partido, todos eles absolutamente compatíveis, senão integrantes, do Programa de Aceleração do Crescimento:

Educação: “A educação de qualidade e ao alcance de todos deve ser entendida como instrumento de produção, organização e difusão de conhecimento e cultura. Deve contribuir para a formação de gerações de brasileiros capazes de compreender criticamente e dar significação aos valores

culturais construídos ao longo da história, em diálogo permanente e afirmativo com as demais culturas do mundo”.

O acesso à educação básica, por meio da universalização do ensino fundamental de nove anos deve ser resultado de uma repactuação federativa. É preciso ampliar o atendimento à educação infantil e dar continuidade à reestruturação do ensino médio e do ensino noturno, assim como é preciso avançar na integração das políticas de educação com as de cultura.

Comunicação: Convocar a 1ª Conferência Nacional de Comunicação Social e articular as ações governamentais em educação, cultura e comunicação. É preciso fortalecer a concepção de um sistema de comunicação que combine a atuação do setor público, do setor privado e dos instrumentos de comunicação comunitária.

Criar condições para que um número cada vez maior de localidades possam contar com emissoras de rádios comunitárias, multiplicando os canais de expressão da população, potencializando a circulação das informações e fornecendo conteúdos não necessariamente ligados aos consensos midiáticos da imprensa monopolista.

Povos Indígenas: Avançar no processo de eliminação da herança tutelar, paternalista e integracionista ainda presente no Estado brasileiro, em direção a um novo cenário jurídico, político e administrativo, coerente com os preceitos da Constituição Federal de 1988. Para tanto, é preciso instituir uma nova relação entre Estado e Povos Indígenas e garantir a demarcação, proteção e o desenvolvimento sócio-ambiental das terras indígenas no País.

Mulheres: Deve ser prioridade do governo dar continuidade à implementação de políticas voltadas à igualdade de direitos entre os gêneros, respeitada a identidade das mulheres, dando como exemplo o combate à violência doméstica e às desigualdades no mercado de trabalho. É preciso que os meios de comunicação e as políticas de educação incentivem a sedimentação de uma cultura de igualdade, com respeito às mulheres e sua diversidade.

Igualdade Racial: Acelerar a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e combiná-la com as políticas de cotas sociais e raciais na educação. Adotar medidas especiais para compensar e superar as desvantagens históricas e sociais que atingem a população negra em todo o território brasileiro. Além disso, devem continuar sendo prioridade do governo brasileiro as políticas de regularização fundiária e desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas e tradicionais.

Moradia: Garantir acesso à moradia digna e aos serviços urbanos essenciais, em especial de saneamento básico e transporte público, priorizando a inclusão socioespacial dos assentamentos informais, especialmente das favelas nas regiões metropolitanas.

Regiões Metropolitanas: uma agenda de desenvolvimento para as regiões metropolitanas, onde estão as maiores concentrações de pobreza, desemprego, violência e desorganização do espaço urbano. A articulação do conjunto das políticas de desenvolvimento urbano, sobretudo habitação, saneamento e mobilidade urbana, somadas às políticas sociais e de segurança pública, com foco nas populações que são alvos da transferência de renda e na juventude, deve ser assumida pelos governos federal, estaduais e municipais, fortalecendo novos mecanismos de gestão compartilhada das políticas públicas nesses territórios.

Política Agrícola e Reforma Agrária: A busca de um modelo sustentável dependerá de combinar a Reforma Agrária, o apoio à agricultura familiar, o incentivo ao agronegócio e o equacionamento de seus problemas estruturais de comercialização. Para isso, é preciso gerar um ambiente de produção e trabalho que garanta ampliação da renda agrícola, oferta adequada de alimentos e geração de divisas, com preservação dos recursos ambientais.

Políticas sociais: o Brasil não pode esmorecer no combate à fome e desconcentração da renda. As políticas sociais devem ser integradas de maneira crescente, de tal forma que o PAC não seja apenas um programa de crescimento econômico, mas de desenvolvimento humano.

Segurança Pública: A segurança pública é uma prioridade na agenda política dos brasileiros. Para isso, temos de consolidar e expandir o Sistema Único de Segurança Pública, valorizar os profissionais da segurança modernizar o trabalho policial, investir em sistemas de inteligência, promover uma repressão qualificada às organizações criminosas, reorganizar e modernizar o sistema penitenciário brasileiro e investir maciçamente em participação social na segurança pública cidadã. É inadmissível o grau de exposição de crianças e jovens à violência que temos no país. Segurança tem de ser prioridade nacional.

Reforma Sindical: o PT sempre defendeu uma reforma sindical para democratizar as relações entre capital e trabalho. Essa reforma deve estar baseada nos princípios historicamente defendidos pelo PT, que são a liberdade e autonomia sindical, que passa pelo reconhecimento oficial das centrais sindicais, das organizações por local de trabalho, do acolhimento das

convenções da OIT e do direito de negociação ao funcionalismo público.

Inclusão digital: O PT deve trazer para o projeto nacional de desenvolvimento uma forte política nacional de inclusão digital, como necessidade contemporânea do seu compromisso com uma revolução na educação, bem como para a democratização dos meios de comunicação.

Energia: É necessário consolidar os movimentos iniciados no primeiro mandato, a retomada do papel do Estado como planejador, com importante papel nos investimentos e na regulação do setor energético, assim como o apoio às fontes renováveis de energia, em especial os biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel.

Políticas Públicas para a Juventude

Nosso partido, por meio de suas administrações municipais, foi pioneiro na execução das Políticas Públicas de Juventude – PPJs. O Governo Lula inaugurou uma discussão nacional sobre a juventude brasileira e implementou programas e projetos visando à redução das desigualdades e a geração de oportunidades para os jovens do Brasil.

É preciso aprovar o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude que tramitam no Congresso Nacional, fortalecendo a Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal como espaço de articulação institucional das PPJs e ampliando a abrangência dos programas para juventude no segundo mandato.

Outra grande contribuição que o nosso partido deve dar para a efetivação do debate e da execução das políticas públicas nos governos estaduais e municipais é a criação de órgãos de gerenciamento e articulação das PPJs e conselhos de juventude que garantam o diálogo institucional com os jovens.

O desemprego entre os jovens ainda é uma dura realidade. A juventude é a mais atingida pela violência urbana e pela escassez dos equipamentos públicos para o esporte, o lazer e a cultura. Os governos do PT devem colocar o tema juventude como uma de suas prioridades, pensando na formação das novas gerações e mantendo viva a nossa esperança por um país mais justo e solidário.

Governabilidade Social e Federativa

A sustentação deste projeto de mudanças, de rompimento com a domi-

nação conservadora, não pode ficar restrita à bancada de sustentação do governo, ou seja, ao jogo político no Congresso Nacional: é necessária a construção de um bloco histórico que defenda na sociedade o projeto democrático popular, com ampla participação dos movimentos sociais e de meios de comunicação alternativos.

É necessário que governos estaduais e municipais do PT e de partidos da coalizão interajam com o projeto nacional em andamento, contribuindo para a sua formulação e fortalecendo-o regional e localmente, constituindo-se em atores institucionais fundamentais para a efetivação das políticas e para a sua defesa junto à sociedade.

No Brasil que queremos, os partidos de esquerda devem estar juntos, empunhando as mesmas bandeiras e ocupando as mesmas trincheiras. Para isso, o Partido dos Trabalhadores deve buscar, junto ao PC do B e ao PSB, compor o núcleo da coalizão do governo Lula, de maneira a contribuir para a consolidação de uma hegemonia de esquerda no país e para a sedimentação dessa aliança estratégica para o projeto socialista.

Projeto de Desenvolvimento Nacional

Um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo país é dar consistência e amplitude a um projeto nacional de desenvolvimento que seja alternativo ao neoliberalismo. As questões centrais que devem ser tratadas são:

- compatibilizar o crescimento econômico com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade do meio ambiente deve ser uma meta transversal, que permeie todas as iniciativas governamentais e sociais, que esteja presente como princípio na sociedade brasileira;
- estabelecer os papéis a serem desempenhados pela áreas estatal e privada na implementação desse novo modelo de desenvolvimento, rechaçando a lógica do Estado mínimo. As parcerias público-privadas não devem ser um modelo universal de investimentos, sendo usadas tão-somente nos casos em que o estado realmente não tenha capacidade de dar respostas de curto prazo;
- taxar o capital financeiro, objetivando a desfinanciarização da economia. O sistema financeiro nacional deve viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas, não gerando precarização nas relações de trabalho;
- consolidar a inserção comercial do país no mercado mundial sem utilizar da prática da espoliação dos países pobres tal como fizeram e ainda

fazem o G-8 e algumas das economias mais desenvolvidas do globo;

- promover uma reforma agrária ampla, capaz de democratizar o acesso à terra e consolidar o homem do campo em seu ambiente, combatendo o latifúndio;
- combater a violência e a criminalidade de forma sistêmica, investindo em assistência social e traçando um plano nacional de segurança de longo prazo, capaz de atender às mais diversas realidades urbanas e rurais do país, balizado pelos direitos humanos e pelo respeito à vida;
- inserir o Brasil no ambiente internacional com austeridade e soberania, divulgando uma cultura de paz, contra todas as guerras, fortalecendo as alianças sul-sul e entre países em desenvolvimento e empoderando o Mercosul na integração latino-americana;
- implantar em todo o território nacional uma infraestrutura de transportes adequada às nossas perspectivas de crescimento. Os modais aéreo, rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário precisam de pesados investimentos para que o país possa contar com uma logística eficiente e que nos permita chegar com preços competitivos no cenário do comércio internacional. Precisamos de mais e melhores aeroportos e portos; estradas que não representem riscos ao escoamento da produção e aos motoristas; e expansão das ferrovias, que devem passar a ser uma alternativa real de transporte;
- compreender as Forças Armadas como reserva estratégica para a defesa nacional necessariamente subordinada ao poder civil. Exército, Marinha e Aeronáutica precisam adequar sua ideologia a um mundo em que a integração dos povos e cooperação devem ser os valores preponderantes. Isso não lhes diminui o papel da garantia da nossa soberania, com vistas principalmente à manutenção do domínio brasileiro sobre nossas riquezas naturais (Amazônia, água, plataforma continental, etc.), mas lhes impõe novas tarefas no cenário da globalização;
- primar pelo resguardo e bom uso de nossos recursos naturais. Não admitiremos a espoliação de nosso petróleo, nossa água e nossos minérios dos mais variados tipos. A Petrobras tem de continuar em seu papel de principal gestora de nossa política de combustíveis, valorizando as energias alternativas (biodiesel, álcool, H-bio) e servindo de modelo para outros países. A geração de energia elétrica deve ser mediada pelo respeito ao meio ambiente, garantindo por outro lado uma matriz que atenda aos anseios de desenvolvimento de nossa sociedade. O Brasil é dono da maior quantidade de água potável do mundo entre os Estados nacionais, com bacias como a

do Rio Amazonas, do Pantanal e aquíferos como o Guarani. A água é o petróleo do futuro, sendo um elemento estratégico para nosso país. Assim, é crucial que tenhamos políticas de preservação e bom uso desse recurso. A discussão sobre a licitude da privatização e o apoio ao plebiscito popular que discute o leilão da Vale do Rio Doce devem estar entre as bandeiras do PT para o próximo período, pois somente assim voltaremos a ter soberania sobre nossos recursos minerais.

Em Defesa do Governo Lula

A nota da Executiva Nacional de 31 de julho alerta o PT e as forças democráticas e populares para a continuidade da luta política no segundo Governo Lula e, em especial, para a ação desestabilizadora da direita. Mais importante ainda, propõe a retomada dos esforços pela unidade de esquerda e do movimento social em defesa do Governo e em defesa da democracia e da concretização do programa eleito junto com o Presidente Lula.

A partir destes pontos iniciais é essencial que o PT desempenhe um papel claro na sociedade e no governo. Esse papel será tão mais claro quanto maior for a compreensão do caráter das mudanças em curso e, por decorrência, dos conflitos postos e dos que estão pela frente. É frente a eles que o PT tem que se preparar e atuar com uma plataforma de transformação, integrando nossa ação no presente com as nossas perspectivas socialistas.

Nossa vitória em 2002 interrompeu a hegemonia neoliberal e abriu caminho para o difícil processo de enfrentamento e superação da dependência externa e das imensas desigualdades sociais, econômicas e políticas na sociedade brasileira. A reeleição de Lula, especialmente no confronto do segundo turno, derrotou a intenção de volta do neoliberalismo e colocou como possibilidade avançar numa transição política, social e econômica para um projeto de nação e de desenvolvimento beneficiando e chamando a participação da imensa maioria dos brasileiros. Por isso mesmo, contou com o apoio ativo dos movimentos sociais e das forças de esquerda mais representativas. E, sobretudo, contou com a manifestação inequívoca da maioria do povo, que ficou ao nosso lado e votou por mais mudanças.

Nesse processo desenvolvido até agora, fortes interesses foram contrariados. Em primeiro lugar, aqueles que vêem o poder como algo exclusivo da burguesia e dos seus prepostos. Em segundo lugar, aqueles que lucravam

com e apostavam na contínua submissão do Brasil aos interesses do imperialismo e da globalização. Em terceiro lugar, aqueles que controlavam os recursos públicos e privatizavam o Estado e que repudiam as políticas sociais de inclusão e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e dos excluídos. Em quarto lugar, aqueles que perderam a presença policial do Estado em defesa dos seus interesses minoritários, que sempre responderam à questão social com repressão e que não admitem uma relação democrática e de diálogo com os movimentos sociais.

O segundo governo do Presidente Lula pode consolidar um novo ciclo político da revolução democrática no Brasil: pela natureza da derrota que infringimos à direita neoliberal restauradora; pela derrota que submetemos à maioria da mídia – que sustentando teses udenistas do falso moralismo apostou na derrota do PT e da esquerda – e porque nosso primeiro governo contribuiu, ainda que aquém do possível, para a formação de um novo bloco social e político capaz de dar sustentação a um novo modelo de desenvolvimento alternativo ao projeto neoliberal.

Para o PT este novo bloco social e político deve apontar, fundamentalmente, para a resolução de três tarefas históricas:

- a tarefa de desatrelamento definitivo do modelo falido do Consenso de Washington, que reduz as funções públicas do estado e põe a economia a serviço da especulação financeira internacional e da manutenção do padrão de dominação das classes dominantes do centro orgânico do capitalismo mundial;
- a tarefa de promover uma profunda reforma do estado e uma reforma política capazes de democratizar a relação Estado-Sociedade, de constituir formas de participação direta da cidadania; de desburocratizar e desprivatizar o Estado, e, ainda, de acionar mudanças para democratizar e modernizar os processos eleitorais;
- a tarefa de consolidar altos níveis de crescimento com distribuição de renda e riqueza, ampliação dos direitos dos trabalhadores, inclusão social, sustentabilidade ambiental, e fortalecimento da economia nacional de forma a colocar o país à altura das disputas políticas e econômicas mundiais.

Estas três tarefas históricas e o conjunto de programas setoriais devem ser transmitidos à sociedade a partir de uma síntese política que simbolize a construção de um novo projeto de nação, amparado por objetivos estratégicos que contrastem com os objetivos de neoliberalismo-restaurador. Através desta síntese devemos retomar a iniciativa política na sociedade, criando as condições para

a implementação do nosso programa de governo, para a construção do novo bloco histórico, para a legitimação dos novos sujeitos na cena política e social, enfim, para a construção de uma nova correlação de forças, consolidando um processo de mudanças com democracia e participação popular.

É papel do PT apresentar um programa de transformação do Brasil e é papel, conferido pela nossa autonomia partidária, apontar os limites da ação do nosso próprio governo e lutar por avanços coerentes com os interesses sociais que representamos. Mas o partido só se mostra dirigente e capaz de representar um papel transformador se desenvolve esse labor participando de forma inequívoca de todos os conflitos, assumindo o lado dos trabalhadores e do povo, enfrentando a reação conservadora e propondo avanços democráticos.

Por isso, o PT assume incondicionalmente a defesa do governo Lula, denuncia os diversos complôs da direita e seus objetivos de retrocesso neoliberal. O PT se dirige aos movimentos sociais, às demais forças de esquerda e aos segmentos democráticos para propor uma frente de ação pela democracia e um amplo movimento político-social para mudanças de caráter democrático e popular em nosso país articulado com ações corresponsáveis no campo internacional, especialmente na América Latina.

É preciso reforçar, na base partidária e nos movimentos sociais, os eixos centrais constitutivos de uma nova matriz de desenvolvimento, em oposição à matriz neoliberal:

- a defesa da transição para um modelo econômico de altas taxas de crescimento, distribuição de renda, soberania nacional e ativo papel do Estado na economia;
- a defesa da transição para um novo modelo político democratizado e com participação popular, em defesa da reforma política democrática, das diversas formas de iniciativa e participação popular e da democracia participativa;
- as reformas sócio-econômicas para a democratização da propriedade e da renda (agrária, tributária, urbana) e o aprofundamento das políticas públicas de educação, saúde, segurança e inclusão social;
- o avanço na unidade sul-americana.

Reforma Política e Constituinte Exclusiva

A democratização do país passa, além da luta contra os monopólios da comunicação, por modificar o sistema político, eleitoral e partidário.

É preciso debater e aprovar medidas sobre temas como: a convocação de plebiscitos para decidir questões de grande alcance nacional; a simplificação das formalidades para proposição de iniciativas populares legislativas; a convocação de consultas, referendos e/ou plebiscitos em temas de impacto nacional; o Orçamento Participativo; a correção das distorções do pacto federativo na representação parlamentar; a revisão do papel do Senado, considerando o tempo de mandato, a eleição de suplentes e seu caráter de câmara revisora; a fidelidade partidária, o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, o voto em lista pré-ordenada, o fim das coligações em eleições proporcionais; o fim da reeleição para todos os cargos majoritários a partir das próximas eleições; e a proibição do exercício de mais de três mandatos consecutivos no mesmo cargo.

O financiamento dos processos eleitorais não deve contribuir para a privatização do Estado, mas para a preservação de seu caráter público. A implantação, no Brasil, do financiamento público exclusivo de campanhas, combinado com o voto em listas pré-ordenadas, permitirá contemplar a representação de gênero, raça e etnia.

A reforma política não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional, que já demonstrou incapaz de aprovar medidas que prejudiquem os interesses estabelecidos dos seus integrantes. Ademais, setores conservadores do Congresso pretendem introduzir medidas como o voto distrital e o voto facultativo, de sentido claramente conservador.

O Partido dos Trabalhadores defende que a reforma política deve ser feita por uma Constituinte exclusiva, livre, soberana e democrática.

Para que isso seja possível, a reforma política deve assumir um estatuto de movimento e luta social, ganhando as ruas com um sentido de conquista e ampliação de direitos políticos e democráticos.

Dentre as propostas do PT para a reforma política, ganham destaque duas medidas: a que proíbe o financiamento privado nas campanhas eleitorais e a que estabelece o voto em lista pré-ordenada.

Adotadas, estas medidas terão como efeito coibir o poder econômico do capital no processo eleitoral, fortalecer os partidos políticos, enfrentar a crise de representação institucional que hoje atinge índices alarmantes e combater as fontes da corrupção sistêmica.

O Diretório Nacional do PT agiu corretamente ao fechar questão em apoio ao financiamento público de campanhas, à lista fechada e pré-ordenada de candidatos/as, à fidelidade partidária e ao fim das coligações pro-

porcionais. O 3º Congresso do PT reafirma que estas medidas, ao lado das que garantem protagonismo popular no processo político, constituem o núcleo da reforma proposta pelo Partido.

A derrota da reforma política, na atual legislatura, teve várias causas, entre as quais o reduzido conhecimento popular sobre o que estava em jogo, a campanha movida pelos grandes meios de comunicação, o apoio de grande parte dos parlamentares às regras que os elegeram, a oposição do PSDB, a divisão entre os partidos de esquerda e na bancada do próprio Partido dos Trabalhadores e, finalmente, a atitude do governo federal que não orientou sua base de apoio a votar a favor da reforma política.

O 3º Congresso determina que, na composição das listas parlamentares que o PT vai apresentar nas próximas eleições, sejam adotados critérios de seleção ainda mais rigorosos, incluindo o compromisso de apoiar a reforma política nos termos apontados pelo Congresso partidário.

A reforma política é essencial para a democracia. Por isso mesmo, ela só virá se for conquistada pela soberania popular. O caminho para isto é o desencadear de uma campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, com mandatos eleitos especificamente para promover a reforma das instituições políticas do Estado nacional.

Neste sentido, o 3º. Congresso Nacional do PT mandata o diretório Nacional para proceder os encaminhamentos de contato com outras entidades e partidos que compartilhem da proposta, precisar as questões referentes ao processo convocatório e determinar os prazos para desenvolvimento da campanha.

Um sistema federal de democracia participativa

O 11º Encontro Nacional do PT, de dezembro de 2001, em Recife, aprovou no documento “Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil”, coordenado pelo saudoso Celso Daniel, no seu item 73:

“a redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa - uma das referências centrais de nossos governos estaduais e municipais - deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de

poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões (salvo raras exceções). Serão, portanto, não apenas espaços de debate e deliberação envolvendo Estado e sociedade, mas igualmente de disputa de hegemonia com a cultura clientelista e com os valores neoliberais.”

Considerando, a partir desse pressuposto, que:

- Para um governo de esquerda a participação, organização e mobilização popular são fundamentais para garantir a governabilidade democrática;

- Os governos democráticos e populares combinam a idéia de inverter prioridades e garantir ganhos materiais aos historicamente excluídos com formas inovadoras de participação popular através da democracia participativa, materializada em experiências exitosas como o Orçamento Participativo (OP), os conselhos de direitos, temáticos e setoriais e no diálogo com os movimentos sociais;

- Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, temos melhores condições de responder positivamente à contradição de como governar sem frustrar expectativas. Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo.

O 3º Congresso do PT decide lutar:

- a) pela implantação do Orçamento Participativo Nacional;
- b) pela efetivação das Conferências Nacionais de Políticas Públicas;
- c) pela gestão democrática das empresas públicas;
- d) pela participação democrática nos planos de desenvolvimento nacional.

As eleições municipais de 2008

As eleições municipais de 2008 serão muito importantes para a sustentação do governo Lula, para fortalecer as condições de nova vitória em 2010, reforçar o papel histórico do PT como partido central da democracia brasi-

leira e aprofundar a revolução democrática em curso.

Já na reeleição de Lula sentimos o quanto foi importante e positivo a atuação das nossas prefeituras e dos nossos vereadores. O tratamento dado pela mídia ao nosso governo na crise aérea mostra quantos ataques vêm pela frente. Redobra-se, por isso, a importância de uma vitória eleitoral significativa do PT nas eleições municipais. Ajuda muito a lhe dar respaldo.

Em cada cidade, as decisões da maioria da população nas eleições são tomadas em torno dos assuntos municipais, do prestígio na cidade dos candidatos e do partido, da esperança aberta na população local por nossas alternativas. Mas é inegável que também influenciam nos resultados a imagem do partido na sociedade brasileira, bem como a opinião popular sobre o nosso governo federal. O governo Lula precisa de nós e nós precisamos dele.

O programa a ser levado pelos nossos candidatos(as) deve expressar sua identidade com os principais anseios do povo, sua factibilidade nas condições locais e conjunturais, sua forte relação com as práticas de inclusão social e de democracia participativa, sua distribuição nos diversos territórios do município e nas diversas camadas sociais, sua condensação em algumas idéias-chave que se identifiquem com a alma popular. Deve também se fundar na credibilidade e no enraizamento social dos candidatos(as) escolhidos(as) para realizar o conteúdo deste programa, e na força de alianças que levem à vitória e à governabilidade posterior dentro do programa proposto e dos princípios éticos na administração pública.

Esta será a primeira eleição local depois da crise de 2005 e da dura campanha que atingiu o PT. Para superá-las devemos reafirmar o combate à corrupção e desenvolver nossas campanhas eleitorais com tratamento bastante rígido nesta questão. Precisamos reconquistar uma parcela do povo, em especial na classe média, que se afastou de nós por causa disso.

A eleição de vereadores(as) onde ainda não acumulamos força para eleger prefeito(a), é essencial para o enraizamento local do partido e a potencialização de nossa ação institucional, social e partidária em busca de uma maioria social. Por isso, na maioria das cidades onde ainda não criamos força local suficiente para ter a maioria ao nosso lado nas eleições, o objetivo principal deve ser acumular forças elegendo vereadores(as) e fazendo uma boa campanha dentro de uma estratégia de maior prazo. O lançamento de candidatos do PT a prefeito(a) é um caminho desta estratégia. Outro caminho é o apoio a uma candidatura aliada que tenha

proximidade com os princípios e práticas que o PT defende.

A deliberação sobre coligações proporcionais e majoritárias deverá ser feita, obrigatoriamente, em Encontro Municipal.

As direções partidárias nacional e estadual devem auxiliar as direções locais a preparar corretamente as campanhas às eleições de 2008, estar presentes na escolha de caminhos e da unidade, mobilizar os quadros experientes do partido nestas tarefas, especialmente nossos atuais governantes locais. Caberá à Direção Nacional definir as orientações e normas sobre alianças. Os bons resultados em 2008 farão o Brasil avançar na revolução democrática que estamos construindo ao longo da história do PT e ajudarão a construir as bases de uma nova vitória do PT em 2010.

Tática Eleitoral para 2008 e 2010

Na nossa estratégia eleitoral é fundamental que o PT construa vitórias importantes em 2008, fortalecendo nossa base política para 2010.

O PT deve se colocar como dirigente da condução do processo sucessório presidencial. Temos de preservar a coalizão governamental, aperfeiçoar e ampliar essa base de sustentação, sem esquecer a defesa intransigente dos interesses do PT, dos trabalhadores e dos movimentos sociais que nos sustentam.

O PT deve organizar um amplo processo de debate interno para formular, a partir de nossas experiências no governo federal e nos avanços até lá alcançados, um programa para o mandato 2011/2014 e, a partir dele, apresentar uma candidatura petista à sucessão de Lula capaz de liderar, juntamente com outros partidos, uma ampla aliança partidária e social e vencer as eleições de 2010.

O PT apresentará uma candidatura a Presidente a ser construída com outros partidos e, assim, formar uma aliança programática, partidária e social capaz de ser vitoriosa nas eleições de 2010. E impedir o retorno do neoliberalismo.

Direitos Humanos

O restabelecimento de laços de confiança entre as organizações de esquerda e as militâncias passa pela reafirmação de princípios, valores e estratégias de luta. Na presente quadra histórica, quando a perspectiva socialista já não aparece tão nítida, em um contexto de perda de referenciais ideológi-

cos, os Direitos Humanos permanecem como bandeira universal, identificada como patrimônio da esquerda. Contra a tese neoliberal do “fim da história” alardeada por Francis Fukuyama, o historiador Eric Hobsbawm e o filósofo Norberto Bobbio apresentam as características da esquerda de hoje. Eles assinalam a luta pelos Direitos Humanos e pela sustentabilidade na relação com o meio ambiente como bandeiras capazes de conformar a estratégia política de uma esquerda coerente com seus fundamentos de solidariedade, apta a responder aos desafios políticos das próximas décadas. Aceitamos essa premissa justa e democrática, cuja legitimidade tem sido comprovada no Brasil como em outros países.

À mercê da voracidade capitalista global, vilipendiados pelo retrocesso Bush pós-11 de setembro de 2001, assistimos, perplexos, ao confinamento de prisioneiros de guerra sem direito a defesa e assistência jurídica em Guantânamo e em unidades militares secretas dos EUA na Europa, à invasão do Iraque - e uso descarado da tortura nesse país -, apoiada por nações de tradição na defesa dos Direitos Humanos - Grã-Bretanha, Espanha e Itália. A morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Melo, vítima da violência política, simboliza a trágica condição dos Direitos Humanos, acuados entre investidas do terrorismo e do imperialismo. Acompanhamos também, entretanto, a derrota eleitoral de Bush nas eleições para o Congresso, a de Berlusconi na Itália e a de Aznar na Espanha; e principalmente, o recente movimento de revalorização da ONU. Estes são sinais de que, sem Direitos Humanos, não há como garantir a paz, a segurança coletiva e o desenvolvimento com justiça. Na América Latina, a esquerda ressurgiu com uma nova mensagem, que inclui a dimensão dos Direitos Humanos na afirmação da identidade nacional e étnica dos países da região. A luta pelos Direitos Humanos é um caminho sem volta.

A pesquisa teórica e instrumental no campo dos Direitos Humanos não passou ao largo da luta mais ampla por hegemonia ideológica. Sua dinâmica provocou, nas últimas décadas, como resultado, a incorporação dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais às prioridades de Estado. O reconhecimento e a defesa desses direitos pelos países socialistas, principalmente no período da Guerra Fria, concretizaram-se no Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), documento complementar ao Pacto Internacional de Direitos Humanos Cívicos e Políticos, este mais difundido. O Brasil, ao lado da maioria das atuais nações, é signatário de ambos os pactos firmados no âmbito da ONU.

O Pidesc alargou a amplitude do conceito de Direitos Humanos no Brasil e no mundo. Essa dinâmica enriqueceu a agenda tradicional do setor com a força dos movimentos de diversos campos de atividades e de conhecimento. Estes, por sua vez, receberam da luta pelos Direitos Humanos algo além da contribuição dos interesses corporativos, ao quais, muitas vezes, restringem o alcance do debate e limitam a capacidade de aglutinação necessária aos avanços sociais. Alguns exemplos dessa ampliação foram as alianças entre organizações de Direitos Humanos e movimentos dos sem-terra, pela moradia urbana, dos atingidos por barragens, do movimento feminista. Esses e outros movimentos, ao associarem-se à plataforma e à militância dos Direitos Humanos, potencializaram novos aliados e conquistaram maior legitimidade e visibilidade, o que contribuiu para que suas ações se tornassem efetivas.

No Brasil, as articulações que nascem sob o signo dos Direitos Humanos têm se estendido por organizações civis de diversos campos, envolvendo, também, instituições em todos os níveis e esferas do poder público. Trata-se de uma bandeira que une e mobiliza agentes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, ministério público, defensorias públicas, organismos internacionais, comunidade escolar. Na luta pelos Direitos Humanos, já é comum a ação em rede, cujos resultados são visíveis na moderna legislação do setor, na valorização da diversidade e na participação das organizações civis no debate das políticas públicas.

O PT, desde seu princípio, dotado de grande capilaridade e uma história de participação nos diferentes movimentos sociais, culturais e ambientais, pode se orgulhar - mais do que qualquer agremiação política - de ser parte empreendedora e constitutiva da vasta rede de prevenção, proteção e promoção dos Direitos Humanos. Inversamente, a associação do PT com os Direitos Humanos tem beneficiado o Partido. A atuação nessa área permitiu que se projetasse uma imagem do Partido de agente mediador de conflitos, capaz de fazer o enfrentamento ao poder dominante, promover negociações, promover o exercício de direitos e de acesso à justiça.

Não devemos deixar que o pensamento humanista, inoculado na praxis de nossa militância desde os primórdios do Partido, deixe de referenciar nossa atuação. Não se propõe, aqui, uma novidade. Afinal, Direitos Humanos e o PT cresceram juntos na década de 1980 e não há como dissociar as mobilizações dos defensores dos Direitos Humanos do nascimento do Parti-

do: as lutas contra a censura, pela anistia, a exigência da verdade sobre os mortos e desaparecidos políticos, a criação do novo sindicalismo, o florescimento dos grupos libertários de mulheres, gays e lésbicas, o movimento estudantil, a defesa da moradia e a luta pela terra.

Direitos Humanos e PT estavam juntos na apresentação das emendas que deram à Constituição de 1988 os avanços democráticos e as conquistas de novos direitos sociais. Eram militantes do PT muitos dos que organizaram a rede de centros de Direitos Humanos na sociedade civil, inclusive os oriundos de organizações religiosas.

Em 1995, o Encontro Nacional do PT, em Vitória, Espírito Santo, criou a Secretaria Nacional do Partido para essa área, com o objetivo de formular políticas setoriais e articular-se internamente e com a sociedade. A percepção que tivemos da necessidade daquela instância sinalizava a importância que atribuíamos ao assunto. Em suas decisões, a Secretaria contribuiu na definição de programas para as prefeituras administradas pelo PT e fortaleceu nosso compromisso com os princípios dos Direitos Humanos.

Seguindo essa trajetória, não surpreendeu a criação, pelo Governo Lula, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria da Mulher, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, todas com status ministerial, além de programas sociais com nítida feição humanista, como o Fome Zero, o Bolsa Família, o Pró-Jovem etc.

Um marco importante dessa trajetória de compromisso e liderança do PT no tema foi a criação, em 1995, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), espaço público de referência para a sociedade civil, sobretudo para os setores populares, no encaminhamento de demandas ao Congresso Nacional. A CDHM também é um foro privilegiado de mediação de conflitos, de apoio na busca de visibilidade e interlocução, um pólo de aglutinação. E é daí que emerge sua força política.

No decorrer dos 12 anos da CDHM, ela realizou dez Conferências Nacionais, cerca de 400 audiências públicas e mais um número significativo de videoconferências, reuniões de trabalho e de articulação política, sempre em parceria com organizações civis e outras instituições do poder público. Essa interatividade e o reconhecimento da Comissão como referência para a sociedade e o movimento social não encontra paralelo em qualquer outra comissão do poder legislativo federal.

Na esteira dessa experiência vitoriosa, foi criada, em 2005, a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa no Senado Federal. Hoje, ambas as Comissões - a da Câmara e a do Senado - são presididas por parlamentares do PT. De forma mais ou menos coordenada com essas comissões do Congresso Nacional, atuam as Comissões de Direitos Humanos presentes de Assembléias Legislativas e de centenas de Câmaras Municipais. A participação petista na criação e consolidação desses órgãos parlamentares é incontestável.

Por intermédio de parlamentares e outros militantes, o PT prestou efetiva contribuição no processo que fez do Brasil país signatário de todas as convenções, tratados e demais instrumentos internacionais de prevenção, proteção e promoção dos Direitos Humanos. Fomos presença ativa na criação do Plano Nacional de Direitos Humanos e do Plano Nacional de Educação para Direitos Humanos. Nos estados e municípios, encontram-se em curso mobilizações para criar os planos nas respectivas esferas, sempre com a atuação de companheiros do PT.

O fenômeno da institucionalização dos Direitos Humanos também está presente no poder executivo. Além do fortalecimento da Secretaria Especial de Direitos Humanos pelo governo Lula, nos estados e municípios têm sido criados, sobretudo na última década, conselhos, secretarias e coordenações especializadas no enfrentamento dessa questão. Durante o primeiro mandato de Lula, foram realizadas pelo governo federal ou com seu apoio 38 conferências nacionais setoriais relacionadas a direitos humanos. Esses eventos envolveram mais de três milhões de pessoas.

Hoje, a plataforma dos Direitos Humanos aglutina uma vasta gama de setores organizados, desde os mais veteranos, que lutam pelo direito à memória e anistia política aos perseguidos pela ditadura militar, até os jovens militantes, que combatem as violações na Internet, passando por todas as chamadas gerações de direitos, que incluem mulheres, negros, índios, comunidade GBLT (gays, bissexuais, lésbicas e transgêneros), trabalhadores rurais, população carcerária, etc. Somados, esses segmentos alcançam parte significativa da população. Os militantes dos movimentos que animam esses segmentos são formadores de opinião, têm grande capacidade multiplicadora e estão presentes em todos os estados.

Hoje, trabalhar pelos Direitos Humanos significa, de forma articulada, desenvolver políticas públicas para negros, pessoas portadoras de deficiência, idosos, índios, jovens, desempregados e indivíduos de orientação sexual diversa. É

lutar pela distribuição mais justa de renda e pela democratização do acesso ao trabalho, à terra, à moradia e ao conhecimento. O caminho dos Direitos Humanos é o da luta para que as pessoas adquiram dignidade e qualidade de vida.

Lutas presentes na agenda atual, com perspectivas de mobilização crescente na próxima década, têm o PT como protagonista relevante. Não será possível, entretanto, desempenhar o papel de liderança que se espera de nós se o Partido não souber absorver - como responsabilidade de todos os seus integrantes e não de apenas um grupo, restrito, de militantes abnegados - a tarefa de avançar nessas lutas. Estamos nos referindo ao combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e à exploração sexual. Referimos-nos, também, às políticas públicas necessárias frente à diáspora de quase quatro milhões de brasileiros e à presença, em nosso País, de grande número de migrantes internacionais, inclusive refugiados.

Afinal, que partido já acumulou experiências e conquistas suficientes para avançar na lida com questões emergentes como o Direito Humano à Comunicação? Este direito é um patrimônio democrático de todos e a razão de seu exercício - que fortalece, entre outras, a inclusão digital -, vai de encontro ao desafio do oligopólio da mídia. E que partido, se não o PT, possui as condições necessárias para liderar o enfrentamento às ações de grupos de extermínio, à violência contra a mulher e os idosos? Que partido, com raízes em todo o território, reúne legitimidade, trabalho realizado e visão de futuro para atualizar a dinâmica das questões agrária e indígena? Como fazer frente ao drama da segurança pública e inovar o sistema judicial sem a contribuição do PT?

Não basta ao PT dispor de um conjunto de militantes que carregam a bandeira dos Direitos Humanos de forma segmentada. Se, um dia, o ato de criar uma Secretaria foi importante para valorizar essa luta internamente, agora é necessário que o PT, por inteiro, assuma o ideário e a luta pelos Direitos Humanos. É preciso incorporá-los em nossas políticas públicas e em nossa militância. De forma transversal, os Direitos Humanos devem estar presentes nos projetos que formulamos e implementamos, em todos os setores governamentais. Eles devem constituir um princípio característico - e reconhecível - de nossa ação como gestores públicos.

Recusemos a atitude de desprezo aos direitos humanos em nome de um pragmatismo irresponsável, conservador e intolerante!

Não há como reivindicar para si uma posição de esquerda sem exercitar

a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades étnico-racial, religiosa, cultural, etária, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, o direito à nacionalidade e à opção política, entre outras, assim como a solidariedade entre os povos. Estas são tarefas da agenda dos Direitos Humanos que, lamentavelmente, estão sendo relegadas na construção partidária e na atuação de muitos companheiros como agentes do Estado.

Os espaços e as formas de lutar pelos Direitos Humanos diversificam-se. Os princípios e valores que os norteiam não só permanecem como adquirir novos contornos, próprios de nosso tempo, e devem ser acolhidos pelo Partido como causa, na construção de uma nova sustentabilidade política e aproximação com os movimentos sociais e a nova geração militante.

A presença dos Direitos Humanos na construção histórica do PT é fortemente identificável através da atuação militante e institucional de seus filiados. Por isto vale reafirmar este compromisso, deliberando que todas as políticas formuladas pelo PT tenham por referência os tratados, pactos, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, bem como a correspondente normatização da legislação brasileira.

Que todos os parlamentares do PT, em todos os níveis do Poder Legislativo, empenhem-se na criação de Comissões Permanentes de Direitos Humanos, assim como na adequação da legislação interna brasileira aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Que as Administrações Públicas governadas pelo PT constituam espaços específicos para tratar do tema assegurando a efetivação dos direitos, de maneira transversal, em todas as políticas públicas implementadas.

Que em todas as instâncias partidárias seja constituído um fórum permanente para tratar das questões relativas aos direitos humanos, tais como coletivo, núcleo, setorial e secretaria.

Superação da opressão de raça, gênero e classe

Com as resoluções da ONU sobre a discriminação, a partir dos anos 1950, ganha destaque o interesse dos países em implementar políticas de combate às discriminações e de promoção de igualdade de oportunidade e tratamento. Importante elemento considerado em tais iniciativas é a constatação de que nas sociedades, desfiguradas por anos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas

leis ou procedimentos administrativos. Neste caso, cabe ao Estado favorecer a criação de condições de base que permitam a todos se beneficiar de igualdade de oportunidade e eliminar qualquer fonte de discriminação.

Por outro lado, as desigualdades nas chamadas condições de base sinalizam o entendimento de que o Estado, para alcançar a igualdade social, deve tratar os grupos discriminados de forma diferenciada e planejada. A natureza de tais medidas pode variar consideravelmente, desde a realização de esforços para desenvolver os recursos e as infra-estruturas de que carecem os grupos discriminados, uniformizando, assim, algumas condições de base, até os sistemas preferenciais de acesso.

O Brasil participou da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância, em agosto/setembro de 2001, em Durban, África do Sul. A Declaração e o Plano de Ação da Conferência “reconhecem a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos como crime contra a humanidade”. Ao aprovar estes documentos, a ONU recomenda que os países que se beneficiaram de alguma forma do sistema escravagista implementem políticas afirmativas com o objetivo de minimizar as seqüelas decorrentes.

O fato é que, sem dúvida, as experiências com políticas de ações afirmativas no mundo criaram condições para o surgimento de propostas que dialogam com a superação do racismo. Ao passo que no Brasil, no século 21, setores conservadores das universidades, partidos políticos e governos insistem na reedição do mito da democracia racial ou na uniformidade da miséria brasileira e continuam de costas para os avanços observados nesta área.

Obstinado em negar a dimensão das desigualdades raciais no Brasil e ignorando o avanço de tais experiências, o Estado brasileiro contribui para o aprofundamento do racismo e atrasa a democratização efetiva da sociedade brasileira.

Está colocado para os partidos políticos, movimentos sociais, governantes e empresários o desafio de romper com velhas e inseqüentes práticas autoritárias e conservadoras de satanizar, criminalizar e silenciar os direitos reivindicados e reconhecer que não se podem assegurar os direitos fundamentais de todos os cidadãos se não considerarmos na produção de políticas sociais que a raça é uma categoria social a ser investigada, planejada e sistematizada. É necessário romper com a falta de apoio e com a indiferença política por parte da sociedade para levar adiante um plano nacional de superação da pobreza, do racismo e do machismo.

Cabe, portanto, ao PT e seus dirigentes, aos governantes e seus gestores, aos parlamentares e seus assessores, aos movimentos sociais e suas lideranças renovar compromissos de políticas inovadoras no campo de combate às desigualdades sócio-raciais.

O terceiro passo é assumir o paradigma de que não basta tratar com igualdade os desiguais. No nosso caso será necessário o desenvolvimento de políticas sociais afirmativas dos direitos da população negra e a ampliação dos recursos orçamentários e humanos para o sucesso daquela política.

Já dissemos anteriormente que a radicalidade da democracia é transformar o potencial do movimento social em poder político. As organizações políticas e culturais do Movimento Negro têm contribuído na produção de alternativas sociais, culturais e econômicas com vistas ao futuro das próximas gerações e o exercício pleno da cidadania.

Reiteramos aqui toda a simbologia socialista resultante da sua experiência, que pode ser reconhecida no ideal de tolerância inter-religiosa, manifestações culturais associativas e integrativas de diferentes grupos culturais, preservação quilombola da propriedade coletiva da terra e do meio ambiente, preservação da cultura imaterial, territorialidade urbana comunitária, a convivência associativa pacífica, liderança familiar feminina, a solidariedade econômica, respeito à ancestralidade, forte capacidade de estabelecer alianças sócio-políticas, habilidade na negociação política, espírito desportivo e agregador.

Definitivamente, não cabe apenas às organizações do Movimento Negro a responsabilidade pela execução de políticas de eliminação do racismo, mas ao conjunto do governo e demais instituições da sociedade civil. O racismo brasileiro é de natureza estrutural, portanto, têm uma dimensão nacional que perpassa a educação, a cultura, a economia e a política e todas as dimensões da sociedade.

Cabe, sim, ao Movimento Negro imprimir o traço anti-racista nas políticas globais dos governos, das empresas e das instituições de forma a impedir a perpetuação de discriminação direta e indireta, objetivando eliminar as desigualdades raciais.

Via de regra, a nossa participação política nos governos tem sido formalizada nos Conselhos Institucionais, nos grupos de trabalho interministeriais ou assessorias. A novidade ficou para o Governo Lula, que instituiu ministério especial para impulsionar transversalmente uma política de promoção da igualdade racial e tem desenhado as primeiras políticas de inclusão social

para a população negra. Essa foi uma importante conquista do primeiro mandato do Governo Lula a ser consolidada no segundo governo.

A comunicação de um Estado democrático deve divulgar campanhas educativas de amplo alcance, objetivando fomentar o debate e criar as condições para implantação de novos procedimentos para a promoção da igualdade racial.

A um Estado democrático cabe a execução de uma política social e cultural que priorize programas e projetos setoriais que contribuam para reduzir o abismo existente entre os homens e mulheres negros e o conjunto da população de outras origens étnicas.

A um Estado democrático cabe a articulação da temática raça, gênero e classe como propósito permanente e eixo estratégico na formulação e desenvolvimento de políticas públicas macro estruturantes, envolvendo todos os setores de atuação e segmentos de poder, até que atinjam toda a extensão e dimensões dos planos plurianuais, considerando a sustentabilidade do crescimento e a desconcentração de renda.

Comunicação

A ofensiva dos meios de comunicação comerciais contra o PT e o governo Lula, manifestada mais claramente na crise de 2005, nas eleições de 2006 e, mais recentemente, no episódio do acidente com o avião da TAM, é apenas a face mais visível (porque relativa a interesses políticos imediatos e palpáveis) do grande poder que possuem hoje os grupos empresariais que os controlam e da importância da mídia na disputa de hegemonia na sociedade, dado seu alcance na formação de valores e opiniões.

No plano global, as comunicações são hoje dominadas por poucos conglomerados transnacionais que atuam no processo de convergência tecnológica entre diversas plataformas (TV aberta, por cabo e satélite, rádio, imprensa, telecomunicações e Internet), avançando sobre os sistemas de mídia de todo o mundo. Além do poder oriundo do domínio do fluxo internacional de informação, estes grupos vêm na indústria da cultura um lucrativo mercado.

No caso do Brasil, o avanço destes grupos, representados pelas empresas de telecomunicações, convive com um sistema caracterizado pela concentração da propriedade em seis redes nacionais que detêm 80% de todas as emissoras de rádio e TV do país, meios que atingem mais de 90% dos lares brasileiros. Este quadro é resultado de um histórico de favorecimento por parte do Estado do

projeto das elites, resultando em grandes grupos que comandam a produção de conteúdo em aliança com monopólios locais que detêm a retransmissão desta programação, além de outros meios, como rádio e jornais.

A primeira gestão do governo Lula iniciou importantes debates na área das comunicações. Mas se defrontou com a resistência de setores conservadores contra ações que alterassem o quadro do setor. Isso se refletiu em dificuldades para impulsionar medidas desta natureza. Para o segundo mandato, fica a herança de desafios fundamentais para democratizar as Comunicações no Brasil.

Com a reeleição de Lula, cabe ao PT, ao governo e às demais forças progressistas compreenderem o momento novo que se abre, priorizando esforços e recursos para que, também no campo das comunicações, o Brasil se torne uma sociedade mais justa e democrática. Este avanço, em específico, é fundamental para equilibrar os instrumentos de disputa ideológica em favor de um projeto de transformação da ainda persistente dívida social do País em detrimento do monopólio do projeto conservador expresso na grande mídia comercial.

Tarefa fundamental é garantir a existência dos sistemas estatal e público de comunicação. O primeiro deve servir como meio legítimo de difusão das informações de interesse dos três poderes que compõem o Estado, nos três níveis da Federação. Já o sistema público deve produzir conteúdos de finalidade educativa, cultural e artística e dar voz às expressões diversas da sociedade organizada, com autonomia e gestão participativa. O sistema privado, já consolidado na figura dos meios comerciais, deve ser alvo de efetivo controle contra o monopólio, a exemplo de outros países, e deve ser também alvo de políticas que introduzam reservas de programação independente e regionalizada.

O segundo mandato do presidente Lula já deu um passo importante nessa direção, iniciando a reconstrução de sistema público de rádio e TV, criando uma política própria para o setor e investindo recursos para que esse sistema tenha qualidade e alcance nacional. Para alcançar êxito neste empreendimento, um aspecto fundamental é permitir que a gestão seja efetivamente participativa, impedindo sua apropriação pelo mercado.

Junto à rede de emissoras que já está sendo formada, encabeçadas pela TV Brasil, o sistema público de comunicação deve comportar também as outras emissoras do chamado campo público: as universitárias, comunitárias e legislativas. O processo nestas bases deve ser replicado no caso do rádio, cujo alcance como veículo comunitário é hoje o principal instrumento de promoção do direito à comunicação. Mas tal iniciativa, embora importante, contem-

pla apenas parte do conjunto de ações que o PT julga essenciais para a efetiva democratização dos meios, do acesso e da produção de conteúdos.

Nesta medida, o PT propõe a imediata revisão dos mecanismos de outorga de canais de rádio e TV, concessões públicas que vêm sendo historicamente tratadas como propriedade absoluta por parte das emissoras de radiodifusão. Esta atualização passa pelo cumprimento da Lei, haja vista a flagrante ilegalidade em diversas emissoras, por maior transparência e agilidade nos processos e pela criação de critérios e mecanismos para que a população possa avaliar e debater não somente a concessão, mas também a renovação de outorgas.

No combate ao quadro de “terra sem lei” do sistema de concessões, o PT deve se juntar à luta da sociedade organizada para concretizar os preceitos da Constituição Federal de 1988 que estabelecem a proibição do monopólio na mídia e definem como finalidade do conteúdo veicular a educação, a cultura e a arte nacionais. Para isso, acrescenta o texto da Constituição, devem ser promovidas a produção independente e regionalizada.

No campo da radiodifusão comunitária, o PT defende a adoção de uma política clara criando condições para que um número cada vez maior de localidades possam contar com essas emissoras, multiplicando os canais de expressão, potencializando a circulação das informações e fornecendo conteúdos não necessariamente ligados aos consensos midiáticos da imprensa monopolista. Esta política deve ampliar o número de frequência para estas emissoras, ampliar os limites de área e potência de alcance (hoje restritos a 1 Km de raio e 25 Watts) e garantir seus meios de sustentabilidade financeira.

Para manter o caráter democrático e popular das rádios comunitárias, é preciso ainda criar instrumentos que coíbam a apropriação dessas emissoras por grupos políticos e religiosos locais – processo que reproduz a lógica dos grandes negócios da comunicação e que nosso governo, justamente por ausência de uma política mais consistente para o setor, não tem sido capaz de evitar.

No processo de implantação da TV digital, o PT defende a garantia de espaço para novos canais e o aproveitamento da tecnologia nacional no sistema. No caso do rádio digital, não deve haver qualquer definição sem uma avaliação séria das possibilidades tecnológicas disponíveis, calcada em critérios democraticamente debatidos, e que o modelo garanta o fortalecimento das emissoras públicas e comunitárias e o aproveitamento dos recursos técnicos para abertura de espaço para novos agentes neste meio.

Todas estas ações devem estar articuladas com uma ação efetiva do par-

tido no cumprimento da principal tarefa apontada pelo programa setorial de governo de Comunicação e Democracia apresentado pela candidatura Lula: construir um novo marco institucional para as comunicações. Este processo de elaboração de novas normas para o setor deve responder aos problemas apresentados frente ao novo cenário da convergência de tecnologias, serviços e conteúdos na perspectiva de democratizar a mídia no Brasil.

Por fim, o PT apóia os movimentos que lutam para que estes e outros temas sejam debatidos numa ampla, democrática e participativa Conferência Nacional de Comunicação; construída a partir de etapas estaduais e regionais e que tenha como objetivo apontar diretrizes para as políticas do setor. O PT não medirá esforços para ajudar a mobilizar a sociedade em torno do assunto.

Cultura

Cultura é uma grande provocação que a humanidade faz a si mesma na tentativa de domar a vida. Como a vida é muito rápida, mulheres e homens inventam arapucas de rodas, peneiras coloridas, festejos santos, jogos profanos, casamentos sagrados, relógios de sol, cidades de pedra, partidos políticos...

Se a cultura é fluída e dinâmica, a gestão pública de cultura e os movimentos culturais organizados exigem muito mais que fluidez do PT. Temos de compreender a responsabilidade de nosso partido diante de um quadro secular de privatização das políticas de cultura e incentivo à elitização e fragmentação dos agentes culturais. Temos de compreender e assumir a responsabilidade de um partido de esquerda diante do que a cultura representa.

“Para a esquerda, a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das idéias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e idéias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade”¹.

Cabe ao PT, como partido de esquerda, adotar e/ou reforçar práticas e programas que dêem a centralidade necessária à cultura para a emancipação de nosso povo, subjugado por uma ideologia que faz das práticas culturais instrumentos de dominação, alienação e exclusão.

Para o PT, o tema da cultura dialoga com o que compõe a sua própria gênese por representar as reivindicações do particular contra a pressão

homogeneizante do geral, contra a lógica do pensamento único, e oferece um estímulo incorrigivelmente crítico em relação ao *status quo*.

O PT reconhece que na organização partidária e em muitos de seus governos, o compromisso com a cultura como ferramenta de transformação tem sido, muitas vezes, retórico e se compromete a corrigir este quadro.

Cultura no Brasil que Queremos

Ao longo de seus 27 anos, o PT dialogou de diferentes maneiras com artistas e intelectuais, assim como o tratamento dado à cultura também variou bastante. Vale lembrar que a ficha de filiação número 1 de nosso partido não é de um metalúrgico, mas de um crítico de arte. Ao lado de Mário Pedrosa, outros tantos artistas e intelectuais se somaram a trabalhadores e perseguidos políticos para fundar o Partido dos Trabalhadores.

O PT nasceu de uma necessidade histórica e, assim, ao longo dos anos, em diferentes governos municipais e estaduais, protagonizou a inclusão da cultura no rol das políticas públicas, fazendo também deste tema um símbolo petista de aprofundamento da democracia brasileira, socialização da política e reconhecimento de novos atores históricos. Hoje, à frente do governo federal, temos na gestão do Ministério da Cultura a experiência contraditória de quem realiza muito e continua com pressa.

A gestão do Ministério da Cultura, no governo Lula, apresenta avanços que devem ser destacados. O reconhecimento da cultura como direito social básico de cidadania coloca o Estado brasileiro na condição de garantidor de direitos, prestador público de serviços e estimulador das iniciativas da própria sociedade. Assim, tem promovido uma política de abrangência nacional, redutora das desigualdades, sobretudo, regionais, e promotora de iniciativas efetivamente emancipatórias.

É preciso reconhecer que o Governo Lula promoveu, de fato, a fundação do Ministério da Cultura, que, no período anterior, fora um mero balcão de negócios. Hoje o Ministério recuperou seu papel eminentemente público.

Sob Lula, diversidade deixou de ser uma síntese meramente discursiva e a política de Estado passou a ser assumida como pública e anunciada no plural. "A preocupação está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais em suas variadas matrizes étnicas"². Na aprovação da Convenção da UNESCO sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, o Brasil, através do MinC, teve papel fundamental quando aglutinou 109

países pelo resultado final, onde votaram contra a proposta apenas os Estados Unidos e Israel, configurando uma vitória histórica na luta por uma cultura de paz e para estabelecer definitivamente que os bens e serviços culturais, além de sua dimensão econômica, têm valor simbólico agregado que não permite que sejam considerados apenas como pura e simples mercadoria.

Vale destacar o grande entrosamento entre as políticas públicas propostas pelo ministério e os critérios de incentivos e patrocínios culturais das empresas estatais na distribuição da verba pública, estabelecendo regras claras, democráticas e socialmente sustentáveis em seus editais, democratizando o acesso e ampliando significativamente as possibilidades de produção.

Além disso, destaque-se o reconhecimento e investimento em culturas populares, nas políticas de audiovisual, na preservação da memória e na potencialização das energias sociais latentes na população brasileira que tem recebido apoio político e financeiro, evidenciando a cultura brasileira como cultura viva.

Desta forma, a experiência de administração pública do PT, tanto as municipais, as estaduais quanto a federal, tem marcado o equilíbrio entre o programa e a ação de governo, quando a cidadania, a economia e a representação simbólica têm sido o pano de fundo do palco da cultura no Brasil.

Neste 3º Congresso, o PT deve reafirmar o seu compromisso de defesa do governo Lula sem abandonar, porém, seu espírito crítico e sua capacidade de análise e proposição.

Para o PT, socialismo e democracia são termos indissociáveis e, sendo assim, compreende que os governos petistas devem ter como princípio inalienável a participação popular, a transparência e o respeito ao interesse público em detrimento do interesse e da lógica privadas.

O inequívoco aumento orçamentário que o Ministério da Cultura tem obtido é sinal claro do compromisso de nosso governo com a cultura como estratégia de desenvolvimento do país, assim como a promoção de programas interministeriais demonstram o compromisso com a efetivação de políticas integradas.

Embora tais avanços efetivem parte de nosso compromisso com a democracia, outros passos precisam ser dados. É de fundamental importância que se retome o processo de estruturação do Sistema Nacional de Cultura iniciado em 2003, que as Câmaras Setoriais se reconstituam como instrumentos de participação social em nosso governo, que o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura se amplie e que seja implantado e empossado o Conselho Nacional de Políticas Culturais, regula-

mentado por decreto presidencial em 2005 e ainda não efetivado.

Reconhecemos que o governo Lula, do ponto de vista da gestão cultural, é um governo de esquerda que contribui para a construção e afirmação de uma sociedade justa, solidária e criativa. Entendemos, porém, que é preciso avançar mais e melhor, sedimentando espaços de participação que vão além das redes colaborativas que se criaram. Os nichos de participação devem ser efetivos e se instalar no centro do próprio aparelho de Estado, democratizando-o naquilo que lhe é mais caro: os espaços de decisão.

No Brasil que queremos, as políticas públicas de cultura devem alicerçar-se sobre o que o PT melhor produziu como conceito, expresso por Marilena Chauí como “Cidadania Cultural: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação”, isto é, a convicção de que a participação popular só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, gerando uma cultura política democrática, ou, em outros termos, uma efetiva democracia cultural.

Educação

“A educação é um direito de todos, que deve ser assegurado ao longo da vida”. Garantir esse direito é hoje o mais importante desafio estratégico do país. A educação é uma das condições para o desenvolvimento sustentável, a distribuição de riquezas e a soberania da nação e se constitui a um só tempo, em meio e objetivo do desenvolvimento e diminuição das desigualdades. A educação, sozinha, não pode promover a transformação necessária. Sem ela, essa transformação será impossível. (...)

O governo do presidente Lula compreende que os processos educacionais devem estar comprometidos com o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada ser humano, devem facilitar a compreensão da relação homem com a natureza, a sociedade e a cultura no tempo e no espaço, tendo-se, para isso, a ética como referência para conhecer e para ser. O sujeito educado pode buscar individual e coletivamente melhores maneiras de superação das condições de desigualdade material e cultural, de resolução dos conflitos por meios democráticos.

Esta concepção implica que a escola, sempre influenciada pelas dinâmicas e relações sociais, seja um espaço de investigação e pólo de construção e organização da cultura, que interaja e valorize as várias experiências sociais e culturais de seus alunos e comunidades. (...)

Tal esforço deve estar associado ao aperfeiçoamento dos canais e dinâmi-

cas de participação social consagrados pela Constituição, pela lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação específica aos Estados e Municípios. As experiências realizadas no país, que alargaram significativamente as esferas públicas de participação social, têm demonstrado que o envolvimento dos vários segmentos da sociedade na discussão das políticas educacionais é determinante para o aperfeiçoamento da democracia no país, para a superação das desigualdades sociais e regionais e para a cooperação e integração do Brasil com vários países do mundo. “(Programa de Governo do Presidente Lula)”.

Essas concepções, presentes no programa de governo do presidente Lula, demonstram que a prioridade conferida à educação de qualidade social diz respeito a uma determinada visão do desenvolvimento nacional. Segundo essa visão o acesso às condições de produção do conhecimento, em todos os campos, é um direito sem o qual não poderá haver diminuição das desigualdades, superação da exclusão e produção de conhecimento. A produção e a apropriação de conhecimento é condição insubstituível do desenvolvimento econômico e social e o compromisso em garanti-la implica que o debate sobre as políticas educacionais levado a efeito no país é uma das condições para que a democratização desse direito.

Nosso segundo governo, por decisão do presidente Lula, traz para o âmbito do governo federal, respeitados os princípios federativos, uma firme atuação visando à busca e a garantia da qualidade da educação pública como direito de toda a população.

Além do compromisso com a conquista, histórica, do FUNBEB e com sua regulamentação; com a valorização e integração entre os níveis e modalidades de ensino para os quais foram estabelecidas políticas nacionais voltadas a garantia da qualidade, do acesso e da democratização da gestão da educação, o governo lança um plano de educação que tem como eixo a qualidade da educação em estreita colaboração com estados e municípios.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um conjunto de 39 ações¹ anunciadas pelo Ministério da Educação em abril desse ano, traduz o compromisso de tornar a educação uma prioridade do governo e da sociedade brasileira, com vistas a atingir novo patamar de qualidade a partir de novos padrões de gestão e de financiamento por meio do FUNDEB.

Os dois movimentos, seja o de buscar a adesão da sociedade para tornar a educação uma prioridade do país, seja o de envidar esforços para a conquista da qualidade - ao mesmo tempo em que se amplia o acesso à educação básica e ao ensino superior públicos, representam uma ruptura impor-

tante com as políticas governamentais de vocação neoliberal.

Tais políticas apresentaram ao menos duas faces à sociedade. A primeira, a de subordinação das metas e orientações educacionais à redução do papel do estado em todas as áreas o que implicou uma forte restrição de recursos e a focalização de políticas – como no caso do ensino fundamental – apresentada à sociedade como empenho em estabelecer prioridades.

A limitação do direito à educação de crianças e jovens ao ensino fundamental ocorreu, aliás, sem oferecer-lhes as condições mínimas de acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela sociedade como instrumento de emancipação e construção de novos saberes.

A segunda, a de uma forte redução dos horizontes culturais de milhares de crianças e jovens na medida em que a educação foi instrumento, quando muito, de reprodução de conhecimentos e não de construção e domínio de suas condições de produção. Também nesse caso as políticas focalizadas resultaram em investimentos em projetos pontuais, fragmentados e fragmentários que subtraíram da maioria da população o direito inalienável e inadiável a uma educação de qualidade e democrática.

Por essa razão, o PT apóia a mais ampla mobilização do país no sentido de tornar a educação uma prioridade e empenhará o melhor dos seus esforços para que a democratização do acesso e da gestão da educação se tornem inseparáveis da busca por sua qualidade social.

Tal mobilização deverá voltar-se à defesa e aperfeiçoamento do PDE como política de Estado de forma a superar-se no país uma educação pobre e empobrecedora para os setores populares, bem como sua subordinação à lógica do mercado. Deverá assim, fazer do PDE um caminho para garantir a inserção da educação no campo dos direitos de forma a garantir qualidade social possibilitando acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Momento privilegiado desse processo deverá ser a I Conferência Nacional de Educação na qual se poderá tratar de maneira articulada e integrada todos os níveis de ensino com ampla participação social, particularmente dos movimentos sociais.

A Conferência, precedida por Conferências Municipais e Estaduais, será espaço privilegiado para que se possa avaliar e articular as definições da LDB, do Plano Nacional de Educação e do PDE, propondo-se alterações e mudanças nestes instrumentos de política pública, se for o caso.

Desde já o PT se dispõe a contribuir com a discussão de uma pauta que,

apoiada no programa de governo que elegeu o presidente, contribua com o aperfeiçoamento do plano.

Sobre avaliação e o IDEB

Conforme indicado no programa de governo a avaliação deve se constituir em instrumento de aperfeiçoamento do projeto político-pedagógico das escolas e das políticas educacionais sob responsabilidade de estados e municípios, razão pela qual tem forte poder indutor. Para tanto deve se referir a processos – e não apenas a resultados – deve ter caráter cumulativo e contínuo, tal qual definido qual definido pela LDB, envolvendo alunos, familiares, educadores, gestores e procedimentos de gestão de maneira a permitir o estabelecimento da cultura do planejamento e replanejamento da política educacional. Por essa razão ainda que o IDEB se constitua em um indicador importante - na medida em que combina dados de fluxo escolar com os instrumentos de avaliação de desempenho em português e matemática –, ainda que a Provinha Brasil possa oferecer informações significativas sobre a aquisição da escrita no processo da alfabetização, esses indicadores são insuficientes para induzir a cultura da avaliação vinculada ao planejamento e a gestão da política educacional nos estados e municípios e, ainda mais, para induzir as políticas nacionais nas áreas de formação e currículo.

Em função dessas considerações sugere-se que o MEC incentive a avaliação externa e interna dos sistemas municipais e estaduais de educação e estenda a avaliação a outros campos do conhecimento imprescindíveis ao desenvolvimento cultural das gerações que passam pela escola. Sugere-se ainda, a realização de uma avaliação combinada que incorpore no IDEB outros indicadores – avaliados pelo SAEB – como condições culturais, sociais e as estruturas físicas, humanas e administrativas das escolas visando a concretização da avaliação processual indicada.

A dinâmica do SINAES pode se constituir em uma referência para esse fim.

Formação de gestores municipais e estaduais

Uma das metas apontadas pelo programa de governo para que se consiga alterar os padrões de qualidade da educação refere-se ao aperfeiçoamento da gestão da educação no país. Trata-se de fortalecer e apoiar os municípios para que definam políticas educacionais à luz dos programas de governo, dos planos nacional, estadual, municipal de educação e das metas

projetadas a partir do IDEB. No mesmo sentido é fundamental que sejam definidos mecanismos de planejamento e gestão dessas políticas que permitam a articulação e integração de ações e equipes, a racionalização no uso dos recursos de toda ordem e, o que é fundamental, diálogo e orientação permanentes as unidades educacionais.

O aperfeiçoamento da gestão é indissociável de sua democratização visando a superação do gerencialismo presente em vários sistemas de ensino. Por essa razão é necessário fortalecer a articulação de iniciativas do governo voltadas para esse fim. Também nesse sentido, vale destacar, a importância do empenho de todos os segmentos para o encaminhamento e aprovação dos projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado visando aperfeiçoar a democracia nas unidades educacionais (inclusive nas instituições federais de ensino) em todo país. Por meio da escolha de dirigentes pela comunidade, pela valorização dos projetos políticos pedagógicos (ppps) das escolas – como instrumentos de planejamento coletivo –, pela constituição de conselhos escolares deliberativos e representativos dos segmentos da comunidade escolar será possível ampliar a democracia nas unidades educacionais.

A profissionalização dos trabalhadores em educação e a instituição de novos padrões de gestão pedagógica

A criação do Piso Salarial Profissional Nacional contribui para que o país assegure a valorização profissional dos trabalhadores em educação de maneira a reverter o aumento do déficit e evasão de profissionais na área. Com a instituição do piso, será possível atingir, progressivamente, melhores condições salariais para o conjunto dos trabalhadores em educação do país, em especial para o magistério (PL 619/07). Trata-se de assegurar que possam dedicar mais tempo a seus alunos em uma mesma escola por meio da investigação, da formação e do desenvolvimento do projeto político pedagógico em cada unidade.

Mas, além do salário para que o professor possa dedicar mais tempo à formação e ao trabalho individual e coletivo voltado à investigação sobre os alunos e à construção e acompanhamento do projeto político-pedagógico é preciso que sua jornada de trabalho preveja esse tempo.

A instituição de uma jornada integral que suponha o trabalho coletivo e a formação individual tem duas implicações fundamentais: a resignificação da docência - na medida em que o trabalho do professor deixa de ser reduzido estritamente à sala de aula; e a de que a qualidade da educação não

resulta apenas da formação e dos méritos individuais. Uma jornada que destine tempo para o exercício da investigação, reflexão sobre prática e sobre os campos do conhecimento e da criação humana. Uma jornada que permita a elaboração e a construção de novos saberes pedagógicos pelas equipes das escolas, com os aportes da formação continuada, representa um grande impulso para que as necessidades e dificuldades dos alunos sejam tratadas com maior profundidade e melhor nível de elaboração no que se refere ao desenvolvimento do currículo.

Por essa razão tem grande importância a aprovação do PL 1.592/2003 que visa fixar diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais da educação. Além das diretrizes de carreira será necessário que os Municípios, Estados e União assegurem o financiamento desses investimentos na valorização profissional. Na mesma direção merece apoio o PL 6206/2005 que contribui para a profissionalização dos funcionários da educação.

A qualificação profissional dos educadores deverá merecer grande atenção, particularmente no que se refere à combinação entre formação à distância e presencial.

No que diz respeito especialmente à formação continuada dos trabalhadores em educação, vale ressaltar a necessidade de que tenha caráter multidisciplinar, particularmente no que se refere aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Tal caráter multidisciplinar, marcado pelo diálogo entre as áreas do conhecimento, pode permitir a construção de uma visão crítica sobre eles; pode permitir também a ampliação do universo cultural dos educadores necessária ao desenvolvimento mais complexo e eficaz com os alunos de noções em vários campos do saber com os quais, necessariamente, se relaciona a alfabetização.

A qualificação social e profissional dos trabalhadores em educação é um dos elementos mais importantes para o sucesso do PDE e deverá merecer grande atenção. Deverão ser construídos itinerários formativos que permitam aos trabalhadores vislumbrarem o conjunto do seu processo formativo, com a combinação adequada entre formação presencial e à distância, bem como deverão ser construídos processos de reconhecimento dos saberes construídos no trabalho. A participação dos atores sociais da educação é imprescindível em todas as etapas da gestão da formação continuada dos trabalhadores em educação.

Os programas de formação e capacitação profissional devem ser intrinsecamente articulados com a carreira.

Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA)

No âmbito das determinações do Decreto 6093, que prevê o estabelecimento do Plano Plurianual de Alfabetização como condição do apoio técnico e financeiro da União a Estados, Municípios e Distrito Federal, é relevante que se destaque a integração entre EJA, certificação de conhecimentos e saberes, qualificação social e profissional e geração de emprego e renda. Trata-se de ampliar a formação de jovens e adultos e contribuir para a superação das condições de exclusão, tal qual indicado no programa de governo

A EJA não pode ser exclusivamente voltada para a alfabetização, mas deve ser direcionada também para o ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e ensino médio, com ênfase nos currículos integrados (educação básica e qualificação social e profissional). Também não pode ser exclusivamente voltada para o domínio da leitura, escrita e da aritmética, sendo fundamental as abordagens do contexto social e territorial, além da história das comunidades onde se inserem os educandos contribuindo para o fortalecimento das suas identidades sociais e fornecendo-lhes o instrumental para uma leitura do mundo na perspectiva emancipatória. Nesse mesmo sentido o Programa Pró-Jovem deverá, necessariamente, estar articulado com as ações de educação de jovens e adultos dos municípios e estados.

Visando aperfeiçoar essa formação dos alunos, é importante que nos estados e municípios seja favorecido o acesso e o contato com a produção cultural da forma mais ampla possível.

Educação Profissional

A necessária expansão da educação profissional de nível técnico e tecnológico deve ser acompanhada por medidas que superem a concepção produtivista e mercadológica, voltada exclusivamente para a empregabilidade, ainda hegemônica no país. Currículos integrados (a exemplo do PROEJA, Saberes da Terra, PROJovem e Trabalho Doméstico Cidadão), formação de educadores de educação profissional, reformulação das diretrizes da educação profissional baseada no Decreto 5.154, participação dos atores sociais na gestão de programas e ações são questões centrais que devem merecer prioridade.

Quanto à formação inicial e continuada de trabalhadores (FICT), é fundamental a sua regulação, abrangendo não apenas as ações do governo federal, estadual e municipal, como as ações do Sistema S e a formação nas empresas (“educação corporativa”). Esta regulação, assim como a articula-

ção do MEC com o Ministério do Trabalho e Emprego na construção do repertório nacional de qualificações e no catálogo nacional de cursos e entidades de FICT inibirá fortemente o desperdício de recursos causados pela fragmentação, superposição ou inadequação de ações, bem como o retorno de políticas compensatórias de qualificação, como o PLANFOR. Do mesmo modo, é fundamental a regulação da certificação profissional, hoje sob o domínio privado e sob o controle de mecanismos de qualidade total (“certificação de pessoas”).

Discussão do Reuni e fortalecimento da Universidade Aberta do Brasil

O programa de reestruturação e expansão das universidades federais – REUNI lança desafios importantes quanto à ampliação e ocupação das vagas nas universidades federais. Eles dizem respeito à ampliação das condições de acesso de milhares de jovens à universidade bem como ao aprimoramento das condições de realização, permanência e conclusão dos cursos. Esses objetivos se traduzem, entretanto, em medidas cujos fundamentos merecem maior e melhor discussão por todos os segmentos das universidades e pela sociedade. Destacamos particularmente: a elevação da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito ao final de cinco anos; a ausência a esse respeito de referência à pós-graduação; a superação da evasão e o comprometimento com a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento por políticas geradas, exclusivamente, no interior das universidades federais e ainda, a ampliação da mobilidade estudantil com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que garantam mobilidade dos estudantes.

Em relação ao acesso é importante que todos os esforços sejam realizados pela sociedade visando à aprovação do PL 73/99 para a institucionalização das reservas de vagas.

Por outro lado, a qualidade da educação superior pública deve continuar a ser referência para o sistema A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser cumprida rigorosamente pelas universidades, sejam públicas ou privadas.

Esse, por sua vez, necessita de marcos regulatórios de contornos mais definidos, que balizem a criação e o funcionamento das instituições. Esses marcos devem estar articulados com os procedimentos nacionais de avaliação nacional já consubstanciados no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior).

Vale ressaltar, ainda, a necessidade de que o REUNI estabeleça mecanismos de valorização e capacitação dos trabalhadores e que tal processo esteja articulado à carreira nacional.

Cabe destacar também a importância da qualificação e realização dos cursos de formação inicial e continuada à distância no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. A atenção para o equilíbrio entre os momentos de atividades presenciais e as orientações à distância são imprescindíveis para assegurar a qualidade desses cursos e o acesso dos estudantes.

Regime de Cooperação

São condições indispensáveis para que se concretizem mudanças estruturais no desenvolvimento da educação nacional a regulação do regime de cooperação e formas de articulação entre os entes federados, bem como a organização de um Sistema Nacional de Educação, regulamentando o artigo 23 da Constituição Federal.

Realização da I Conferência Nacional de Educação

A Conferência Nacional de Educação, cujo processo foi iniciado em 2007, é um marco inédito em termos da democratização da gestão educacional no país.

Seguramente o processo de realização da Conferência, terá um efeito demonstrativo importante para municípios e estados. Tanto no que diz respeito à mobilização social quanto aos processos de elaboração e/ou acompanhamento e compatibilização dos planos municipais, estaduais de educação e das metas do PDE.

É fundamental que esse processo de compatibilização entre os Planos e o PDE em cada município e estado resulte também na articulação entre os vários canais de participação existentes em cada localidade de modo a se evitar superposição de ações e iniciativas e o esvaziamento de algum desses espaços.

Como já indicado, essa será uma oportunidade para a participação da sociedade, em particular dos movimentos sociais, na discussão dos rumos da educação no país, O processo de preparação ocorrerá fundamentalmente, por meio de Conferências Estaduais de Educação. No caso dos municípios de maior influência para o desenvolvimento do Estado ou Distrito Federal, bem como das capitais das Unidades Federadas, deverão ser realizadas Conferências Municipais de Educação. Tais conferências deverão representar uma oportunidade rara para a troca de experiências, assim como para a elucidação das

várias concepções de educação e políticas educacionais no Brasil na medida em que realize um balanço da implementação do Plano Nacional de Educação e a prospecção de novas metas para a educação brasileira.

Reforma Agrária

O PT reafirma a centralidade da reforma agrária no projeto de desenvolvimento do Brasil, como condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do território e para o uso sustentável dos recursos naturais.

O PT propõe a todas as forças democráticas e populares a construção de uma ampla transformação no mundo rural, como parte constitutiva de um novo modelo de desenvolvimento nacional com justiça social e soberania. Esse caminho passa pela democratização do acesso e da posse da terra, pela afirmação do princípio da função social da propriedade, o fortalecimento da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e das comunidades rurais tradicionais, a soberania territorial, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia.

O modelo agrário historicamente implantado no Brasil baseia-se na grande propriedade monocultora, que degrada os recursos naturais e submete a força de trabalho a condições desumanas, degradantes e ao trabalho escravo. Esta estrutura fundiária, marcadamente latifundiária, é geradora de relações sociais, econômicas e políticas injustas, desiguais e autoritárias. A modernização conservadora do campo promovida pelo regime militar, por meio de fartos subsídios públicos para estimular a mecanização e o uso intensivo de agroquímicos e outras tecnologias, gerou o aumento da concentração fundiária e da pobreza no campo e forçou o êxodo rural, que acabou por alimentar um processo de urbanização caótico. Na fase atual, em que o velho latifúndio se apresenta como “agronegócio”, o modelo agrícola é fortemente influenciado pelas grandes empresas transnacionais da agricultura, que controlam a cadeia produtiva, desde as sementes - muitas delas transgênicas - até a industrialização e a distribuição.

Esse quadro pode se agravar com a ampliação desregulada da produção de etanol. No padrão atual, essa produção é realizada em grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, sendo que a maior parte delas ofe-

rece condições de trabalho desumanas e degradantes e causam imenso prejuízo a biodiversidade. A expansão pode resultar no aumento da compra de indústrias e de terras por empresas estrangeiras (desnacionalizando ainda mais o país), aumentar a concentração fundiária, desestruturar regiões de concentração da agricultura familiar, impactar a produção de alimentos e pressionar a expansão da fronteira com graves consequências ambientais. Não podemos repetir erros do passado. A produção de etanol deve ser objeto de regulação pelo Estado, com a restrição de áreas de plantio, implementação de efetivo zoneamento climático-sócio-ambiental, exigência do cumprimento da função social da propriedade, estabelecimento de condicionantes para acessar financiamento público.

A concentração da propriedade da terra sustenta-se, também, nas situações de ilegalidade e instabilidade jurídica que permitiram que milhões de hectares de terras públicas e devolutas fossem griladas e banhadas com o sangue dos que ali habitavam. Estima-se que milhares de pessoas trabalham em regime de escravidão em nosso país, parte desses trabalhadores encontram-se em carvoarias ilegais localizadas na região amazônica. Outro dado alarmante da barbárie capitalista rural pode ser verificado no número de assassinatos, tentativas de assassinatos, feridos e prisões no campo.

A resistência camponesa, negra, indígena e popular tem marcado a história nacional. Os trabalhadores e trabalhadoras sempre lutaram para mudar a estrutura latifundiária. Eles reivindicam a democratização do acesso e da posse da terra e a extensão da cidadania a população do campo. Por essa razão, as organizações e movimentos sociais no campo foram e seguem sendo importantes agentes da construção da democracia brasileira. Suas lutas são legítimas e necessárias. As ocupações de terras improdutivas ou griladas representam o principal método de luta das organizações camponesas no Brasil e na América Latina. Essas ocupações têm seu fundamento no direito à vida, à alimentação, à moradia e, sobretudo, na função social da propriedade, nos termos previstos pela Constituição Federal. A maioria dos assentamentos rurais atualmente existentes foi conquistada por meio das lutas camponesas, em especial, por meio das ocupações.

O Poder Judiciário tem representado um importante obstáculo à reforma agrária. Setores predominantes desse Poder tratam com pesos diferentes as ações judiciais envolvendo a luta pela terra: impunidade frente a violência, agilidade para julgar ações penais contra as lideranças dos movimen-

tos sociais e lentidão para apreciar as ações de desapropriação e de retomada de terras que estão nas mãos de grileiros.

O problema agrário brasileiro foi agravado durante a era FHC. O projeto neoliberal significou o sucateamento do INCRA, o desmonte do sistema nacional de assistência técnica e a criminalização dos movimentos sociais, cuja principal expressão foi a edição da “MP das Invasões”. O “Novo Mundo Rural” que o governo FHC projetava para o país estava na contramão das aspirações populares, até porque mantinha inalterada a estrutura latifundiária.

A eleição de Lula representou uma inflexão no tratamento dado à questão agrária pelo governo brasileiro. O II Plano Nacional de Reforma Agrária buscou expressar uma abordagem contemporânea, em que a mudança da estrutura fundiária com a conquista do direito a terra associa-se à segurança e soberania alimentar, à promoção da igualdade de gênero, a conservação da biodiversidade, como elementos constitutivos de um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, os recursos destinados à aquisição de terras foram ampliados significativamente, os valores direcionados ao financiamento da agricultura familiar saltaram de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, para R\$ 12 bilhões, em 2007, iniciou-se um processo de recuperação do INCRA, avançaram as ações de reforma agrária na Amazônia e os programas de educação do campo, foram criadas políticas públicas voltadas ao aumento da qualidade dos assentamentos de reforma agrária, a promoção da igualdade de gênero e reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas. Além disso, o governo interditou o processo de criminalização promovido por FHC e manteve um permanente e solidário diálogo com os movimentos sociais no campo, inclusive na elaboração e implementação das políticas públicas. Essas e outras ações tornam a reforma agrária do governo Lula muito superior a dos demais governos.

No entanto, esses avanços são insuficientes para alterar a estrutura fundiária concentradora e injusta e impulsionar um novo modelo de desenvolvimento rural. A reforma agrária ainda não foi reconhecida pelo governo como política pública central para o desenvolvimento do país e da democratização da sociedade. O modelo do agronegócio continue hegemônico, tendo sido beneficiado por crescentes volumes de crédito e seguidas renegociação de dívidas. Verifica-se ainda alguns retrocessos, como a liberação comercial dos transgênicos e o estímulo às transnacionais papeleiras, que espalham o “deserto verde”.

Para modificar a matriz econômica, social e política brasileira a reforma agrária precisa ser massiva e ampla e democratizar a estrutura fundiária em

todas as regiões do país. Temos que superar a hegemonia do agronegócio e constituir um novo modelo de desenvolvimento, calcado na democratização da terra, na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura familiar.

Reforma agrária pressupõe desconcentrar a propriedade da terra, alterando a estrutura fundiária que atualmente mantém 46,8% da área registrada nas mãos de 1,6% dos proprietários e tornar produtivos os 133 milhões de hectares de terras improdutivas. Pressupõe-se também garantir o cumprimento da função social da propriedade e limitar o tamanho máximo da propriedade, razão pela qual o PT apóia a campanha promovida pelo Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pela limitação do tamanho da propriedade. Pressupõe ainda retomar amplas parcelas do território que atualmente se encontram nas mãos de grileiros e destina-las ao assentamento de trabalhadores sem-terras, bem como reconhecer e titular as terras de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os imóveis rurais que não cumprem a função social precisam ser destinados à reforma agrária. A função social somente é atendida quando a terra produz, utiliza racionalmente os recursos naturais, respeita a legislação que regula as relações de trabalho e assegura o bem-estar daqueles que nela trabalham. A propriedade que atenda aos índices de produtividade, mas que não respeite o meio ambiente e a legislação trabalhista, também deve ser destinada a reforma agrária. Urge ainda atualizar os índices de produtividade, fixados com base em dados da década de 1970, para que se possa viabilizar o instrumento da desapropriação, priorizando, inclusive, as famílias acampadas. Os proprietários que praticam o trabalho escravo e degradante devem ser submetidos à legislação penal e impedidos de acessar recursos públicos, sendo que seus imóveis devem ser expropriados, sem indenização, e destinados aos assentamentos. Por esse motivo, o PT e o governo Lula devem trabalhar para que o Congresso Nacional aprove imediatamente a PEC que determina a expropriação da propriedade onde for constatado trabalho escravo.

O país precisa redefinir o marco legal da reforma agrária para que ela possa ter a dimensão e magnitude necessária: criar novas linhas de crédito especial para os beneficiários da reforma agrária, inclusive, as comunidades tradicionais; aprofundar o fortalecimento institucional do INCRA; promover a desburocratização do processo administrativo e judicial da desapropria-

ção; aumentar os recursos orçamentários para a reforma agrária; e implementar uma política que universalize a educação no campo. Além disso, precisamos ampliar a capacidade do Estado de regulação do desenvolvimento rural, em especial, a regulação da ocupação do território, das atividades agropecuárias e agroindustriais e de gestão dos recursos naturais.

O PT deve lutar para que o Congresso Nacional deixe de ser instrumentalizado pelos ruralistas para travar a Reforma Agrária e criminalizar os movimentos sociais do campo, lutando para aprovar a PEC que expropria propriedade onde for constatado trabalho escravo, para aprovar os projetos que impedem a concessão desordenada de liminares em ações possessórias e as proposições que agilizam os processos administrativos e judiciais de obtenção de terras.

Os delegados e delegadas do III Congresso do PT reafirmam que a reforma agrária representa uma das mais importantes bandeiras políticas do PT. Por essa razão, a militância do PT presente nas lutas sociais e na institucionalidade deve atuar nas mais variadas frentes para construir um vigoroso movimento capaz de implementar uma ampla e massiva reforma agrária.

Reforma Urbana

No primeiro mandato do governo Lula, o Ministério das Cidades foi responsável por iniciar a implementação do Estatuto das Cidades e de uma agenda da Reforma Urbana no país, através da construção de uma política urbana a partir do processo de Conferências Nacionais, do estabelecimento do Conselho Nacional das Cidades, da aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, da aprovação de marco regulatório do saneamento e da Campanha Nacional pela implementação dos Planos Diretores Participativos.

Neste segundo mandato, estas ações podem avançar, na medida em que os recursos disponibilizados através do PAC possam ser utilizados para que os princípios e diretrizes estabelecidos através destes instrumentos transformem-se de fato em acesso à terra urbanizada, regularizada e bem localizada para todos os segmentos sociais.

Neste sentido, é fundamental que os instrumentos de política fundiária dos planos diretores sejam utilizados para combater a exclusão social, aumentando a oferta de terrenos bem localizados para habitação de interesse social e promovendo a regularização fundiária plena dos assentamentos

ocupados por população de baixa renda.

Entendendo que essas ações são de competência municipal, cabe ao governo federal dar as diretrizes e promover ações de assistência técnica e capacitação, fortalecer os movimentos sociais, além de liderar, em todo o país, um mutirão para construir cidades de todos e para todos.

Além disso, deve ser garantido que os projetos de intervenções de urbanização de favelas implementadas com recursos do PAC sejam definidos em conjunto com os moradores envolvidos e que a produção de habitação de interesse social atenda prioritariamente à população com faixa de renda de até 3 salários mínimos.

Para garantir essa política no Governo Lula, é necessário preservar e fortalecer a política construída com a sociedade - nas Conferências e Conselho das Cidades - e para tanto é necessário que a condução do Ministério das Cidades seja feita com esses princípios e realizada por quadros comprometidos com a implementação desta agenda, como são os companheiros petistas identificados e formados nesta perspectiva.

Em defesa do SUS: essa luta é nossa.

A saúde como direito fundamental da pessoa humana deve ser objetivo primordial dos governantes. Ao mesmo tempo, a saúde é fator de desenvolvimento econômico e social de um país e é o resultado do modelo de desenvolvimento adotado. Garantir a saúde de um povo significa investir na qualidade de vida das pessoas e assegurar a oferta de ações e serviços de saúde, conforme sua necessidade. Ter um sistema de saúde democrático, que desenvolve ações integrais de acesso universal, é uma conquista da sociedade brasileira que precisa ser valorizada e defendida contra qualquer iniciativa que impeça o seu avanço ou que atente contra os seus princípios e suas diretrizes.

O Sistema Único de Saúde (SUS), concebido na luta da sociedade organizada em defesa da saúde pública de qualidade a partir da década de 70, sistematizado pelo Movimento da Reforma Sanitária na 8ª Conferência Nacional de Saúde e instituído pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis Orgânicas da Saúde, acumula vitórias nesses 19 anos de implantação. É o maior sistema público de saúde do mundo e um dos principais ramos de atividade social e econômica do Brasil com profissionais e serviços de excelentes qualidades e reconhecido nacional e internacionalmente. O Partido dos Trabalha-

dores (PT) foi um dos principais protagonistas da criação do SUS, que participou de todas as lutas sociais em sua defesa, apresentou propostas em todas as Conferências de Saúde realizadas nesse período e vem desenvolvendo inúmeras experiências bem sucedidas de sua implementação em gestões municipais, estaduais e, desde 2003, no governo federal, e que, também, foi responsável pela proposição e aprovação da Emenda Constitucional nº 29/2000, que definiu a responsabilidade das 3 esferas do governo com relação ao financiamento do sistema e, ainda, foi autor do Projeto de Lei Complementar que regulamenta a EC 29 e de seus substitutivos.

O PT reafirma sua defesa intransigente do SUS como DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, seus princípios e diretrizes e o pacto pela saúde, entendendo a saúde como um bem público de toda a sociedade, que o conjunto de serviços da saúde, sejam públicos ou privados, devem estar sob efetiva gestão pública onde o Estado regule o mercado no interesse público e não o mercado molde o Estado na lógica dos interesses do capital. Defende o governo Lula e seu programa de governo para a saúde, vitorioso na campanha eleitoral de 2006. Defende a interlocução permanente dos setoriais com governos do PT, em especial do setorial nacional de saúde com o Ministério da Saúde, além dos setoriais estaduais e municipais com as respectivas secretarias de saúde. Defende, também, o envolvimento do conjunto da sociedade num amplo processo de participação popular no Pacto em defesa do SUS.

Mesmo com as conquistas obtidas até o momento, o SUS precisa continuar avançando: na construção de uma gestão democrática e com qualidade; na superação efetiva do modelo biomédico, neoliberal, privatista, em todos os níveis do sistema; na qualidade, universalização e ampliação da resolutividade, da atenção básica, bem como toda a rede integrada de serviços na média e alta complexidade; no fortalecimento do controle social e na humanização, na perspectiva de consolidar como a maior política pública de nosso país, generosa, solidária, inclusiva, participativa e universal. Para isso, é preciso que o Estado destine mais recursos para o financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde que integram o Sistema, com definições claras e objetivas sobre a melhor forma de aplicação dos novos recursos e para a qualificação da sua gestão.

Por fim, e não menos importante, o PT exige a regulamentação da EC 29/2000, que define o que são ações e serviços públicos de saúde para efeito de aplicação dos recursos do SUS, a ampliação dos recursos da União,

e a penalização do gestor que descumprir a legislação brasileira do SUS.

Os recursos novos resultantes da regulamentação da EC 29 devem ser destinados a: garantir a implantação imediata de sistemas de informação e comunicação, otimizando a regulação do sistema, instrumentos adequados aos interesses dos usuários do SUS; facilitar o acesso às políticas de atenção universal e integral, sem discriminação de qualquer natureza e considerando as diferenças epidemiológicas, sociais e regionais, com a gestão pública qualificada; garantia da participação popular e o controle social nos novos espaços de gestão solidária e democrática, oportunistados pelo Pacto pela Saúde; promover a humanização da atenção e das relações entre gestores, profissionais e usuários, a desprecarização do trabalho e a implantação dos Planos de Carreira, Cargos e Salários do SUS, com pisos nacionais de salário conforme a escolaridade de seus profissionais.

À designação do Sistema de Saúde nacional acrescenta-se a caracterização de único porque se adota os mesmos princípios doutrinários e os mesmos princípios organizativos em todo o território nacional, sob responsabilidade de três esferas autônomas de governo: federal, estadual/Distrito Federal e municipal.

Baseado nos preceitos constitucionais, a construção do SUS norteia-se pelos seguintes princípios doutrinários e organizativos, a saber:

a) Universalidade: todas as pessoas têm direito ao atendimento independentemente de cor, raça, religião, local de moradia, situação de emprego, renda e outros. A saúde é dever da cidadania e dever dos governos municipal, estadual/Distrito Federal e federal. Assim, deixou de existir a figura do “indigente” no setor saúde;

b) Igualdade: todo cidadão é igual perante o Sistema Único de Saúde e será atendido conforme as suas necessidades. Os serviços de saúde devem considerar que em cada população existem grupos que vivem de forma diferente, ou seja, cada grupo ou classe social ou região tem seus problemas específicos, tem diferenças no modo de viver, de adoecer e de ter oportunidades de satisfazer suas necessidades de vida;

c) Integralidade: as ações de saúde devem ser combinadas e voltadas, ao mesmo tempo, para a prevenção e a cura. Os serviços de saúde devem funcionar atendendo o indivíduo como um ser humano integral, submetido às mais diferentes situações de vida e de trabalho, que o levam a adoecer e a morrer. O indivíduo deve ser entendido como um ser social, cidadão que do ponto de vista biológico, psicológico e social está sujeito a riscos de morte. Desse modo, o atendimento deve incidir sobre a sua saúde e não somente

sobre as suas doenças, o que demanda erradicar as causas, diminuir os riscos e tratar os danos. Em síntese, é preciso garantir o acesso às ações de:

- Promoção (ações que buscam eliminar ou controlar as causas de doenças ou agravos à saúde, envolvendo também ações desenvolvidas em outros setores, como meio ambiente, habitação e educação);
- Proteção (ações específicas para prevenir riscos e exposições às doenças, ou seja, para manter o estado de saúde);
- Recuperação (ações que evitam as mortes das pessoas doentes, assim como as seqüelas, ou seja, que já atuam sobre os danos à saúde).

d) Regionalização e Hierarquização: a rede de serviços do SUS deve ser organizada de forma regionalizada e hierarquizada permitindo, assim, um conhecimento maior dos problemas de saúde da população de uma área territorial delimitada, favorecendo o desenvolvimento das ações de atenção ambulatorial, hospitalar e de urgência e emergência em todos os níveis de complexidade, de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica (controle de doenças), de controle de vetores e de educação em saúde.

O acesso da população à rede de serviços deve se dar por meio de serviços de nível primário de atenção, qualificados o suficiente para resolver os principais problemas que são demandados aos serviços de saúde. Aqueles que não podem ser resolvidos nesse nível de atenção devem ser referenciados para os serviços de maior complexidade tecnológica;

e) Descentralização: a redistribuição das responsabilidades pelas ações e serviços de saúde entre as três esferas de governo, a partir da idéia de que, quanto mais perto do fato a decisão for tomada, mais chance haverá de acerto. Isso pressupõe que deverá haver profunda redefinição das atribuições e responsabilidades da esfera federal, estadual/Distrito Federal e municipal, procurando reforçar-se o poder municipal no tocante à saúde;

f) Participação da Comunidade: garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, poderá participar do processo de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução em todas as esferas de governo, desde a federal até a local. Essa participação deve dar-se nos Conselhos de Saúde (nacional, estadual/Distrito Federal e municipal), constituídos por representação paritária de usuários, governo, profissionais de saúde e prestadores de serviços, com poder deliberativo, e nas Conferências de Saúde - instâncias máximas de deliberação que devem ocorrer periodicamente.

Por um Brasil de mulheres e homens livres e iguais

O PT, através de sua secretaria defende e reafirma seu compromisso com políticas e ações, hoje incorporadas pelo governo federal, que representam as principais bandeiras de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, e que são extremamente significativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

- defesa do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementando, assim, um sistema nacional de políticas para as mulheres;
- defesa do Plano Nacional de Combate e Erradicação da Violência contra a Mulher e de todas as discriminações, como a orientação sexual, de raça/etnia, de idade, de religião, etc;
- defesa do Plano Nacional de Planejamento Familiar, contribuindo para a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade;
- defesa da autodeterminação das mulheres, da discriminação do aborto e regulamentação do atendimento à todos os casos no serviço público evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem;
- defesa do direito à creche e equipamentos sociais para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade;
- defesa da ampliação do salário mínimo;
- defesa da construção de novas relações de trabalho e geração de renda, pautados pelos princípios da igualdade de oportunidades;
- defesa de medidas para ampliação e promoção da igualdade de raça/etnia;
- defesa do controle social da mídia, em especial, no que diz respeito à imagem da mulher veiculada nos diferentes veículos de comunicação;
- defesa da equiparação salarial para trabalho igual entre mulheres e homens.

Conferência Nacional do Mundo do Trabalho

O Partido dos Trabalhadores defenderá diretamente na sociedade e junto ao Governo Lula a realização de uma Conferência Nacional do Mundo do Trabalho, nos moldes das conferências que vêm sendo realizadas principalmente no atual governo, visando articular e qualificar as proposições gerais do mundo do trabalho para um projeto de nação democrática e popular.

O PT proporá que o eixo estruturador da conferência seja:

- PROPOSTAS DO MUNDO DO TRABALHO PARA UMA NAÇÃO SOBERANA, DEMOCRÁTICA E POPULAR.

- Eixo este que se desdobraria nos seguintes temas:
- Os trabalhadores como sujeitos na construção de um Brasil soberano, democrático e popular.
- Redução da jornada de trabalho e fim das horas-extras: menos trabalho, para que todos possam trabalhar!
- Agricultura familiar e soberania alimentar.
- Autogestão, micro e pequenas empresas, numa perspectiva democrática e popular.
- Estado e direitos históricos do mundo do trabalho.
- Controle social na economia contemporânea.

Plebiscito da Vale do Rio Doce

Em 1997 a Cia. Vale do Rio Doce foi privatizada por FHC, num leilão fraudulento, privatização contra a qual lutaram o PT, a CUT e os principais movimentos sociais do Brasil.

Em dezembro de 2005, após reabertura de uma Ação Popular pela justiça de Brasília, ação que questiona o leilão de privatização, foi retomada a luta pela recuperação da Vale através da campanha pela anulação do leilão.

Essa campanha organiza para a Semana da Pátria um plebiscito popular que questiona a privatização de 1997 e reconhece que o governo e a justiça brasileira têm a legitimidade e a autoridade política para anular o leilão.

O 3º Congresso do PT decide apoiar o plebiscito, com uma pergunta sobre a Vale, conforme definiu a CUT, inclusive organizando a coleta de votos nos diretórios municipais e zonais em todo o país, entre os dias 1 e 7 de setembro, somando-se à ampla organização social já em movimento.

Solicitação à Procuradoria Geral da República

O 3º. Congresso Nacional do PT solicita à Procuradoria Geral da República (PGR) agilidade na instauração das ações pertinentes às denúncias de

“caixa 2” e uso de dinheiro público na campanha eleitoral de 1998 pelo PSDB, em Minas Gerais, tendo como candidato o hoje senador Eduardo Azeredo, ex-presidente nacional desse partido.

Saliente-se que este e outros fatos já têm forte comprovação, sendo inclusive citados pelo ministro Joaquim Barbosa, no STF.

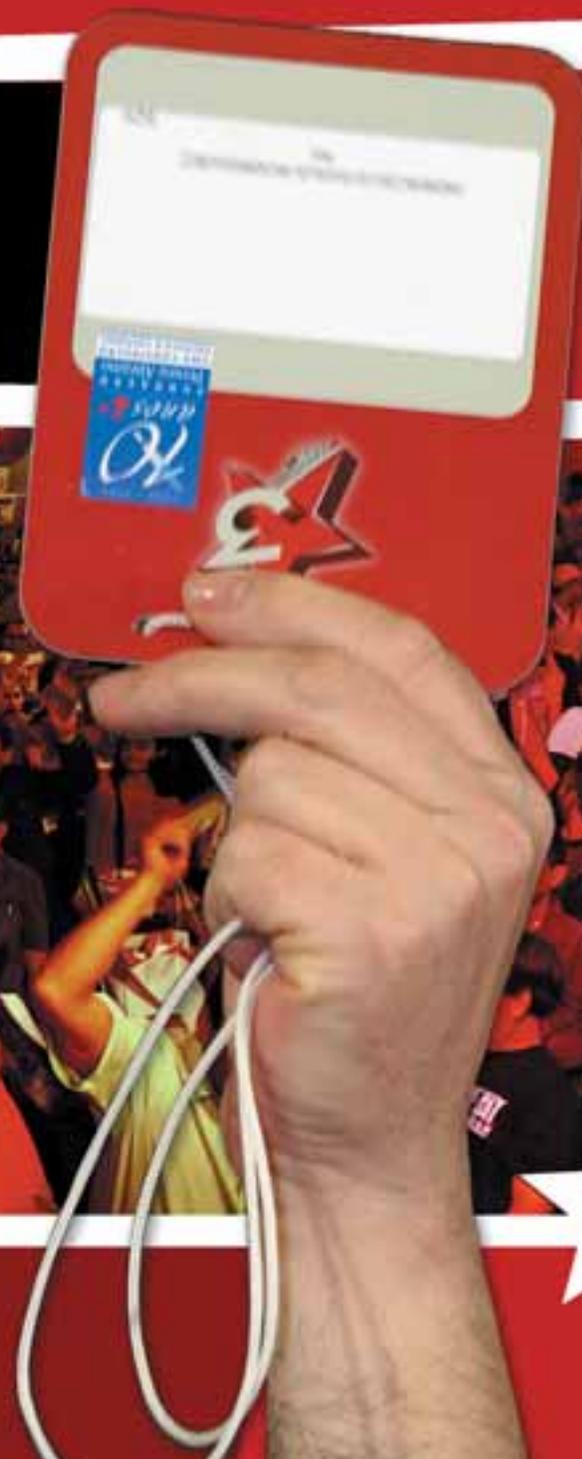
Registre-se também que a Polícia Federal já finalizou o inquérito, comprovando a denúncia, e o remeteu à PGR, o que impõe sua completa elucidação nos canais judiciais competentes.

¹ CHAUI, Marilena, Cultura, Socialismo e Democracia, in Cidadania Cultural: o direito à cultura, Editora da Fundação Perseu Abramo, pp. 129-147, São Paulo, 2006

² Sérgio Mamberti, Secretário da Identidade e Diversidade Cultural – Ministério da Cultura, 2004.

³ As ações previstas no PDE são as seguintes: Fundeb, Incentivo à Ciência, Transporte Escolar, Plano de Metas, Brasil Alfabetizado, Luz para Todos, Piso do Magistério, Formação, Educação Superior - Reuni, FIES e PROUNI, Biblioteca na Escola, Educação Profissional, Estágio, Proinfância, Salas Multifuncionais, Pós-Doutorado, Censo pela Internet, Saúde nas Escolas, Olhar Brasil, Mais Educação, Educação Especial, Professor Equivalente, Guia de Tecnologias, Coleção Educadores, Dinheiro na Escola, Concurso, Acessibilidade, Cidades-Pólo, Inclusão Digital, Gosto de Ler, Conteúdos Educacionais, Planos Escolares, Formação da saúde, Literatura para Todos, Proext: extensão, ensino e pesquisa, Licenciatura de Qualidade: Prodocência, Nova Capes, Provinha Brasil

PT: concepção e funcionamento



As delegadas e os delegados petistas, eleitos pela base de nosso partido, que participam do 3º Congresso Nacional do PT, têm a tarefa de preparar o PT para o próximo período de enfrentamentos políticos e transformações no país. O programa do PT é de longo prazo e as resoluções aprovadas aqui visam ultrapassar o horizonte eleitoral.

O 3º Congresso propõe uma reflexão sobre o papel do PT em face da sua história e vocação. Uma reflexão sobre os riscos e oportunidades deste momento histórico, reafirmando o compromisso com os ideais de liberdade e combate à desigualdade econômica, social, de gênero, racial, étnica e regional; com o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade; com a democracia, a ética pública e o combate à corrupção; com o fortalecimento e a autonomia dos movimentos sociais; com a inclusão social, a proteção e o fomento da diversidade cultural; com a superação de todas as formas de preconceito e discriminação. Compromissos libertários que, vertidos para a nossa prática política, criam as condições para a construção do socialismo democrático.

Para isso, o PT se reafirma como um partido de massas e de quadros, militante e dirigente. Reconhecemos a autonomia dos movimentos sociais e colocamo-nos ao seu lado na luta por uma sociedade sem explorados e exploradores, estimulando e orientando nossa militância a se engajar nela. Reconhecemos, também, como um partido apto a assumir tarefas de governo, razão pela qual nos cabe o dever de investir na elaboração e sistematização de políticas públicas que componham um efetivo *Modo Petista de Governar e Legislar*.

Somos socialistas e entendemos que os valores do socialismo devem balizar nossa organização partidária. Nossa democracia interna deve estar marcada fortemente por valores que queremos ver inscritos no mundo. Para além da retórica, temos de reconhecer que é preciso dar um passo adiante na nossa forma de organização e convivência e também no relacionamento que mantemos com governos e com a sociedade.

Para que o PT contribua para o aprimoramento da democracia brasileira e para as transformações sociais necessárias, é preciso que o projeto político por nós defendido tenha capilaridade na sociedade. Isto supõe a construção de hegemonia, não apenas de maiorias políticas.

O mesmo raciocínio pode ser usado em relação ao partido. Entendemos que a construção de maiorias partidárias, que são muito importantes para o funcionamento das instâncias, não podem se estabelecer em detrimento de um projeto de hegemonia que pressupõe a conquista de espaços pela força do argumento e da elaboração política.

O 3º Congresso Nacional do PT compreende que houve uma significativa perda do vigor no nosso diálogo com os movimentos sociais e populares, com a intelectualidade e com a nossa militância, uma fragilização do papel da juventude na construção do PT, assim como do papel dos setoriais no equilíbrio entre nossa atuação institucional e as lutas da sociedade. As resoluções deste congresso têm o objetivo de oferecer correções ao partido e fortalecer o vínculo deste com sua militância.

Em 2010, teremos o importante desafio de dar continuidade aos oito anos de transformação do país, quando disputaremos a Presidência da República. Antes disso, porém, em 2008, teremos de apresentar à sociedade um partido articulado internamente e sintonizado com o que a sociedade brasileira espera de nós, considerando que as eleições municipais serão um momento delicado em que as forças conservadoras nos atacam de todas as formas, legítimas ou não.

O crescimento do Partido dos Trabalhadores e a ampliação de suas responsabilidades institucionais e seu peso político na sociedade brasileira e latino-americana aumentam significativamente a necessidade de aperfeiçoamento do projeto nacional do partido à luz da utopia de construção de um socialismo democrático.

A superação das desigualdades sociais e políticas e o aperfeiçoamento da democracia, supõem a construção de hegemonia e a ampliação da participação dos trabalhadores e setores excluídos na vida da sociedade brasileira.

Estes objetivos estratégicos – para os quais concorrem fortemente as mudanças em curso no governo Lula – dependem também da ação de um partido forte, democrático e coeso política e ideologicamente. Isso requer o aperfeiçoamento de mecanismos e dinâmicas que proporcionem as condições para a discussão e elaboração política; para a troca de experiências e para a socia-

lização dos marcos teóricos e políticos construídos ao longo de seus 27 anos. Isso requer o fortalecimento dos militantes do PT, seu maior patrimônio.

Por tudo isso, o 3º Congresso não pode exprimir um resultado apenas aritmético, mas tem de representar mudanças reais que confirmem ao partido uma grande vitória política, de conteúdo, algo que se torne uma referência consistente para o PT e para a sociedade.

Setoriais e movimentos sociais e populares

O 3º Congresso Nacional do PT define os Setoriais do Partido como espaço de organização da militância petista nos movimentos sociais com três finalidades básicas:

- motivar a organização partidária de filiados/as petistas dos movimentos sociais de cada setor;
- elaborar políticas públicas no âmbito partidário para subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido; funcionar como representação institucional do PT em cada setor nas suas relações com os movimentos sociais, as bancadas parlamentares e os governos integrados pelos quadros do Partido.

Milhares de petistas participam dos mais variados movimentos sociais do país. A criação mesma do PT está vinculada a esta inserção, que se mantém com forte capilaridade em todos os estados e municípios onde o PT está inserido.

Ao longo dos anos, essa relação foi se tornando mais complexa por vários fatores. O crescimento dos movimentos sociais incorporou uma militância social não vinculada a partidos políticos. Incorporou ainda uma maior diversidade partidária na sua direção, que disputam espaço com petistas na busca da implementação de suas bandeiras e prioridades de organização. Os movimentos sociais se beneficiam das políticas públicas e dos canais de participação popular, quando abertos pelos governos integrados por petistas. Ao mesmo tempo, a lógica dos movimentos sociais é autônoma em relação aos governos e muitas de suas reivindicações se chocam com definições de governo provocando conflitos institucionais entre Movimentos e Governos e conflitos políticos entre petistas atuantes nos Movimentos e nos Governos.

Neste sentido, os Setoriais se transformam em espaços importantes de articulação destas relações entre partido e Movimentos Sociais na medida em que assumem, institucionalmente, tarefas como:

- promover e atualizar o mapeamento da ação de petistas nos movimentos sociais de seu setor;
- desenvolver políticas de filiação ao Partido de militantes dos movimentos sociais de seu setor;
- desenvolver políticas de incorporação desses militantes às estruturas de organização de base e formação política do Partido em todos os níveis;
- propor e articular a realização de cursos e outros mecanismos de formação para a militância petista dos movimentos sociais de seu setor;
- realizar anualmente plenárias setoriais atualizando, em todos os níveis, a política do Partido para o Setor;
- realizar periodicamente Seminários temáticos sobre os temas polêmicos do Setor para definir políticas e posicionamentos partidários a serem compartilhados com a direção do PT para orientar a ação dos/as petistas nos movimentos sociais;
- manter fóruns de debate virtual e circulação de informações e documentos entre a sua militância.
- assumir função mediadora, em nome do Partido, no conflito entre petistas dos movimentos sociais e das frentes institucionais, respeitando-se a autonomia dos entes envolvidos;
- elaborar políticas definidas para temas polêmicos de cada setor, em que os Setoriais subsidiem o Partido para que tome decisões sobre os temas relevantes para a sociedade e os movimentos sociais, de forma a orientar politicamente sua militância e tornar transparente as posições do PT.

Juventude

O PT sempre contou com ampla participação de jovens, muitos militando diretamente no setorial de juventude e outros tantos atuando em diversos setoriais ou diretamente nos diretórios municipais. Hoje, o número de filiados/as jovens, com idade até 29 anos, é de aproximadamente 280 mil.

É preciso que o partido invista e priorize um projeto que consiga alcançar uma juventude de massa, que dialogue com a sociedade e que, principalmente, seja uma clara expressão dos movimentos sociais, incorporando suas bandeiras de lutas e não se resumindo ao movimento estudantil.

Quando do nascimento do PT a participação dos jovens com função de direção era muito vasta, sobretudo porque o PT se constituía como símbolo

organizado dos sonhos e esperanças da juventude brasileira. Passados 27 anos da sua fundação, é preciso que o PT compreenda as mudanças de perfis da juventude e as diferenças entre os jovens que se aproximavam do PT nos anos 80 e os que nos vêem hoje, após o amadurecimento de nossas principais lideranças e experiências em governos, crises e acertos e desacertos.

Pensar numa forma de organização de jovens que possibilite um movimento de massas no partido, passa pelo reconhecimento de que o PT deve ser o partido com maior referência na juventude, sobretudo pelo compromisso com a adoção de políticas públicas para as juventudes e, principalmente, pelo compromisso a transformação social.

A crise de 2005 demonstrou a necessidade de repensarmos nossa forma de organização juvenil, considerando que nossa relação com os jovens brasileiros foi duramente atingida e não tivemos pronta-resposta para este setor.

O reconhecimento da especificidade da juventude tem de ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida; e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos.

Esse quadro compõe uma série de paradoxos para a atual geração juvenil, dos quais emergem as dificuldades, os dilemas, os desafios e também as possibilidades que os jovens têm à sua frente.

A organização e intervenção junto à juventude será prioridade política para o Partido dos Trabalhadores no próximo período.

Modo petista de governar

É preciso atualizar o modo petista de governar e de atuação parlamentar. Os mandatários petistas devem balizar sua atuação pelo programa do partido, pelo programa de governo apresentado por ocasião das eleições e pelo confronto desses com a realidade política, econômica e social. Cabe ao PT e às suas instâncias permanentemente fazer o acompanhamento crítico e solidário, qualificar sua militância para a intervenção política e oferecer aos seus quadros a formação política necessária para que o conceito de política pública seja desenvolvido.

Por sua composição, os Setoriais se constituem em espaços políticos privilegiados do PT capazes de debater e propor políticas públicas para subsidiar a ação legislativa de suas bancadas parlamentares quanto à ação de

governo de suas equipes na administração pública. O papel elaborador do partido, porém, não se esgota na formulação de programas de governo, mas se estende ao acompanhamento de sua execução.

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais – SNAI –, por sua vez, e suas correspondentes em estados e municípios, são também espaços de sistematização e elaboração de políticas públicas, devendo acompanhar a atuação de parlamentares e gestores petistas e oferecer-lhes instrumental necessário para que sua atuação institucional seja orientada pelas formulações do PT voltadas à superação das desigualdades, da afirmação de direitos, do desenvolvimento local sustentável, da gestão participativa, transparente e ética.

Sendo assim, cabe ao PT fortalecer os espaços de organização da militância em setoriais e, também, fortalecer o vínculo de gestores e parlamentares, assessores e técnicos, com o partido.

O modo petista de governar e de atuação parlamentar deve ser coerente com a transformação dos valores, do comportamento e das práticas da sociedade.

A SNAI, sob normatização do Diretório Nacional, constituir-se-á como espaço privilegiado de sistematização e elaboração de políticas públicas, devendo, para isso, ter equipe que corresponda às suas atribuições.

A SNAI, e suas correspondentes municipais e estaduais, deve manter espaços permanentes de integração, debates e reflexão com as secretarias setoriais, a juventude petista e a Fundação Perseu Abramo sobre políticas públicas, de forma a se estabelecer nexos qualificados entre as demandas dos movimentos sociais, os programas que elaboramos e a atuação, no executivo e no legislativo, de petistas e/ou governantes apoiados pelo PT.

À SNAI, juntamente com a Fundação Perseu Abramo, caberá a tarefa de oferecer, periodicamente, cursos de formação de vereadores e demais parlamentares a fim de estimular a reflexão e qualificação de seus mandatos, aproximando-os das concepções de políticas públicas elaboradas pelo PT.

É tarefa da SNAI – e suas correspondentes – estimular a criação de fóruns petistas de gestores cuja organização poderá elevar nossas administrações a altíssimo grau de eficiência política e compromisso socialista.

Formação política

O fortalecimento de nossa militância requer dois processos simultâneos,

que se alimentam reciprocamente: o aprimoramento da democracia interna e um sistemático e permanente investimento na formação política.

Trata-se de garantir, em primeiro lugar, que os processos de formação, por seu conteúdo teórico-político e por sua metodologia, contribuam para que os militantes se tornem sujeitos da formulação, das decisões e de uma ação política transformadora tanto junto aos movimentos sociais quanto no plano institucional. Para tanto, a experiência de nossos militantes, em todas as dimensões, deve ser valorizada e considerada. Essa questão requer que tenhamos uma política de formação voltada a diferentes necessidades e experiências.

Por isso, em segundo lugar, é preciso assegurar que a formação política seja estruturada tendo-se em conta a dimensão continental do Brasil, as dificuldades de funcionamento das instâncias e as limitações de recursos. Nesse caso diferentes modalidades de formação devem ser instituídas e articuladas.

Em terceiro lugar, os crescentes e complexos desafios políticos e as limitações materiais e organizativas tornam ainda mais necessário que as ações de formação deixem de ser episódicas e se desenvolvam de forma a garantir a continuidade e articulação das discussões com os militantes e a utilização plena dos materiais e publicações produzidos pelo partido e pela Fundação Perseu Abramo.

O desenvolvimento de uma política nacional de formação não deve estar baseado apenas na realização de cursos e/ou em encontros presenciais momentâneos.

O PT decide criar a Escola Nacional do PT para a elaboração e execução da política de formação a ser constituída pelo Diretório Nacional do PT.

A Escola Nacional do PT terá a finalidade de implementar, em caráter permanente, a política nacional de formação do Partido dos Trabalhadores.

Conforme o artigo 241 do Estatuto do PT, reafirmamos que *“a formação política, coerente com a característica plural e democrática do Partido, deve ser estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas. Sua metodologia deve adotar como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no Partido e na sociedade, fazendo do debate, da dúvida e da polêmica, uma estratégia sempre presente em suas atividades”*.

Respeitando a diversidade cultural, regional, étnica e de gênero do país, o Diretório Nacional aprovará as *diretrizes metodológicas e de conteúdo* da Escola Nacional do PT.

Será criada, no âmbito da Escola Nacional do PT, uma rede de apoio e integração entre os gestores de prefeituras e governos estaduais e de parla-

mentares, chamada de Redes Formativas, a ser estruturada com base nos recursos da educação à distância.

A formação presencial e as redes formativas devem estar baseadas nas estruturas estaduais e municipais de formação, nos materiais produzidos pelo PT e pela FPA, e devem dar suporte a pelo menos três dimensões da formação política:

Formação de novos filiados e militantes de base. É fundamental para a construção do partido que os militantes novos ou mesmo aqueles que nunca passaram por uma atividade de formação compreendam as concepções do partido sobre a sociedade brasileira e a democracia; sobre o capitalismo e a perspectiva do socialismo democrático; e sobre os fundamentos da organização partidária. Para isso é necessária a constituição de equipes de formação em cada diretório municipal que, apoiadas pelo diretório estadual, deverão:

Organizar cursos de formação utilizando os materiais já indicados;

Realizar outras atividades de formação como palestras e seminários explorando os materiais oferecidos pela Escola Nacional do PT;

Motivar os militantes para a leitura e utilização dos materiais indicados como referência nas reuniões partidárias;

Motivar os militantes a conhecer as páginas dos portais do PT e da FPA: programas de governo, e a produção dos setoriais;

Criar pequenas bibliotecas com todos os materiais disponíveis, a exemplo do que já fizeram vários diretórios municipais no país.

Formação de dirigentes das instâncias partidárias e setoriais. A atuação dos dirigentes petistas requer, cada vez mais, a compreensão do que ocorre em escala nacional e internacional em vários campos a partir de abordagens distintas: histórica, política, sociológica etc. Por essa razão, é necessária a realização de cursos sobre o Brasil e sobre relações internacionais e o incentivo à leitura de publicações petistas e o acompanhamento do programa Redes Formativas.

Formação e integração de parlamentares, gestores e militantes dos setoriais e secretarias nacionais. A produção do Partido dos Trabalhadores volta à políticas de gênero e de promoção da igualdade racial, às políticas ambientais, urbanas, sociais, culturais e econômicas que promovam a garantia de direitos, a diminuição das desigualdades, o desenvolvimento sustentável e a ampliação das esferas públicas de participação social é vasta e

significativa. Ainda que insuficientemente sistematizada, constitui um patrimônio considerável para que se possa seguir lutando pelas mudanças em todo o país.

As redes devem permitir a instituição de fóruns de discussão entre integrantes de um mesmo setorial ou entre os setoriais.

A Escola poderá realizar *convênios* com outras instituições de educação, inclusive para utilização de suas instalações.

O *Regimento Interno* da Escola será aprovado pelo Diretório Nacional até 90 dias após sua instituição.

Direções partidárias

A democracia interna do PT pressupõe que as nossas direções sejam formadas a partir da proporção de votos obtidos pelas chapas concorrentes, que são inscritas juntamente com suas teses, que, por sua vez, refletem suas idéias e propostas. No PT, não há e não deve haver brecha legal para que qualquer pessoa, seja um militante do movimento social, um ministro de Estado, governador ou parlamentar, participe da direção partidária sem passar por esse processo.

O PT não pode ser como os outros partidos, cuja fonte de poder partidário é constituída por quem tem voto na sociedade e não pela força da militância. Para o PT, as idéias e os projetos coletivos devem ter primazia, assim como o estatuto do partido e seu programa.

O PT deve saber valorizar suas lideranças com mandato e atraí-las para a estrutura partidária, valorizando a cultura e a participação nos organismos partidários;

É tarefa dos setoriais do partido manterem intenso contato político com nossa base, devendo, assim, participar ativamente da mobilização de nossa militância;

O PT deve ampliar sua atuação e representatividade nacional, aumentando o vínculo entre as instâncias nacionais e as estaduais.

Diretórios zonais

O PT deve estabelecer mecanismos para viabilizar a sustentação financeira de seus Diretórios Zonais. As etapas zonais do 3º Congresso demons-

traram baixo índice de obtenção de quorum, indicando que, possivelmente, há uma preocupante distanciamento entre eles e as direções municipais. Em muitos casos, os DZs não têm sede ou, o que é mais grave, tem baixíssima mobilização política, o que certamente contribuiu para este quadro.

Frente a isto, o PT decide determinar aos Diretórios Municipais que possuem Diretórios Zonais que os estruturarem adequadamente para o pleno desempenho de suas atividades políticas.

Conselhos fiscais e de ética

Não existe partido com mais mecanismos internos de auto-fiscalização que o PT, nem com vida interna mais ativa. Mesmo assim, ainda há espaço para avançarmos na radicalização da democracia interna e da transparência das instâncias do PT. É preciso aumentar o controle dos filiados sobre a direção sem que isso se traduza em burocratização.

Processo de eleições diretas (PED)

No próximo período, temos o compromisso de garantir a qualidade da democracia interna, a manutenção da proporcionalidade como método de composição das instâncias, o permanente aperfeiçoamento do PED como rico instrumento de democracia participativa.

O PED, implementado em 2001, foi uma grande conquista da militância petista, que não apenas passou a eleger diretamente as direções, mas se constitui num instrumento fundamental de ampliação radical da participação de nossa militância nos processos de tomada de decisão no PT.

Filiações

O processo de filiação no PT sofre de duplo anacronismo. De um lado, temos consciência de que a chegada de novos filiados deve estar acompanhada de uma política de formação em que o recém filiado tenha contato com a direção do PT local e conheça minimamente nossa história, princípios e objetivos. De outro, para que o PT se consolide, definitivamente, como um partido de massa e evite o surgimento ou consolidação de práticas coronelistas, temos de facilitar o acesso de quem quer se filiar ao PT.

Comunicação

É fato que o PT se comunica mal consigo mesmo e com a sociedade. O PT tem que adotar medidas para a construção de uma política de comunicação de massas, capaz de enfrentar a mediação deformada imposta pela mídia.

O PT nunca desenvolveu uma política de comunicação capaz de estimular e disseminar o debate, unificar a ação, promover a troca de informações entre as instâncias partidárias e dar as diretrizes gerais para a disputa de projetos na sociedade. No plano externo, o PT não construiu seus próprios meios de comunicação nem se articulou de maneira efetiva com aqueles de caráter alternativo, ficando refém do contato com a sociedade por meio das grandes empresas da mídia comercial. Essa falta de articulação está na base de muitos dos problemas enfrentados pelo PT nos últimos anos.

Para que o PT seja realmente um partido democrático e militante, é preciso criar mecanismos internos de comunicação, como um jornal semanal voltado para a militância petista e para a militância da esquerda política e social. Cabe, também, dar prosseguimento às mudanças nas características da revista Teoria e Debate, para que ela possa servir efetivamente de instrumento para o debate político e cultural com a intelectualidade democrática e de esquerda.

Além disso, é necessário aproveitar as novas possibilidades tecnológicas para potencializar o Portal do PT na internet. Entre outras iniciativas, será criado o Sistema Nacional de Comunicação, instituída uma Política de Gestão da Informação que informatize todos os processos (filiações, contribuição financeira, apoio a prefeituras e vereadores etc.) e implantada a Rede PT Brasil, a "intranet" do PT, que interligará os diretórios nacional, estaduais, municipais e zonais.

Com base nas questões acima, e para debatê-las em profundidade, o 3º Congresso do PT convoca para este ano, em data e local a serem definidos pelo Diretório Nacional, a II Conferência Nacional de Comunicação do partido.

A Conferência deverá discutir também as estratégias de comunicação para as eleições municipais de 2008, envolvendo nesse processo as instâncias diretamente ligadas ao tema, como diretórios locais, mandatários, possíveis candidatos e as secretarias nacionais de Organização e Assuntos Institucionais.

Finanças

Durante e após o período de crise política dos últimos anos, as finanças partidárias permearam os debates em todas as nossas instâncias, com temas como a sustentação financeira transparente ou modificações do sistema atual de arrecadação. O dado objetivo é que vários mecanismos de arrecadação já foram testados, várias iniciativas, inclusive de novas campanhas de finanças, foram implementadas nas últimas gestões, mas continuamos numa situação financeira terrível, sem conseguir aumentar as finanças próprias e os valores de arrecadação junto aos filiados, mandatários e assessores.

É sabido que um dos pilares mais importantes de nossa arrecadação financeira consistiu na contribuição estatutária dos ocupantes dos cargos eletivos e de confiança. O que temos constatado, porém, é um alto índice de inadimplência e uma dificuldade das instâncias partidárias na cobrança do pagamento dessas obrigações.

Nos últimos anos, incluímos dispositivos em nosso Estatuto e tentamos melhorar o sistema de arrecadação através do SACE, para obter um retorno mais rápido e eficaz. Tal esforço não tem se mostrado suficiente, exatamente porque subterfúgios vêm sendo utilizados para o não cumprimento dos deveres partidários, tanto com relação aos mandatários, como também com relação aos ocupantes dos cargos de confiança.

Muito se tem discutido, também, sobre os percentuais estabelecidos, considerados excessivos para alguns cargos e sobre a falta de política para obter uma arrecadação partidária junto aos demais filiados que também ocupam cargos nos gabinetes de nossos mandatários do Poder Legislativo.

Considerando que o partido concebe mandato eletivo do parlamentar como partidário e que todos os nossos dirigentes têm a obrigação de se esforçar para equilibrar as fontes de recursos e evitar que o Partido dependa de uma única fonte e, ainda, que a arrecadação básica e permanente do PT é oriunda de seus próprios filiados,

Frente a isto, o PT decide modificar a forma de arrecadação obrigatória dos ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo, ficando o mandatário responsável estatutariamente pela regularidade da contribuição de todos os assessores e funcionários do mandato.

Modificar nosso Estatuto no que diz respeito à responsabilidade das instâncias partidárias para o pagamento das respectivas dívidas contraídas.

Explicitar e impedir, de forma inequívoca, que credores solicitem judicialmente o bloqueio dos recursos da instância nacional de direção por dívidas contraídas em instâncias inferiores.

Modificar o Estatuto para estabelecer a responsabilidade de cada instância partidária sobre as próprias finanças; sobre as dívidas contraídas, inclusive durante os processos eleitorais; a especificação da responsabilidade dos dirigentes correspondentes; e punições cabíveis em caso de desrespeito às normas previstas no Estatuto.

Para uniformizar e garantir a transparência das finanças partidárias, criar um regimento interno de contabilidade e finanças partidárias, a ser elaborado pelo Diretório Nacional para dispor detalhadamente sobre os procedimentos a serem cumpridos e observados pelas Secretarias de Finanças de cada instância partidária, bem como para estabelecer, com absoluta transparência, a responsabilidade de seus respectivos responsáveis.

Determinar, em Estatuto, a total separação das finanças do partido das finanças das campanhas eleitorais

Criar o Planejamento e Orçamento Participativos do PT, que tem de ser obrigatoriamente realizados, tendo sua periodicidade definida pelo Estatuto e o seu não cumprimento punido severamente, podendo ser passível de cassação do mandato dos dirigentes responsáveis.

Fundação Perseu Abramo

A Fundação Perseu Abramo foi instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em 1996. Essa decisão visava concretizar uma antiga aspiração do PT: a de construir um espaço, além das instâncias partidárias, para desenvolver a reflexão político-ideológica, contribuir para a formação política e realizar estudos e pesquisas com abrangência e pluralidade de opiniões. Tratava-se de assegurar que tais orientações ocorressem de forma permanente e sistemática superando as iniciativas pontuais a esse respeito e o cotidiano dos embates que marcam um partido político.

O PT já havia tentado uma experiência similar quando criou a Fundação Wilson Pinheiro que por várias razões deixou de existir. Essa aspiração encontrou base material para sua concretização quando da criação do Fundo Partidário (lei 9.096 de 19.09.95 que definiu que 20% dos recursos desse fundo fossem aplicados na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação política).

O Diretório Nacional definiu três objetivos centrais para a Fundação Perseu Abramo.

Articular o campo intelectual e artístico, identificado ou passível de identificação com o campo petista, considerando o papel estratégico desses setores na transformação dos valores e da ordem conservadora e para a construção de um projeto transformador para o país tanto em termos da luta imediata quanto em termos históricos.

Contribuir para a sistematização e elevação da cultura política do partido em seu conjunto, a partir do regaste, organização e disponibilização da memória do partido, das lutas populares e da esquerda; pesquisa e análise sistemática do imaginário social como subsídios à ação partidária; investigação e debate multidisciplinar sobre a realidade brasileira de maneira a realizar-se a crítica ao capitalismo brasileiro e mundial e o desenvolvimento do projeto transformador do PT.

Contribuir com a formação política dos militantes e dirigentes do PT realizando cursos e seminários em parceria com as secretarias nacionais, particularmente com as Secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Formação e produzindo publicações e materiais áudios-visuais com tal finalidade específica.

Para levar a efeito tais objetivos foi instituída a seguinte estrutura:

Um Conselho Curador, órgão soberano da instituição, composto por 21 membros designados pelo Diretório Nacional que tem como atribuições a fiscalização e aprovação das contas, do orçamento e plano de trabalho anuais; decisões sobre alteração de patrimônio e avaliação e acompanhamento, ao longo do ano, do andamento do plano de trabalho;

Uma Diretoria Executiva composta por quatro membros: um presidente, um vice-presidente e mais dois diretores com atribuições de planejamento, coordenação dos trabalhos e representação da Fundação;

Outros espaços orgânicos para acolher as contribuições de mais de setenta militantes e intelectuais do partido que escrevem para a Teoria e Debate e participam dos seminários da FPA, conselho da editora, conselho da revista Teoria e Debate, comitê de opinião pública e comitê de história.

Hoje, em função do crescimento do PT, da maior complexidade de sua atuação política na sociedade brasileira, do crescimento de participação do partido nos parlamentos e governos e do desafio de fortalecer os movimentos sociais no país é preciso atualizar o projeto original da Fundação Perseu Abramo.

O 3º Congresso do PT decide que três são os desafios, nessa direção:

1 - Ampliar o alcance das ações da FPA por meio de:

- Realização de parcerias para a produção de programas de televisão voltados ao debate sobre questões da cultura e da vida do país significativas para o desenvolvimento de nosso projeto nacional;
- Ampliação das assinaturas e vendas da revista Teoria e Debate e indicação de sua utilização nos cursos de formação a partir de um plano conjunto com a Comissão Executiva Nacional;
- Criação de Revista Eletrônica sobre a produção da história dos movimentos sociais e da esquerda no Brasil e no mundo;
- Produção, em parceria com a SNAI, da Revista Eletrônica Cidades Vivas voltada a difundir experiências das prefeituras e governos estaduais;
- Universalização da distribuição da revista Teoria e Debate e de livros publicados pela editora a partir de plano a ser estabelecido conjuntamente com a CEN-PT.

2 - Ampliar expressivamente o papel da Fundação na formação política dos militantes do PT. Para isso, a FPA deverá abrigar a Escola Nacional do PT

- A Escola deverá atender às necessidades de todos os estados e regiões do país; deverá integrar a formação presencial por meio de cursos, com as atividades das redes virtuais formativas, utilizando-se, para isso, dos cadernos de formação, materiais áudios-visuais, publicações da editora, artigos, pesquisas, páginas especiais presentes no portal da Fundação e do PT e da revista Teoria e Debate

3 - Assegurar que a direção nacional do PT tenha participação ativa na elaboração do plano de trabalho anual da FPA e acompanhe o seu desenvolvimento de maneira que se aperfeiçoe o compromisso da Fundação com a construção de uma nova hegemonia política no Brasil, capaz de fortalecer as transformações na sociedade defendidas pelo PT à luz da perspectiva socialista. Nesse sentido serão realizadas:

- Reuniões semestrais entre a direção da Fundação e a Comissão Executiva Nacional do PT para discussão do Plano Anual da Fundação e avaliação de sua execução.
- Reuniões bimestrais entre a direção da Fundação Perseu Abramo e uma comissão da CEN-PT para acompanhamento do cumprimento do Plano de Trabalho;

- Convocação anual da diretoria da FPA pelo DN-PT para apresentação de relatório.

- Manutenção da participação de um representante da Fundação nas reuniões das instâncias nacionais de direção do PT, com direito a voz.

A crise política

Ao longo de seus 27 anos, o PT viveu várias crises e soube enfrentá-las e superá-las. A mais grave, pela sua natureza e dimensão, foi a de 2005. Essa crise, que é do sistema político brasileiro, que enfraquece programas e partidos, personaliza o debate e privatiza os interesses, também é uma crise do PT, decorrente de opções feitas pelo partido, do crescente acesso a mandatos, do distanciamento das lutas sociais e da nebulização de nosso projeto estratégico.

A experiência do primeiro mandato governando o Brasil e a enorme crise política pela qual passamos em 2005 e 2006 nos levam a um processo de reavaliação da nossa trajetória, de reflexão sobre a experiência destes 27 anos e, particularmente, deste último período.

O esforço da nossa militância e a capacidade de compreensão do povo brasileiro quanto ao que estava em jogo na tentativa das elites de interditar o projeto popular representado pelo governo Lula, foram decisivos para a superação da crise. No entanto, o conjunto das forças petistas deve realizar uma autocrítica profunda sobre o ocorrido e analisar suas causas para não mais reproduzi-las.

Parte da crise se deveu a um processo de entendimento inadequado da relação partido e governo já no início da gestão Lula. O PT deixou de assumir uma posição de autonomia, portando-se quase como “correia de transmissão” das posições do governo junto à sociedade e à nossa base social. Não se trata de questionar a necessidade de apoio integral do partido ao governo, mas de entender que teria sido mais adequado se tivéssemos trabalhado na formulação de propostas e na disputa de posições com outras forças políticas da nossa base de sustentação sobre os rumos do governo, como temos feito neste segundo mandato.

Outro erro foi dar ao partido a responsabilidade de compor politicamente o governo, preenchendo com outros partidos os cargos da administração pública. A responsabilidade pela composição política de um governo deve ser do próprio governo, pois nem sempre os interesses do partido coincidem com os da administração.

Erramos também na forma de consolidação da nossa base de sustentação político-parlamentar. Já em 2003 se apresentava a necessidade do estabelecimento de um governo de coalizão, que tivesse o PMDB como um de seus principais integrantes. Ao invés disso, optamos por alianças congressuais com pequenos partidos, de ampla diversidade ideológica e forte heterogeneidade. Além disso, os fundamentos dessas alianças se davam em bases tradicionais, sem a referência de um programa mínimo, como feito agora, e muito marcadas por interesses em cargos, emendas orçamentárias ou, ainda, de apoio ao financiamento de campanhas eleitorais.

Infelizmente, a governabilidade institucional foi a única que buscamos, relegando a segundo plano a sustentação pelos movimentos e por outros atores sociais.

O PT errou ao conferir, a partir de 2003, certa exclusividade para as tarefas governamentais e institucionais, sem combinar com as tarefas de organização do movimento social e da militância, abrindo fissuras na relação com sua base social nos primeiros anos do governo Lula.

Outro sério equívoco que cometemos foi a não priorização da aprovação da reforma política já em 2003. Apesar do enorme capital político de que dispunham Lula e o governo, ficamos reféns de pequenos partidos de nossa base de sustentação parlamentar que a ela se opunham, particularmente ao item do financiamento público de campanhas eleitorais. Sem a adoção do financiamento público, situações como as que vivemos em 2005 seriam absolutamente previsíveis.

O distanciamento do partido em relação à sua base e o funcionamento de núcleos de poder paralelos à direção partidária (ainda que formados por integrantes dessa mesma direção) terminaram também por contribuir com a crise.

O PT errou, também, ao envolver-se, sem o devido debate interno, com o financiamento de campanhas de aliados e assumir riscos graves em relação às finanças do partido. Um ambicioso projeto de poder político para as eleições de 2004, que incluía a tentativa de eleger centenas de prefeitos em todo o país, e, conseqüentemente, a necessidade de fundos para a sua concretização, contribuíram para o esforço temerário de buscar recursos de forma diferente daquela que o partido tradicionalmente utilizou. O padrão das campanhas eleitorais em 2004, em todo o país, ampliou a necessidade de recursos financeiros ao mesmo tempo em que a mobilização da militância foi deixada em segundo plano.

Sobre todas essas questões, as responsabilidades devem ser apuradas, assim como problemas estruturais devem ser examinados a fundo, com o acompanhamento de um processo de reflexão que, por um lado, preserve nossas conquistas e, por outro, elimine as nossas fragilidades.

PED 2007

O 3º Congresso Nacional do Partido convoca eleições diretas das direções partidárias, em todos os níveis (zonal, municipal, estadual e nacional).

O primeiro turno (ética, fiscal, direções e presidências) das eleições será no dia 2 de dezembro. O segundo turno (presidências) será no dia 16 de dezembro de 2007.

O processo eleitoral obedecerá ao disposto no estatuto do Partido, exceto quanto as seguintes questões:

a) as datas e prazos estipulados pelo artigo 23 parágrafo 2º do estatuto do Partido;

b) o processo de fiscalização.

O artigo 23 parágrafo 2º do estatuto do Partido será substituído, nas eleições internas de dezembro de 2007, pelo seguinte texto: as inscrições das chapas e dos nomes para o cargo de presidente, em todos os níveis, deverá ser feita perante a comissão executiva do órgão de direção correspondente, até o dia 2 de outubro de 2007.

A lista de filiados que será tomada como base para o PED 2007 será elaborada e divulgada pela Secretaria Nacional de Organização do PT, até o dia 2 de outubro de 2007.

Só poderão votar no PED os filiados constantes desta lista, portando documento de identidade com foto e em dia com o Partido, sendo considerado em dia o pagamento integral do ano de 2007 e dívidas anteriores.

Todos os votos colhidos, em âmbito municipal e zonal, serão apurados e incluídos na totalização nacional, não importante se houve ou não quorum mínimo no respectivo zonal ou municipal.

Duração dos Mandatos

Os mandatos dos membros efetivos e suplentes das direções partidárias, dos conselhos fiscais e comissões de ética, das coordenações das macro e micro regiões serão de dois anos para a eleição da próxima direção.

O 3º Congresso Nacional remete para o Encontro Nacional de 2009 a deliberação sobre a duração dos mandatos para as direções posteriores à 2009.

Regulamentação para os Encontros do PT (fiscalização)

Abrangência da Regulamentação

Art. 1º: Esta regulamentação é válida para todos os Encontros do PT: encontros regulares, processos de eleições diretas, prévias e congressos. Aplica-se em todos os níveis: municipal, estadual e nacional.

Comissão de Organização dos Encontros

Art. 2º: Para todos os Encontros do PT, serão definidos uma Comissão de Organização destes. Fazem parte desta comissão o (a) Presidente e os Secretários (as) de organização, geral e de finanças das respectivas instâncias. Compõe também esta comissão, um representante por chapa, tese ou candidatura (no caso de prévia) que esteja registrado no encontro.

Parágrafo único: Todos os conflitos existentes entre as partes nesses processos, serão examinados e decididos por essa comissão, cabendo recurso à Executiva do partido da respectiva instância. Essa comissão deverá estar de plantão no (s) dia (s) do encontro na sede do Partido para resolver, em tempo real, possíveis problemas.

Prazos

Art. 3º: Os encontros municipais e zonais deverão formalizar, por carta ou e-mail, a realização de seus eventos à instância imediatamente superior com um prazo de até quinze dias de antecedência desses. Deverão anexar obrigatoriamente nesse comunicado oficial a convocatória do encontro, informando o(s) dia (s), local e horário.

Parágrafo único: Qualquer alteração no calendário e local dos encontros municipais e zonais deverá ter a concordância da Comissão de Organização da instância superior. Os encontros que forem realizados em datas, horários e locais diferentes dos informados, e que não tenham sido autorizados, serão invalidados.

Atas

Art. 4º: Os encontros deverão entregar ou postar as atas e respectivas

listas de presença até três dias após a realização dos Encontros. Atas que sejam entregues ou postadas fora desse prazo, acarretará na invalidação do encontro.

Fiscalização

Art. 5º: As chapas, teses ou candidaturas (no caso de prévias), poderão definir filiados do partido para fiscalizar os encontros municipais e zonais. A relação desses fiscais deverá ser formalizada ao partido com cinco dias de antecedência da realização dos encontros.

Art. 6º: O fiscal que acompanhe um encontro diferente do local de sua filiação poderá votar em separado na urna desse município ou zonal, no caso do seu local de origem estiver, nesse dia, com encontro marcado. Esse voto será computado no seu local de filiação e será restrito a delegação, chapas, presidentes ou candidatos (no caso de prévias).

Art. 7º: Cabe ao fiscal ao se apresentar no local do encontro, conferir a lista de presença e assinalar na ata o nº de filiados credenciados nesse momento, caso esteja desde a abertura dos trabalhos, deverá assinalar que nenhum filiado foi credenciado. Ao final do prazo para credenciamento definido pelo partido para esses encontros, o fiscal deverá assinalar na ata o nº final de filiados credenciados.

Art. 8º: É um direito do fiscal estar ao lado da mesa ao longo do período de credenciamento, verificando se as pessoas que assinam a lista de presença apresentam identidade oficial com foto e se seus nomes constam da relação de filiados aptos a participarem do encontro.

Art. 9º: Toda e qualquer ocorrência, que a juízo do fiscal, entre em conflito com as regras definidas para os encontros, poderá ser registrada em ata, cabendo aos dirigentes locais contestarem essa observação, também na ata.

Parágrafo único: O cerceamento do livre trabalho da fiscalização acarretará na abertura de processo disciplinar contra esses dirigentes e invalidará o respectivo encontro.

Recursos

Art. 10º: Todo filiado (a) poderá apresentar recurso em relação aos encontros realizados, desde que formalizado até três dias após a chegada da ata na instância superior.

Parágrafo único: A Comissão de Organização do Encontro deverá

disponibilizar as atas a pedido de qualquer filiado. Deverá também dar publicidade do resultado dos encontros após dois dias do recebimento das atas.

Código de Ética

O Diretório Nacional do PT elaborará, no prazo de seis meses, um código de ética para o Partido, a ser aprovado por 2/3 do Diretório Nacional.

Finanças

O 3º Congresso decide modificar a forma de arrecadação obrigatória dos ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo, ficando o mandatário responsável estatutariamente pela regularidade da contribuição de todos os assessores e funcionários do mandato.

O 3º Congresso decide reiterar dispositivos estatutários sobre inadimplentes.

Considerando o alto índice de inadimplência no país das contribuições estatutárias obrigatórias dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo;

Considerando a importância e o grau de responsabilidade política dos detentores de mandato eletivo, inclusive na arrecadação das finanças partidárias e no auxílio da sustentação financeira do partido, bem como dos ocupantes de cargos de confiança no Executivo e Legislativo em todos os Estados do país;

Considerando os princípios já aprovados no estatuto, de que só está apto a votar nas atividades partidárias e ser candidato pelo Partido o filiado que estiver em dia com as contribuições financeiras estatutárias;

Considerando a existência do SACE há alguns anos e a dificuldade das instancias partidárias na cobrança regular do pagamento das obrigações estatutárias através da inclusão dos inadimplentes nesse sistema de arrecadação de contribuições estatutárias;

Resolve o 3º. Congresso Nacional que os filiados inadimplentes ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo que não regularizarem o pagamento de suas contribuições obrigatórias e sua devida inclusão no SACE, no prazo máximo de 3 (três) meses após a notificação ao filiado pela instância de direção, não poderão ser indicados como candidatos às próximas eleições municipais pela legenda PT.

Organização Partidária dos Setoriais

O marco institucional definido no 1º. Congresso do PT para os Setoriais do Partido está superado e exige a incorporação da realidade vivenciada por estes, suas virtudes e limitações num novo marco institucional.

Da mesma forma, os impasses político-organizativos do conjunto do Partido em sua relação com a base militante se refletem de forma nítida na atual estrutura dos Setoriais, demandando uma nova política de organização de sua ação no Partido e na sociedade.

Os setoriais do PT nos últimos 15 anos produziram experiências e estruturas políticas de organização que extrapolam a sua definição estatutária de mero espaço de articulação dos militantes de um setor.

Alguns setoriais constituíram-se como “comissões” de elaboração de políticas públicas. Outros passaram a organizar setores da sociedade em prol de demandas específicas. Outros, mais recentemente, passaram a organizar em torno de si, gestores petistas de políticas públicas. O fato é que a estrutura partidária atual não têm garantido que o PT construa uma unidade de intervenção nos momentos cruciais de cada movimento social.

Encontram-se aprovados pela Direção Nacional e vinculados a Secretaria Nacional de Movimentos Populares os seguintes Setoriais Nacionais: Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Comunicação Comunitária, Pessoas Com Deficiências, GLBTT, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana, Assistência Social, Assuntos Indígenas, Transportes, Economia Solidária, Mineral, Moradia, Segurança Alimentar e Ciência e Tecnologia.

Organizam-se ainda em Secretarias próprias os Setoriais de: Mulheres, Combate ao Racismo, Juventude, Cultura e Meio Ambiente.

Os Setoriais como espaços de militância petista

O 3º. Congresso define os Setoriais do Partido como espaço de organização da militância petista nos movimentos sociais, com três finalidades básicas:

- a) motivar a organização partidária de filiados/as petistas dos movimentos sociais de cada setor,
- b) participar da elaboração de políticas públicas no âmbito partidário para subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido;
- c) funcionar como a representação institucional do PT em cada setor nas

suas relações com os movimentos sociais. as bancadas parlamentares e os governos integrados pelos quadros do Partido.

Os Setoriais como articuladores da relação Partido/Movimentos Sociais

Milhares de petistas participam dos mais variados movimentos sociais do País. A criação mesma do PT esta vinculada a esta inserção, que se mantém com forte capilaridade em todos os estados e municípios onde o PT esta inserido.

Ao longo dos anos, essa relação foi se tornando mais complexa por vários fatores. O crescimento dos movimentos sociais incorporou a estes uma militância social não vinculada a partidos políticos. Incorporou ainda uma maior diversidade partidária na sua direção, que disputando espaço com petistas na busca da implementação de suas bandeiras e prioridades de organização. Os movimentos sociais se beneficiam das políticas publicas e dos canais de participação popular, quando abertos pelos governos integrados por petistas. Ao mesmo tempo, a lógica dos movimentos sociais e autônoma em relação aos governos, e muitas de suas reivindicações se chocam com definições de governo provocando conflitos institucionais entre Movimentos e Governos e conflitos políticos entre petistas atuantes nos Movimentos e nos Governos.

Neste sentido, os Setoriais se transformam em espaços importantes de articulação destas relações entre partido e Movimentos Sociais, na medida em que assumam institucionalmente tarefas como: promover e atualizar o mapeamento da ação de petistas nos movimentos sociais de seu setor, desenvolver políticas de incorporação desses militantes às estruturas de organização de base e formação política do Partido em todos os níveis; realizar anualmente Plenárias Setoriais atualizando em todos os níveis, a política do Partido para o Setor; realizar periodicamente Seminários temáticos sobre os temas polêmicos do Setor para definir políticas e posicionamentos partidários a serem compartilhados com a direção do PT para orientar a ação dos/as petistas nos movimentos sociais.

Os Setoriais como participantes da elaboração de Políticas Públicas

Por sua composição, os Setoriais constituem-se em agentes políticos do PT capazes de participar da elaboração de políticas públicas para subsidiar a ação legislativa de suas bancadas parlamentares quanto a ação de governo de suas equipes na administração pública.

Se, por um lado, os Setoriais já exercem essa atividade nos períodos pré-eleito-

rais, quando são chamados a integrar a elaboração dos programas de governos das candidaturas do Partido ou de suas coligações em todos os níveis, ainda são embrionárias as experiências de elaboração de políticas públicas diante de desafios das bancadas parlamentares e gestores públicos no exercício de seus mandatos, e em momentos específicos das conjunturas políticas que se apresentam.

Isso significa que o papel dos Setoriais não se esgota na elaboração de programas de governo, mas também se estende ao acompanhamento da execução desses programas. Justamente por estar impregnado do programa partidário para o setor e de integrar quadros políticos do Partido, militantes dos movimentos sociais e das frentes institucionais, o Setorial e espaço poderoso de síntese de posições e propostas que podem subsidiar o Partido a enfrentar os temas mais polêmicos em disputa na sociedade.

Os Setoriais como espaços de articulação da relação Partido, bancadas e governos.

Os Setoriais zelam pelo programa do Partido em sua área de representação. Exercem, portanto, em nome do Partido, a defesa de seu programa diante das bancadas e governos, que zelam por seus programas de atuação legislativa e de governo.

Embora iluminadas pelo programa partidário, plataformas legislativas e de governo são produzidas e executadas mediante condicionantes vários – alianças políticas, correlação de forças interas e na sociedade, decisões conjunturais.

O Partido exerce sua autonomia:

- a) ao definir de forma democrática seu programa e suas linhas de atuação;
- b) ao defender esse programa e essas linhas de atuação na sociedade, como derivadas de seu projeto de poder e de disputa política;
- c) ao estabelecer mediações organizadas com os varies outros sujeitos políticos encarregados da execução desse programa e com as instituições da sociedade envolvidas (movimentos sociais, parlamentos, governos, academia, outros);
- d) ao apoiar as políticas que vão ao encontro de seu programa;
- e) ao criticar as políticas que se afastam ou obstaculizam seu programa.

Neste sentido, a ação dos setoriais em suas respectivas áreas se reveste dessas características da ação do conjunto do Partido. Os Setoriais se relacionam institucionalmente, em nome do Partido, com as bancadas parlamentares e governos no sentido da busca de entendimento e avanço em torno da execução do programa partidário para o Setor, solidariamente com a direção partidária.

Mudanças Estatutárias e Normas de Funcionamento dos Setoriais do PT

Sobre os Setoriais o III Congresso aprova:

A manutenção das atuais regras de reconhecimento setorial contidas nos Estatutos para o PED;

A transformação da Secretaria Nacional de Movimentos Populares em Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais.

A organização de núcleos setoriais zonais ou municipais vinculados a Setoriais Estaduais.

Constituir, a partir do próximo PED, em todas as instancias Executivas do PT (Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais) Secretarias de Movimentos Populares e Políticas Setoriais, que passarão a coordenar, articular e representar os setoriais de: Assuntos Indígenas, Ciência e Tecnologia, Comunitário, Economia Solidária, Educação, Esportes e Lazer, GLBTT, Mineral, Moradia, Pessoas com deficiências, saúde, Segurança Alimentar e Transportes.

Que, no período do PED, os encontros setoriais elegerão delegados, com direito a voz e voto, aos Congressos e Encontros do Partido em cada nível; devendo estes filiados optarem pela participação nestes ou nos encontros das instâncias zonais, municipais ou estaduais.

Que a Secretaria Setorial de Cultura e a Secretaria Setorial de Direitos Humanos sejam incorporadas estatutariamente como Secretaria Setorial, conforme decisão do Diretório Nacional do PT.

Fica estabelecida a obrigatoriedade de realização de plenárias anuais dos Setoriais em todos os níveis, para que mantenham o status regular conferido pelo PED.

A constituição do Coletivo nacional da Secretaria de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais com o objetivo de potencializar ações transversais. Esse colegiado deve ser composto por um(a) representante de cada setorial nacional, pelo(s) secretário(s) estaduais de movimentos populares e políticas setoriais. A forma de escolha da coordenação, bem como seu período será regulamentada pelo DN.

Sempre que as instâncias de direção pautarem assuntos relacionados com os temas setoriais organizados, seu(s) coordenador(es) deverão participar das reuniões destas instâncias, com direito a voz. As coordenações setoriais poderão igualmente demandar a inclusão de temas sob sua responsa-

bilidade nas instâncias de direção partidária, com a presença de seus(as) coordenadores(as) assegurada.

Definição de orçamento próprio para cada um dos setoriais secretarias e para a Secretaria de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais em todos os níveis (municipal, estadual e nacional), definido a partir do orçamento global de cada instancia. As Secretarias de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais devem, dentro do seu projeto de orçamento, especificar o que cabe a cada setorial organizado sobre sua responsabilidade.

O orçamento ficará a cargo das respectivas secretarias e setoriais, observadas as exigências estabelecidas no PED, e estará condicionando ao plano de trabalho com encaminhamentos concretos que visem a organização da militância, sua contribuição na elaboração de políticas públicas e sua mobilização social junto à sociedade.

As secretarias e setoriais deverão prestar contas sobre o seu trabalho realizado e a respectiva execução orçamentária, junto à respectiva Executiva.

A política de comunicação do PT nem sempre tem condições de dar conta das demandas de setores específicos de sua ação social. Neste sentido, os setoriais devem ter garantido, junto ao planejamento da Secretaria de Comunicação, espaço de produção de materiais específicos de sua comunicação interna, bem como de suas campanhas de intervenção na realidade institucional ou de mobilização nacional.

Internet: Sobre esta ferramenta, que não necessita de custos adicionais por parte do orçamento partidário, os setoriais devem ter disponibilizados no site do Partido uma pagina própria com autonomia editorial de gerenciamento de suas notícias, e espaços de arquivos virtuais de seu acúmulo político, como artigos, documentos e imagens, respeitando o desenho da página definido pela SNC.

O 3º. Congresso Nacional do PT determina que o DN regulamente o processo de eleições e funcionamento dos Encontros Setoriais juntamente com a regulamentação do PED.

Construção Partidária e Organização de Mulheres

Para avançar nas conquistas e construir de fato a igualdade entre homens e mulheres é necessário que façamos algumas mudanças a fim de atualizar o estatuto do Partido com relação à participação das mulheres nas

disputas eleitorais e partidárias. Propomos, então, que o PT mais uma vez reafirme suas posições no que se refere a:

- importância e necessidade de, em todas as instâncias da direção partidária, assegurar as cotas de mulheres e o conjunto de ações afirmativas já aprovadas em encontros anteriores, reafirmando assim o compromisso do partido com a construção da equidade e igualdade;
- construção de mecanismos de controle e punição para as instâncias que não cumprirem esta resolução, assim como as demais já aprovadas;
- modificação do procedimento de eleição das delegações aos encontros e congressos do Partido, de modo que seja respeitada a cota de, no mínimo, 30% de mulheres, seguindo a mesma orientação para as eleições das direções partidárias.

Juventude

Nestes 27 anos o PT transformou-se na maior referência partidária da juventude brasileira. Esta referência foi construída a partir das idéias e programa que o nosso partido construiu ao longo da sua trajetória de partido da transformação social, das mudanças estruturais e que não se conforma com a sociedade em que vivemos. Ademais, no seu processo de construção do PT sempre teve forte presença de jovens em seu interior.

Porém, a organização e o diálogo com a juventude nunca foi uma prioridade política para o Partido dos Trabalhadores. Isso ocorre por diversos motivos, entre eles destacamos:

- a) uma visão que juventude se resume ao setor estudantil;
- b) pela negação da necessidade de uma organização de juventude, uma vez que o apoio dos jovens ao partido sempre se deu de forma espontânea;
- c) por uma visão instrumental dos jovens como elemento de mobilização nas campanhas eleitorais.

A relação que o PT mantém com a juventude é muito diferente da mantida pela maior parte dos partidos de esquerda da América Latina e do mundo. As duas principais correntes internacionais da esquerda mundial (social-democratas/socialistas e comunistas) têm longa tradição na organização dos jovens. Exemplo disto é a UIJS (União Internacional das Juventudes Socialistas), internacional dos jovens da social-democracia, que irá completar 100 anos em agosto deste ano e a FMJD (Federação Mundial das Juventudes Democráticas), organização de jo-

vens impulsionada pelos comunistas, que fará 60 anos de sua fundação também em agosto deste ano. A rigor, na maior parte dos casos os partidos das duas correntes mantêm organizações juvenis com capacidade política e financeira de realizar o diálogo com os jovens, priorizando a atuação para fora do partido ou seja, disputando as posições do partido entre esta parcela da sociedade.

A capacidade de aproximação dos jovens ao PT está diretamente ligada às posições políticas apresentadas pelo partido. Exemplo desta relação foi o que ocorreu durante a crise política de 2005, onde as pesquisas demonstravam que um dos setores de nossa base social mais atingido foi a juventude. Parcelas importantes deste setor se afastaram do PT. Isso se deu a partir do momento em que a imagem de esquerda que nosso partido sempre carregou foi posta em questão. E a situação foi agravada pelo fato de não termos uma organização juvenil para disputar a hegemonia neste setor, como por exemplo, há entre os sindicalistas e trabalhadores.

Outro exemplo da relação entre juventude e programa, se deu no processo eleitoral do ano passado. No final de 2005 as pesquisas mostravam que entre os jovens, o então pré-candidato a presidente, Jose Serra tinha ampla vantagem sobre Lula. As pesquisas às vésperas do 1º turno indicavam que nossos índices entre os jovens eram semelhantes aos índices totais de Lula. Já no 2º turno, os índices de votação de Lula entre os jovens era superior aos números totais, ou seja, evoluímos progressivamente neste eleitorado conforme apresentamos um programa que questionava fundamentos do neoliberalismo, como por exemplo, as privatizações.

Vale frisar aqui a ampla campanha feita pela grande imprensa contra a participação dos jovens. No auge da crise acusava os jovens de estarem desencantados com a política. Em maio, último mês para retirar o título, houve um recorde no alistamento eleitoral de jovens entre 16 a 18 anos, que têm o voto como direito facultativo. A partir daí uma ampla campanha foi criada pela mídia afirmando que jovens desencantados lideravam manifestações pelo voto nulo, cabe lembrar a nefasta propaganda “ovos e tomates” da MTV, que procurou reforçar na juventude a visão da política como algo sujo e para corruptos. No fim, o que se viu, foi um dos mais baixos índices de votos nulos da história da República.

É certo que ainda existe um desgaste entre os jovens, principalmente em estados que o PT sempre teve grandes votações. Mas não podemos deixar de perceber que a janela aberta no segundo turno das eleições nos ajudou a

reverter em parte essa realidade, mas isso só será possível em sua totalidade na medida em que a relação do PT com sua juventude e com os jovens de um modo geral mude.

A mudança na relação do nosso partido com a juventude passa necessariamente por dois elementos centrais, o primeiro é a compreensão da juventude como estratégica para o projeto petista, seja pelo peso social que este setor tem no país e a necessidade de disputa-lo, tendo em vista o processo de acúmulo de forças para as mudanças que queremos realizar no país e pela necessidade de renovação dos quadros dirigentes e militantes do PT. O segundo é a necessidade de conhecermos e mergulharmos na realidade dos jovens brasileiros, para saber quem são, o que fazem e quais são as suas lutas e bandeiras.

Como entendemos a Juventude

Juventude pode parecer, à primeira vista, um tema óbvio, assim como o diagnóstico e a resolução de seus problemas, uma vez que todos convivemos com jovens e temos opiniões a respeito de suas características, problemas e virtudes. Afinal, os jovens são pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, havendo uma produção incessante de imagens a seu respeito.

O problema é que, de um lado, os jovens aparecem na mídia como personagens de publicidade e novelas - bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados - que se oferecem como modelos de um tipo de consumo e de um estilo de vida ao qual poucos têm acesso na vida real. De outro, aparecem como tema dos noticiários, envolvidos em graves problemas de violência ou comportamentos de risco. Na maior parte das vezes, neste caso, são jovens dos setores populares.

No entanto, essas imagens são estereótipos que não correspondem aos jovens reais, a diversidade de suas realidades e a complexidade das formas que configuram suas vidas e seu posicionamento frente ao mundo.

Essas imagens correspondem a algumas das percepções correntes baseadas em estereótipos não fundamentados por dados reais, ou pouco balizados pela diversidade existente. As duas mais conhecidas: a) os jovens da geração atual se caracterizam por um acentuado individualismo, consumismo, pragmatismo, alienação, desinteresse político, e acomodação frente ao estado das coisas; b) seriam eles vetores de disseminação da violência, desagregação da família e desestruturação dos vínculos societários.

Os jovens ocupam o centro de questões que comovem o país. Tanto no

que diz respeito aos problemas gerados pelo agravamento das desigualdades, como no que se refere à esperança de novos caminhos para nosso desenvolvimento social.

O tema juventude adquiriu visibilidade crescente nos últimos anos no Brasil. O número de jovens aumentou. Os brasileiros de 15 a 29 anos somam hoje cerca de 50 milhões (30% da população).

O que poderia ser uma boa notícia se tornou um problema. O Estado não se preparou adequadamente para receber esse enorme contingente de pessoas e a opção de desenvolvimento econômico adotado restringiu essa geração do acesso aos serviços públicos básicos e a direitos fundamentais.

Aumentou o desemprego e a precariedade da ocupação profissional nesse segmento. Os baixos níveis de escolaridade da juventude permanecem, sendo um importante obstáculo ao desenvolvimento.

A violência nos grandes centros urbanos, que envolve os jovens de forma acentuada como vítimas ou agressores, tem crescido. E o que é mais grave: enquanto as taxas referentes ao restante da população têm se mantido relativamente estáveis desde 1980, no segmento juvenil praticamente duplicou.

É possível afirmar, portanto, que os jovens brasileiros foram afetados de uma maneira especial pelo tipo de desenvolvimento econômico observado nas últimas décadas, que aprofundou os problemas da exclusão.

A consequência direta dessa situação é revelada por uma pesquisa mundial realizada, em 1999, pela Unicef. O estudo demonstra que a juventude brasileira é uma das mais pessimistas do mundo. De cada 10 jovens brasileiros, sete acreditam que terão piores condições de vida que seus pais.

A condição juvenil

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. Este período corresponde, idealmente, ao tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural. Núcleos de petistas nos diversos movimentos e por local de moradia devem criar condições para que os simpatizantes ao PT sintam-se a vontade para ingressar na fileiras do partido. E mais, o novo coletivo dirigente da Juventude do PT deve ter condições e capacidade para de fato ser direção política para organizar a juventude em todos os níveis, dos núcleos a nacional.

Trata-se, portanto, de uma fase marcada centralmente por processos de

desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida.

É neste espaço da vida onde se manifestam, com maior intensidade, os problemas existenciais do ser humano, visto que é neste período que as pessoas realizam as grandes escolhas de suas vidas. Devido a essa problemática sócio-existencial, a juventude torna-se um constante pedido de respostas, que coloca em xeque as estruturas da sociedade, independentemente de seus matizes ideológicos.

Essa fase do ciclo de vida não pode mais ser considerada, como em outros tempos, uma breve passagem da infância para a maturidade, de isolamento e suspensão da vida social, com a “tarefa” quase exclusiva de preparação para a vida adulta. Nos tempos atuais, esse período se alongou e se transformou, ganhando maior complexidade e significação social, trazendo novas questões para as quais a sociedade ainda não tem respostas integralmente formuladas.

Tal prolongamento se deve, em parte, a necessidade de estender o tempo de formação, de escolaridade e de capacitação profissional, mas também as dificuldades de inserção que caracterizam, hoje, o tornar-se adulto. Além disso, as experiências das gerações juvenis anteriores alargaram a vivência dos jovens com novas dimensões no campo do lazer, da cultura, da sexualidade e da sociabilidade.

A condição juvenil se desenvolve em múltiplas dimensões. Os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários. Requerem estruturas de suporte adequadas para desenvolver sua formação integral e também para processar suas buscas, para construir seus projetos e ampliar sua inserção na vida social.

Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar, região do país, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero, etc. Essas diferenças resultam em chances muito distintas de desenvolvimento e inserção.

O reconhecimento da especificidade da juventude tem de ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida; e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assumam diferentes contornos.

A juventude vive, hoje, por um lado, possibilidades ampliadas no que diz respeito a liberdade de escolhas e práticas comportamentais, potencializando os processos de experimentação e definições próprios dessa idade.

Por outro lado, além dos problemas a respeito da inserção social, profis-

sional e educacional, a juventude se depara com outro tipo de dificuldade: raramente e considerada, ouvida, respeitada e levada a sério na expressão de suas opiniões e necessidades. Muitos se queixam de serem discriminados nos espaços públicos somente pelo fato de serem jovens. Os adultos com os quais mantêm contato, pais e professores especificamente, muitas vezes adotam uma atitude de julgamento, de censura, omitindo-se em acompanhar seus percursos e ouvir suas demandas.

Esse quadro compõe uma série de paradoxos para a atual geração juvenil, dos quais emergem as dificuldades, os dilemas, os desafios e também as possibilidades que os jovens têm à sua frente.

A necessidade de um novo modelo de organização para a Juventude Petista

A juventude pode cumprir um papel estratégico no partido, no sentido de superar as velhas práticas e formar uma nova geração de dirigentes comprometidos com a reconstrução do PT como um partido socialista, democrático, militante, dirigente e de massas.

Pelo peso social e pelo papel estratégico que a juventude tem para o projeto político do Partido dos Trabalhadores se faz necessário repensar a organização dos jovens petistas. Este processo deve e será protagonizado pelos jovens, mas deve ser encarado como tarefa de todos os petistas. Desta forma o partido deve abrir espaços para participação dos jovens em todas as esferas de decisão. Ao mesmo tempo em que construímos o novo formato de organização dos jovens petistas.

Para conseguirmos avançar nesta tarefa temos que consolidar alguns passos importantes no 3º. Congresso do PT. Durante os últimos anos, a juventude foi resumida a uma secretaria setorial, que não garante condições mínimas para conseguirmos organizar o conjunto de jovens filiados ao partido, quanto mais dialogar com este segmento na sociedade. Os principais limites são dois:

Político-Organizativo: Os setoriais estão estruturados hoje em uma lógica partidária que prioriza o processo eleitoral e contribui de maneira importante para elaborações políticas do partido. Percebemos isso nas campanhas, pois é o momento de maior vitalidade dos setoriais. Passadas as eleições eles praticamente se desarticulam e se resumem ao secretário (a). A base social que representa os jovens e imensa e organização de juventude

tem que se estruturar de maneira diferente. Deve organizar os jovens petistas para que tenham cotidianamente intervenção na sociedade através da organização das lutas juvenis e também nos processos eleitorais. Deve ter organização de núcleos de petistas nos diversos movimentos e por local de moradia, deve criar condições para que os simpatizantes ao PT sintam-se a vontade para ingressar nas fileiras do partido. E mais, o novo coletivo dirigente da Juventude do PT deve ter condições e capacidade de fato ser direção política para organizar a juventude em todos os níveis, dos núcleos a nacional.

Estrutural: A finalidade política define a estrutura. Hoje, a JPT tem apenas um dirigente com condições materiais para as tarefas organizativas. Nos estados a situação é ainda pior. Isso reflete, muitas vezes, a falta de prioridade dada ao partido a esta organização. É preciso que o PT garanta as condições políticas, organizativas e estruturais para o funcionamento de uma direção política plural da juventude que tenha capacidade de organizar os diversos militantes petistas nos movimentos juvenis.

Desta forma é preciso que a JPT supere o atual modelo de setorial e passe a ser um órgão do partido. Este órgão será o espaço de organização dos jovens petistas e será a expressão pública do PT entre a juventude. Entre outras tarefas, a nova Juventude do PT fará a disputa de suas pautas específicas na sociedade, terá ação junto aos movimentos e organizará a imensa base social de juventude filiada e com referência no PT.

Tendo em vista a necessidade do PT ter uma política sólida e permanente de renovação dos seus quadros dirigentes, é preciso que o conjunto do partido inicie um debate sobre formas de garantir a participação dos jovens nos espaços de direção, experiências como a do Diretório Municipal de Porto Alegre (RS), que instituiu a cota de jovens na direção deve fazer parte desta discussão.

Neste sentido o 3º Congresso do PT aprova:

A organização e intervenção junto à juventude será prioridade política para o Partido dos Trabalhadores no próximo período.

O limite máximo de 29 de anos de idade para militar, votar e ser votado na organização de juventude como forma de dar um salto qualitativo em nossa atuação.

A realização de Conferências Livres da Juventude do PT, como espaço partidário de mobilização, formulação política e intervenção coletiva preparatória da juventude petista no calendário de atividades do governo federal.

As conferências devem ser realizadas nos níveis municipal, estadual e nacional, e devem estar na agenda principal dos diretórios correspondentes do Partido dos Trabalhadores.

Substituir o atual modelo de organização setorial por uma organização de juventude petista que terá como função dialogar com os jovens petistas filiados ou simpatizantes, tornando-se a expressão pública do PT no setor juvenil.

A convocação do I Congresso da Juventude do PT que terá como tarefa deliberar sobre um regimento interno de funcionamento da JPT em todos os níveis, dando prioridade à organização de base. O Congresso da JPT deverá ter como pauta: a) O Brasil que queremos para a Juventude; b) Juventude do PT: concepção e funcionamento.

Cabe ao Diretório Nacional do PT referendar as deliberações do 1º Congresso da Juventude do

PT, avaliando principalmente a proposta de regulamentação e seu funcionamento, da nova juventude petista.

Dotação orçamentária para que a Secretaria Nacional de Juventude tenha condições de organizar o I Congresso da JPT desde os municípios, realizar campanhas públicas e ter capacidade de fazer disputa política de alta intensidade na sociedade.

Delegar o Coletivo Nacional de Juventude como Comissão Organizadora do 1º Congresso da JPT, ficando responsável por produzir uma proposta de regulamento a ser aprovada pelo Diretório Nacional.

Cultura

Por uma prática cultural petista

É muito importante que reafirmemos a necessidade do PT reatar sincera e profundamente os canais de diálogo com atores sociais diversos, sejam eles movimentos organizados ou não. Se por um lado é vital que fortaleçamos as instâncias partidárias, por outro é necessário que não sucumbamos à tão danosa *burocracia dos crachás*, irmã da mediocridade e algoz da criatividade.

O diálogo com a militância não pode ser atitude voluntarista, mas fruto de um projeto político. Hoje, a relação com os movimentos sociais é feita por secretarias que pouco contato têm entre si. É preciso repensar os papéis da Secretaria de Movimentos Populares, da Secretaria de Mobilização e das Secretarias Setoriais e dar funcionamento à estrutura partidária a partir de efetiva concepção

política, evitando que se criem espaços de poder pouco articulados e que não contribuam para a qualidade da ação política do PT junto à sociedade.

Neste 3º Congresso o PT reconhece necessidade de debater profundamente suas práticas e a cultura política que as sustentam, o que deve fazer com que artistas, intelectuais e militantes da cultura tenham um papel mais importante na construção do ideário e atuação partidária.

O Partido precisa se reaproximar dos intelectuais do país - destacamos especificamente os artistas e os acadêmicos - seja através da Fundação Perseu Abramo, seja através da Secretaria Nacional de Cultura, ou ainda por meio de ações de seus diretórios, considerando que essa reaproximação não poderá se dar em função de interesses eleitorais, mas pela necessidade de reelaboração de nosso projeto de nação.¹

Infelizmente, a tradição partidária ainda não percebe a cultura como base para um projeto de sociedade. Por outro lado, também é verdade que várias administrações petistas têm apresentado políticas ousadas e inovadoras de gestão cultural. Essas experiências, porém, ainda não se transformaram em programa partidário coeso, sistematizado e com diretrizes definidas. É necessário que o partido se organize de forma articulada, integrada e integradora com os agentes da cultura.

Nossa atuação deve ter em sua agenda a integração com os grandes problemas nacionais - a fome, a juventude, a educação, a saúde e a moradia, estimulando a criatividade, a fruição e o estímulo às manifestações culturais e artísticas, envolvendo e integrando o povo em torno das múltiplas faces e valores da cultura, garantindo, assim, o pleno exercício da democracia. Onde existir uma gestão petista, é fundamental que exista também uma política pública de cultura que viabilize a realização de fóruns onde a comunidade cultural seja estimulada a se organizar, possa se expressar e trocar experiências com a finalidade de enriquecer a gestão governamental e fortalecer a diversidade cultural.

Devemos estruturar a atuação do Partido de forma que ele pense a ação cultural como assunto estratégico de governo e de poder. Nosso projeto de sociedade democrática, justa e socialista, passa por uma concepção de política cultural que fomente ações que visem a transformação da estrutura, relações e valores.

A Secretaria Nacional de Cultura do PT

Para que isso tenha consistência, temos de reconhecer que a elaboração

de conceitos, a organização partidária e o sucesso nas administrações públicas só tem sido possível graças ao empenho da incansável militância partidária que soube, ao longo dos vinte e sete anos de história do PT, trabalhar de forma sistemática os desafios da política, afirmando sua dimensão cultural.

Nesse sentido, uma das vitórias que marcaram a tradição do PT, foi o reconhecimento e a institucionalização da Secretaria Nacional de Cultura, fruto da insistência constante da diversidade da produção cultural, situando a cultura para além de eventos.

A Secretaria Nacional de Cultura foi criada em março de 2003, através de decisão do Diretório Nacional, portanto após a aprovação do atual Estatuto do PT. A partir desta decisão foi realizada a primeira Conferência Nacional de Cultura, com participação de 21 estados do país, representada por cerca de mil pessoas. A capilaridade demonstrou a relevância do tema junto a militantes petistas e a capacidade histórica do Partido em rever em sua estrutura um forte elemento constituinte desde a sua formação que é a atuação de artistas e intelectuais na trajetória petista.

Esta atuação foi por muito tempo considerada acessória, restrita aos palanques de campanha, programas de TV e de governo. Ao sistematizar sua relação com a Cultura, ganhou o PT, pois retomou o caminho de interlocução com uma camada da população tão rica em suas práticas sócio-culturais quanto carente em sua inserção nos debates conjunturais da sociedade.

Ainda assim, em que pese a necessidade de discussão de tantos temas quanto forem apresentados pela militância organizada do PT no Congresso, é necessário definir a relação entre os diferentes níveis para que se estabeleça a validade e a representatividade das Secretarias Setoriais, onde hoje está inserida a Secretaria Nacional de Cultura. É necessário que a capilaridade seja um fator importante para a organização e validação das instâncias. Somente com atuação na ponta – direta nos municípios e, portanto, na base direta – teremos uma rede capaz de ampliar a capacidade de organização do PT junto aos movimentos sociais e a sociedade civil organizada.

O PT resolve:

Realizar uma campanha nacional pela aprovação da PEC 150/03 que determina a vinculação de 2% do orçamento federal para o Ministério da Cultura e organiza, orçamentariamente, o Sistema Nacional de Cultura.

Apoiar as demandas por reestruturação do serviço público federal de cul-

tura, com o fortalecimento das carreiras, dos salários e do corpo de servidores.

Apoiar e divulgar a Convenção da UNESCO sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais.

Criar o Conselho Nacional do PT, que se reunirá, no mínimo, uma vez ao ano com representantes da “sociedade civil petista” e de governantes e parlamentares de nosso partido, conforme segue:

Prefeitos de capitais, senadores, deputados federais, governadores e um representante do governo federal - quando este tiver a participação ou liderança do PT.

Artistas e intelectuais indicados pela SNCult e pela Fundação Perseu Abramo, representantes de Movimentos Sociais e Populares organizados nacionalmente, por indicação da Secretaria de Movimentos Populares, representantes de entidades e organizações amigas do PT, conforme indicação da presidência do partido.

Providenciar, para fins históricos, o registro da Secretaria Nacional de Cultura no Estatuto do partido, considerando decisão anterior do Diretório Nacional.

Estimular a organização de bibliotecas nos Diretórios Municipais.

Elaborar e realizar um projeto cultural piloto em 15 municípios brasileiros com tamanhos e características diferentes, tornando os respectivos Diretórios Municipais pólos culturais e modelos de contato com a militância e a sociedade.

Os custos para a realização deste projeto serão financiados por um consórcio entre o Diretório Nacional e os Diretórios Estaduais envolvidos.

Participação política das instâncias de cultura nas decisões das ações relativas deste segmento em atividades partidárias e de campanha, possibilitando a indicação de ações e propostas condizentes com a realidade apresentada pelo setor.

Definição de um orçamento próprio para a Secretaria Nacional de Cultura, definido a partir do orçamento global do Partido, em cada unidade federada onde o PT estiver organizado, sendo que sua execução ficará a cargo das respectivas Secretarias e Coordenações de Cultura que tiverem cumprido todas as exigências do PED, e que apresentem propostas concretas com vistas à organização da militância, subsidiando-as com ferramental necessário para apresentação e disputa de projetos junto à sociedade civil. Além disso, deverão prestar contas sobre o trabalho realizado à Executiva local do Partido.

A política internacional do PT

A maioria dos partidos políticos brasileiros dedica pouca atenção aos temas relacionados às questões internacionais e de política externa do país. Este não é o caso do PT, que desde sua fundação vem desenvolvendo uma intensa atividade nesta área e conta, desde 1984, com uma Secretaria de Relações Internacionais.

A década dos oitenta

Na década de oitenta, as relações internacionais do PT estiveram fortemente vinculadas ao trabalho de solidariedade e denúncia contra violações aos Direitos Humanos em nosso continente. Nesse tempo, em muitos países da América Latina e Caribenha lutava-se contra ditaduras militares.

Na América Central e no Caribe, o PT deu apoio concreto aos diferentes processos de luta, seja na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala, bem como na defesa de Cuba perante o bloqueio dos Estados Unidos.

Um exemplo desse período foi a brigada de solidariedade internacional que o PT manteve na Nicarágua entre 1985 e 1987, por solicitação da FSLN, composta por seis militantes com atuação na área de saúde.

Na América do Sul, foi expressivo o trabalho de solidariedade com as entidades de defesa de Direitos Humanos que denunciavam os terríveis atropelos à dignidade humana no Chile, na Argentina, no Uruguai.

Esse trabalho abriu espaço para a participação, nas campanhas pela Anistia e por Direitos Humanos no Brasil, de muitos dos exilados chilenos, argentinos e uruguaios aqui residentes.

Depois da Lei de Anistia de 1979, muitos integrantes do Comitê Brasileiro pela Anistia prosseguiram sua atividade em entidades como Clamor (Comitê de Defesa dos DDHH para os países do Cone Sul) e o CBS (Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos de América Latina).

Também neste período, foi muito intensa a relação com o governo e com o Partido Comunista de Cuba, que acolheram muitos militantes da esquerda brasileira, durante a ditadura militar no Brasil. Outras organizações, como a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), vários partidos comunistas e socialistas de países ocidentais, bem como países da Europa Oriental, tiveram a mesma atitude solidária, o

que se traduziu na relação entre petistas, estes partidos e países.

É importante lembrar que, nos anos 80, o PT não tinha a importância que possui hoje. O PT só se afirmaria internacionalmente no final da década dos 80, especialmente com a eleição direta para Presidente de 1989, depois de quase trinta anos de ditadura militar, quando Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello se confrontaram no segundo turno.

A partir deste momento, iniciou-se uma nova fase das relações do PT com partidos e governos, em todo o mundo, com base no reconhecimento e no respeito que lhe imprimiam a impressionante votação de 1989.

O apoio recebido pela candidatura Lula e pelo PT, neste momento, encontra paralelo nas manifestações de solidariedade internacional ao movimento grevista, na virada entre as décadas de 70 e 80. Essas manifestações vinham um pouco de toda a parte, mas principalmente do sindicalismo europeu, que pouco depois se converteria em forte movimento de apoio à CUT, fundada em 1983.

O apoio dado à CUT pelo sindicalismo europeu repercutiu no Partido, que passou a relacionar-se com os líderes e partidos políticos vinculados às diversas centrais sindicais.

A atuação internacional da CUT permitiu também o início de uma relação mais estruturada com as centrais sindicais da América Latina e Caribenha, em especial a formação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), em 1986. Essa iniciativa teve como objetivo inicial promover o intercâmbio entre as experiências sindicais dos países vizinhos, na tarefa de articular propostas e ações do movimento sindical, nos marcos do processo de integração regional.

A década dos noventa

A crise dos países socialistas, cujo auge foi entre o final dos anos oitenta e o início dos anos noventa, impactou fortemente as relações internacionais do PT, consolidou a opção petista por trilhar caminhos próprios no cenário mundial, desenvolvendo relações com todos os partidos democráticos e de esquerda, pertencentes a diferentes tradições.

Esta opção pluralista se materializou com força na convocatória das organizações, movimentos e partidos de esquerda da América Latina e Caribenha para uma reunião, em julho de 1990, na cidade de São Paulo.

A motivação principal desta reunião foi reunir as esquerdas do continente, para refletir sobre os acontecimentos pós-queda do Muro de Berlim e

pensar alternativas ao predomínio das políticas neoliberais executadas por governos como os de Collor, Menem, Fujimori e Salinas de Gortari.

A partir da convocatória feita pelo PT, nasceu o que futuramente se chamaria Foro de São Paulo, que ao longo dos últimos 17 anos contou com a participação ativa da Frente Ampla de Uruguai, da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) de Nicarágua, do Partido Revolucionário Democrático (PRD) do México e do Partido Comunista de Cuba, entre outras forças políticas.

Além de participar ativamente do Foro de São Paulo, respondendo por sua Secretaria Executiva, o PT participa da Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL) e da Coordinación Socialista Latinoamericana (CSL).

Ao mesmo tempo que priorizamos, durante os anos 90, a construção de relações estáveis com partidos e movimentos de América Latina e Caribenha, não descuidamos das relações com partidos de outros continentes. Na Europa, por exemplo, desenvolvemos vínculos com os todas as correntes partidárias: comunistas, social-democratas, verdes e outros partidos de esquerda.

O PT foi o primeiro partido brasileiro a introduzir a questão da integração regional na sua agenda. Foi assim que, em 1993, o partido promoveu o Seminário Nacional sobre o Mercosul, na capital do Estado do Paraná. A “Carta de Curitiba” resultante deste seminário influenciou os programas eleitorais que apresentamos em 1994, 1998 e 2002, propondo mudanças nos rumos do Mercosul.

Também nos anos noventa, é importante salientar a atuação internacional das prefeituras petistas. Administrações dirigidas pelo PT participaram ativamente, em 1995, da criação da rede Mercocidades, que hoje conta com cerca de 180 cidades. O governo municipal de Porto Alegre e, posteriormente, o governo do Estado de Rio Grande do Sul constituíram-se em referências importantes de políticas públicas inovadoras, em especial do orçamento participativo, o que explica a decisão de realizar, naquela cidade e naquele estado, as primeiras edições do Fórum Social Mundial.

Também na década de noventa, a CUT decidiu intervir diretamente no processo de integração regional oficializado pelo Tratado de Assunção (1991). Ante a indiferença dos governos, que concentravam seus esforços na dimensão comercial do processo de integração, e dos políticos tradicionais, que pouco discutiam o tema da integração, chama nossa atenção a densidade do

trabalho das centrais sindicais, em favor da dimensão social do Mercosul. A vocação integracionista da CUT e do PT foi pioneira e rompeu as fronteiras nacionais, à procura dos seus pares nos países do Cone Sul, para tecer acordos horizontais que modificaram o processo tradicional de tomada de decisões.

No plano continental, a ação do movimento sindical e dos movimentos sociais contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi concomitante à denúncia feita pelo Partido dos Trabalhadores dessa proposta estadunidense, que qualificamos como “projeto de anexação”.

Também nos anos noventa, ganham destaque os Núcleos do PT no exterior que, articulados com a Secretaria de Relações Internacionais (SRI), ajudam a organizar os filiados e simpatizantes brasileiros e do país sede do Núcleo; participar e/ou promover ações na defesa dos direitos políticos e políticas sociais dos brasileiros que vivem no exterior; mobilizar os militantes petistas no exterior e fazer campanha para o PT nos processos eleitorais; representar o PT no exterior, quando demandado pela SRI; manter o diálogo permanente com entidades e organizações democrático-populares e progressistas, bem como amigos do PT nos diversos países. Nesses marcos foram organizados o I Encontro dos Petistas na Europa em fevereiro de 1994 em Paris, o I Encontro dos Núcleos do PT no Exterior em dezembro de 1996 em Lisboa, assim como, na década seguinte os II e III Encontro dos Petistas na Europa em 2006 em Lisboa e em 2007 em Paris, respectivamente.

Anos 2000

Nessa década ainda em curso, a atuação internacional do PT sofre um crescimento exponencial, que se materializou em dois movimentos principais.

Por um lado, temos as várias edições do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre. O FSM contou e segue contando com o apoio do Partido dos Trabalhadores, cuja participação foi determinante para o sucesso e a continuidade dessa reconhecida instância de debates de políticas públicas e articulações sob o lema “Um outro mundo é possível”. Dentre as várias dimensões do FSM, destacamos o Fórum Parlamentar Mundial e o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social (FAL).

O Fórum de Autoridades Locais construiu-se como espaço de encontro e trocas entre governos que se pautam pela “paz, a inclusão social, a democracia participativa, as metrópoles solidárias, a defesa de promoção dos serviços públicos, o direito à cidade e ao meio ambiente sustentável e o respei-

to aos direitos fundamentais (educação, saúde, moradia e acesso à água), garantindo os direitos de plena cidadania, especialmente dos imigrantes”.

Trata-se de um espaço de resistência e de construção de novas práticas, experiências e organização administrativa, voltadas a impedir ou diminuir os impactos das políticas neoliberais na vida cotidiana de nossas cidades.

A partir do FAL, derivou-se outro espaço de organização: o Fórum de Autoridades Locais Periféricas (FALP), que articula governos locais cujas populações estão submetidas à uma relação de dependência e de exclusão, frente às cidades pólos ou metrópoles.

Esta organização de autoridades locais é de suma importância, frente à inércia dos governos dos grandes centros, possibilitando novos arranjos político-administrativos que promovam metrópoles solidárias.

Ainda no terreno da atuação internacional de governos locais, as administrações petistas mantiveram ou assumiram papel de liderança em várias articulações regionais e internacionais. Um exemplo disto foi o processo de unificação de redes mundiais (Federação Mundial das Cidades Unidas e União Internacional de Governos Locais), na organização mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), processo no qual São Paulo e outras prefeituras petistas participaram ativamente. Registre-se, ainda, o estímulo ao debate sobre a cooperação descentralizada e a constituição de um trabalho internacional na Frente Nacional dos Prefeitos.

Nesta década também, a Juventude do PT passou a ter uma atuação mais orgânica nos espaços internacionais. Em maio de 2005, criou-se o GT Juventude e Relações Internacionais, composto por dirigentes e militantes da JPT e contando com participação e acompanhamento da SRI. A JPT foi protagonista na constituição do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul (FJPM). Este busca ser um espaço de discussão e articulação entre as diversas juventudes de partidos de esquerda da região, permitindo também um diálogo plural entre partidos e movimentos sociais para pensar e concretizar uma integração regional solidária. Além disso, a JPT tem participado das duas internacionais, a FMJD e a IUSY, assim como dos encontros dos movimentos sociais (FSM e outros) e desenvolvido relações bilaterais (com partidos, entre outros, de Cuba, El Salvador, França, Paraguai e Uruguai).

O segundo grande movimento efetuado pelo PT, no terreno internacional, decorre de nossa chegada à presidência da República.

A eleição de Lula, em 2002, e a presença de governos de esquerda e

progressistas em vários países da região, mudou os termos de nossa relação com movimentos, partidos e governos progressistas e de esquerda, no Continente e no resto do mundo.

Desde o início de 2003, o PT enfrenta o desafio de articular as relações internacionais do Partido com a política externa do governo Lula. O êxito de nossa agenda regional (Mercosul e Comunidade Sul-americana de Nações, hoje UNASUL) supõe que o Partido consiga estreitar relações com os partidos amigos, bem como movimentos sociais, para que a integração não seja apenas entre governos. Destacamos, nesse sentido, iniciativas como a Aliança Social Continental, que desenvolve importante trabalho de intercâmbio e busca de consenso em torno da construção de um projeto de integração regional solidário.

Um exemplo bem-sucedido foi a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas, projeto apresentado pelos Estados Unidos em 1994 e derrotado graças ao esforço conjunto de partidos, movimentos sociais e governos progressistas e de esquerda.

Hoje, o governo Bush, acuado não só pela esquerda latino-americana e caribenha, mas também pelas pressões protecionistas no Congresso de Estados Unidos, “arquivou” o projeto ALCA e o substituiu pela tentativa de negociar Tratados de Livre Comércio entre os EUA e países da região.

Nesta década, além da prioridade para a América Latina e Caribe, não descuidamos das relações com a Europa. E buscamos estreitar relações com partidos do Oriente Médio, da África e da Ásia. Atualmente, o PT mantém protocolos de cooperação com diversos partidos.

O PT seguiu dando prioridade ao Foro de São Paulo, como instância comprometida com a integração regional, a confraternização, o diálogo, o intercâmbio de experiências, a solidariedade e a unidade de ação de amplos setores da esquerda de nosso continente, sem perder de vista a pluralidade política e a diversidade cultural latino-americana e caribenha.

Ao mesmo tempo, acompanhamos outras organizações, sem que isto implique vínculos organizativos. É o caso da Internacional Socialista, que em 2003 realizou um Congresso na cidade de São Paulo.

Situação internacional

O mundo em que vivemos hoje é profundamente diferente daquele marcado pelo conflito entre “campo capitalista” e “campo socialista” (1945-1990). O atual período é marcado por um grau de predomínio do capitalis-

mo que não possui precedente histórico. Este capitalismo assumiu, nos anos 90, três formas principais: no terreno das idéias, o pensamento neoliberal; no terreno político-militar, o poderio dos Estados Unidos; no terreno da economia, a força do capital financeiro.

Hoje, o neoliberalismo, os Estados Unidos e o capital financeiro não possuem a mesma “atração” que exibiam no início dos anos 90. A tentativa de impor um mundo unipolar, submetido ao governo dos Estados Unidos, dominado pelo grande capital e pelas fórmulas neoliberais, desencadeou resistências de vários tipos. Vale dizer que o discurso do “Estado mínimo” não corresponde à prática do próprio governo estadunidense.

Podemos dizer, portanto, que embora sigamos vivendo nos marcos do período histórico aberto em 1990, estamos dentro de uma etapa nova, marcada pelo crescimento da resistência e pela construção de alternativas.

A atual etapa internacional é produto combinado de vários processos e acontecimentos. Entre eles, citamos a crise asiática de 1997, que desmoralizou as receitas neoliberais; o surgimento e expansão de grandes mobilizações mundiais (as vezes chamado de movimento altermundista ou anti-globalização); o ataque terrorista contra os EUA, em 2001, e a reação posterior; a afirmação da China como potência econômica; e, finalmente mas não menos importante, a onda de governos de esquerda e progressistas na América Latina e Caribenha.

A nossa é a região do mundo onde a resistência se encontra mais avançada, tendo conquistado governos, impulsionado fortes lutas sociais e constituído um ideário anti-neoliberal, que em alguns casos é defendido por partidos e movimentos que se proclamam anti-capitalistas e socialistas.

Um dos desafios da esquerda brasileira é o de manter um acompanhamento constante da situação mundial. Pensando nisto, a Fundação Perseu Abramo e a SRI criaram o Periscópio Internacional, que divulga todo mês uma síntese dos principais acontecimentos e temas internacionais.

Conjuntura latino-americana e caribenha

Vivemos um momento contraditório em nosso subcontinente. Por um lado, as forças pró-capitalistas e neoliberais seguem hegemônicas no terreno econômico-social, nas instituições internacionais e no terreno político-militar, bem como no governo de vários países do continente. Por outro lado, as forças progressistas, democrático-populares e socialistas retomaram parte da capacidade organizativa e

de mobilização que tinham antes dos anos 1990, além de ocuparem posições importantes nos governos de vários países da região, a partir dos quais vem buscando reorganizar o tecido social e o funcionamento da economia nacional e regional.

A convergência de vários governos de esquerda e progressistas na América Latina e Caribenha constitui a grande novidade da atual conjuntura. Isto se tornou possível graças à combinação de três elementos principais: os efeitos do neoliberalismo na região, a capacidade que vários partidos demonstraram de capitalizar eleitoralmente a insatisfação popular e o crescimento dos movimentos de contestação.

Os avanços registrados pelas forças de esquerda e progressistas trouxeram consigo enormes possibilidades, mas também velhos e novos problemas. Nossos sucessos eleitorais não significam, ainda, que o neoliberalismo tenha sido derrotado, nem tampouco que o padrão histórico de desenvolvimento capitalista vigente na região esteja perto de ser superado, isto apesar do grande esforço que vem sendo feito por vários governos da região, no sentido de ampliar a soberania, a democracia e as políticas sociais.

Ao longo dos últimos cinco anos tivemos um conjunto importante de eleições na América Latina e Caribenha. Estas eleições - no Chile, Colômbia, Bolívia, Haiti, Costa Rica, México, Equador, Peru, El Salvador, Nicarágua, Brasil e Venezuela - revelaram uma correlação de forças, eleitoral e política, marcada pela vitória ou pelo menos pelo crescimento das forças progressistas, nacionalistas e de esquerda.

No caso do Haiti, a vitória de Preval mostra que existem energias populares naquele país, capazes de reconstruí-lo de maneira soberana e autônoma. Após jogar um papel importante no processo eleitoral, cabe ao governo brasileiro exigir que sejam cumpridos os compromissos internacionais de apoio, necessários para alterar a situação material do país. Em comum acordo com o novo governo, a Minustah deve se retirar o quanto antes do país.

Ao lado dos casos já citados, tivemos outras eleições presidenciais cujos resultados devem ser analisados com atenção. É o caso, principalmente, do Peru, Colômbia e México.

No Peru, a disputa principal deu-se em junho de 2006, entre Ollanta Humala, um militar da reserva e candidato pela coalizão partidária Unión por el Peru; e Alan Garcia, que já presidira o país na década de 1980 pelo Partido Aprista.

Na Colômbia o presidente Álvaro Uribe foi reeleito no primeiro turno em maio com 62,2% dos votos. Porém, o Pólo Democrático Alternativo alcan-

çou o segundo lugar, com a candidatura de Carlos Gaviria, superando o Partido Liberal e tornando-se uma alternativa real de governo no país.

No México, o candidato do Partido da Revolución Democrática (PRD), Andrés Manuel Lopez Obrador, esteve na dianteira praticamente todo o tempo, enfrentando uma duríssima campanha caluniosa e anticomunista, deflagrada pelos outros candidatos e apoiada pelo governo Fox e pelos grandes meios de comunicação.

Embora na reta final o candidato do Partido de la Acción Nacional (PAN), Felipe Calderón, tivesse subido nas pesquisas, ainda assim dificilmente venceria as eleições. No entanto, no dia 6 de setembro o Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário Federal (TRIFE) do México o declarou vencedor da eleição presidencial ocorrida em 2 de julho, por uma diferença de apenas 243.000 votos (0,58%), num total de 41 milhões de votos.

A coligação que apoiou Obrador apontou a ocorrência de irregularidades em cerca de 50 mil urnas, de um total de 132 mil, ou seja, quase 38% dos votos sob suspeita.

O atual ciclo de eleições presidenciais, que deve se encerrar com a disputa na Argentina, ainda em 2007, consolidou e ampliou o leque de governos progressistas e de esquerda na América Latina e Caribenha.

Grande parte, talvez a maioria da população de nosso continente, quer seguir o caminho das mudanças e não aceita continuar sob hegemonia neoliberal.

Este processo de mudanças assume diversas formas, das mais radicais às mais moderadas e institucionais. Entretanto, a resistência da direita à alternância de poder e às mudanças em marcha no nosso continente, assume em todos os casos uma forma muito semelhante e extremamente reacionária.

Na Venezuela impulsionaram um golpe de Estado, derrotado pela intervenção popular. No Brasil, tentaram um golpe midiático. No México, fraudaram eleições. Na Colômbia, apóiam o paramilitarismo.

São evidentes os pontos de contato e de cooperação entre as forças políticas de direita, em cada país, e o governo dos Estados Unidos. A ingerência é particularmente forte na Colômbia, no Paraguai e na América Central (vide El Salvador).

Frente as seguidas derrotas eleitorais, o maquinário político-ideológico da direita tenta introduzir cunhas entre as forças de esquerda e progressistas.

Os partidos políticos de direita, suas lideranças principais, a mídia e as forças econômicas dizem existir na nossa região um confronto entre as forças de mercado e democráticas, versus o “populismo de esquerda” e autoritário.

Tentam estigmatizar e desqualificar nossa política, associando-a com o passado. Ao mesmo tempo, buscam dividir os governos progressistas em dois grupos: a esquerda “moderna” e esquerda “atrasada”, maximizando as diferenças nacionais e as estratégias políticas distintas, minimizando e ocultando os objetivos comuns a todos os nossos governos e partidos.

Existem diferenças reais entre as forças de esquerda e progressistas da América Latina e Caribenha. Estas diferenças devem ser analisadas e entendidas à luz das trajetórias político-culturais de cada país, das especificidades históricas, das distintas estruturas sociais.

A integração regional

O tema da integração é fundamental na construção de uma sociedade pós-neoliberal. Trata-se de combinar os desafios e necessidades de cada país de nossa região, com a construção de um espaço comum de cooperação que beneficie os povos. Isto exige enfrentar interesses internos e externos que defendem uma integração subordinada aos interesses das grandes empresas e do imperialismo estadunidense.

Não basta defender a integração como uma resposta aos problemas de cada um de nossos países e aos problemas do conjunto da região. É preciso compreender que esta integração, para ter sucesso, precisa levar em conta a natureza assimétrica da economia dos diferentes países, bem como as diferenças históricas, culturais e políticas.

É preciso compreender, também, que existe uma contradição potencial entre o fortalecimento da soberania nacional e o projeto de integração econômica, social e política. Do adequado tratamento desta contradição, depende o sucesso da integração.

Os países mais fortes da região precisam oferecer contrapartidas e compensações aos demais. Não se deve defender reciprocidade simétrica entre países assimétricos.

A América Latina e Caribenha tem muitas possibilidades econômicas ainda inexploradas e uma população de aproximadamente 500 milhões habitantes, que conforma um importante mercado potencial. Mas para isso é preciso maior integração física entre nossos países. Sem isso, países que são vizinhos e que poderiam desenvolver relações muito mais estreitas, na prática estão tão distantes quanto os continentes europeu, asiático ou africano. Portanto, o investimento em rodovias, ferrovias, pontes, entre outros é fun-

damental. A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA) tem relação com isto. O desafio é garantir que a integração física ocorra sob uma hegemonia política adequada, que permita evitar ou pelo menos controlar os danos colaterais. Por exemplo, que haja severas regras e fiscalização para evitar danos ambientais à Amazônia.

A integração energética é outro fator de suma importância. É conhecido o potencial da energia elétrica hidráulica, do petróleo, do gás natural e da biomassa existente em solo latino-americano. Os recursos naturais existentes na América Latina e Caribe oferecem a base para qualquer projeto de desenvolvimento.

Não nos basta integração econômica, de infra-estrutura ou política. É preciso integração entre os povos, o que exige mecanismos institucionais que a promovam, tais como o ensino do idioma dos países vizinhos, de sua história, geografia e cultura. É preciso criar espaços institucionais onde autoridades locais, parlamentares, sindicatos, empresas, possam incidir de forma relevante. É preciso estimular e garantir a livre circulação de pessoas pelas fronteiras.

A política de meio ambiente em áreas fronteiriças e em regiões comuns como a Bacia Amazônica que envolve Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil deve ser compartilhada e concertada. Há iniciativas decorrentes do Protocolo de Kyoto que podem ser implementados de comum acordo.

Políticas sociais, como a erradicação do trabalho infantil, trabalho escravo ou análogo, a promoção do conceito de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e políticas de renda mínima também serão fortalecidas à medida que todos os países as adotarem como prioritárias.

A integração não é um projeto simples, nem de curto prazo. O processo europeu, ainda inconcluso e que para nós serve mais como aprendizado do que como modelo a seguir, já leva mais de 50 anos.

O fundamental é garantir que a integração continental tenha no povo seu alicerce fundamental. Também por isso, valorizamos iniciativas como o Somos Mercosul, as cúpulas sociais e, destacadamente, o Parlamento do Mercosul.

A política externa brasileira

A política externa é um dos principais sucessos do governo Lula. Iniciativas como a ação contra a fome e a pobreza, a defesa da taxação de fluxos financeiros e paraísos fiscais, a abertura da política internacional para a participação da sociedade civil, a prioridade estratégica conferida as relações

Sul-Sul, ao continente africano e a integração continental, têm raízes na política de relações internacionais do PT.

O Brasil defende o multilateralismo. A Organização das Nações Unidas precisa de uma reforma estrutural, especialmente no Conselho de Segurança, para que possa cumprir suas funções políticas e normativas. A atual estrutura do Conselho de Segurança, tendo como os membros permanentes com direito a veto os cinco países que saíram vencedores da II Guerra Mundial, não condiz com princípios democráticos.

A política externa do governo Lula não substituiu as relações tradicionais do país, inclusive com os países desenvolvidos. Um exemplo disto é a parceria estratégica com a União Européia. O fortalecimento das relações Sul-Sul implica em afirmar as posições e interesses do Brasil, inclusive quando se contrapõem às visões dos países centrais, como foi o caso do posicionamento do governo Lula em relação às negociações da Alca, à agenda de negociações na OMC, à proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU e à guerra no Iraque, entre outras.

Sobre a invasão ao Iraque, é importante lembrar a postura dos governos da América Latina e Caribenha que, tirando El Salvador, se manifestaram contra a invasão. Mesmo países como o México e Chile, que firmaram tratados (Nafta e TLC, respectivamente) com os EUA, votaram contra a guerra na reunião do Conselho de Segurança ampliado da ONU.

O governo tem conseguido construir uma série de alianças estratégicas, como o IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), o G-20 na OMC e a articulação de países em torno do combate à pobreza e à fome. Outras iniciativas importantes foram o encontro de países árabes e sul-americanos, a ampliação das relações com os países africanos e o estreitamento de relações com a China.

Estas iniciativas recebem forte oposição de setores conservadores. É que, apesar dos reflexos positivos no crescimento das relações comerciais brasileiras, a política do governo Lula recusa o alinhamento aos interesses das grandes potências, traço característico de outros governos.

O Governo Lula apóia as relações internacionais descentralizadas entre municípios e estados brasileiros, com as instâncias político-administrativas homólogas da América do Sul, da Europa e da África. Esta iniciativa, no marco da cultura de relações exteriores brasileiras, é fundamental para desenvolver um modo petista de fazer relações internacionais, envolvendo não

só os governos centrais, mas outras instâncias governamentais e os povos em torno de uma agenda de paz e solidariedade.

Alguns exemplos disso são: o apoio à criação e instalação do Foro Consultivo de Municipalidades, Estados, províncias e departamentos do Mercosul; o Protocolo de Cooperação entre Estados e Municípios brasileiros e Regiões e municipalidades Italianas; as políticas de desenvolvimento das regiões de fronteira; a constituição de comitês binacionais de cooperação descentralizada com a França e a Itália.

No âmbito das negociações comerciais, dois fatos indicam claramente a mudança de postura em relação aos governos anteriores:

a) a paralisação das negociações que pretendiam resultar na criação da Área de Livre Comércio das Américas. É importante considerar o papel que teve, neste sentido, a ação dos presidentes dos países do Mercosul que, na Reunião de Cúpula de Mar del Plata, realizada em fins de 2005, colocaram um freio que acreditamos definitivo nas pretensões do governo dos Estados Unidos de viabilizar a ALCA. O papel do Brasil foi crucial;

b) as negociações da “Rodada de Doha”, onde a ação do governo brasileiro e dos governos do Mercosul tem sido decisiva para enfrentar os interesses dos EUA e da União Européia.

c) a aposta firme e consistente do Governo Lula na ampliação do leque de relações comerciais, investindo pesadamente em aumentar o intercâmbio com países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Essa política foi exitosa, não só pelo aumento expressivo, identificando novos mercados e novos fornecedores, mas também por que contribuiu para a chamada nova geografia comercial.

Apesar de seu incontestável sucesso, essa política foi muitas vezes criticada com o argumento de que as pessoas pobres não têm o que comprar, em mais uma demonstração de preconceito e distorção de visão do mundo. Inclusive porque o governo Lula nunca trabalhou essa abertura para outros países fora do eixo da OCDE, em contraposição às relações com Europa, EUA e Japão, mas sempre como adicional. O resultado é o expressivo aumento nas relações comerciais com resultados históricos.

O Presidente Lula lançou, logo no início de seu governo, a iniciativa internacional Ação Global contra a Fome e a Pobreza, a qual mobilizou vários outros Presidentes e o próprio Secretariado-Geral da ONU.

Ao colocar a questão da fome e pobreza na agenda política internacional em todos os fóruns possíveis, desde o Fórum Social Mundial, a Assembléia

Geral da ONU, o Fórum de Davos, entre outros, o Governo Lula se posicionou de forma propositiva no campo internacional contra as políticas internacionais das forças hegemônicas, particularmente ao afirmar em todas essas ocasiões que a verdadeira guerra que deve ser travada é aquela contra a fome e a pobreza, porque contribuirá de forma eficaz e sustentada contra a violência. Foi também no âmbito da iniciativa da Ação Global contra a Fome e a Pobreza que o Presidente Lula reinseriu na agenda política internacional a questão do combate à evasão de divisas (paraísos fiscais) e, sobretudo, da taxaço dos fluxos financeiros internacionais, para mobilizar os recursos necessários para o combate à fome e pobreza no mundo. Essa iniciativa teve menos atenção da imprensa e dos formadores de opinião dentro do Brasil do que teve lá fora, o que dificultou o conhecimento para um público mais amplo.

Por último, cabe mencionar o esforço do Governo Lula de abrir a política internacional para outros atores. Além do apoio para ações dos governos locais, já mencionado, houve um esforço para envolver as entidades da sociedade civil nos mais variados aspectos da formulação e execução das políticas internacionais. Isso vale para as negociações na OMC, no Mercosul, mas também para muitos outros fóruns. Espera-se que o segundo governo Lula amplie e consolide esta participação social na esfera da política internacional.

Princípios da política de relações internacionais do PT

O PT é um partido internacionalista, antiimperialista e socialista. Luta por democracia, soberania e igualdade. Luta por uma nova ordem internacional, pela paz mundial e pela integração continental. Busca construir, em escala internacional, um nova hegemonia, baseada no multilateralismo.

Estas grandes diretrizes se traduzem nos seguintes “princípios” de nossa política de relações internacionais.

Uma postura internacionalista, antiimperialista e socialista.

O PT busca fomentar, no povo brasileiro, valores e práticas de solidariedade internacionalista, com as lutas por democracia, por soberania nacional e por igualdade social em todas as partes do mundo.

Já no Manifesto de Fundação do PT e em sua Carta de Princípios, o PT afirma sua “solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”. O documento “O Socialismo Petista” (1990) diz que o PT “apoiará ativamente a autodeterminação de todos os povos, valorizando a ação internacionalista

no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente”.

Partindo da fraternidade universal dos povos, afirmamos o valor estratégico do internacionalismo. Tal perspectiva ganha força ao pensarmos na multiplicidade de iniciativas em favor de uma nova ordem mundial, constituindo o internacionalismo como fruto de diálogos entre os diversos atores e sujeitos políticos, sociais e culturais.

O internacionalismo e a solidariedade internacional incluem as lutas de cunho planetário, em torno da preservação do meio ambiente e da paz mundial.

O Foro de São Paulo, a Aliança Social Continental, o Fórum Social Mundial, as iniciativas de integração regional e tantas outras, ao congregarem partidos, movimentos e governos (em seus diversos níveis), articulam lutas e demandas locais, nacionais, regionais e mundiais, permitindo tecer alianças rumo a um outro mundo, que pretendemos seja socialista.

O PT faz, em todos os terrenos em que atua, uma crítica e uma oposição permanentes ao imperialismo. O PT mantém relações permanentes com partidos, organizações, movimentos e intelectuais comprometidos com a luta pelo socialismo, sempre preservando sua independência, seu não-alinhamento e seu pluralismo ideológico.

O PT estimula a participação de seus governantes, parlamentares e militantes no FSM, no FAL e no FALP, tendo como perspectiva consolidar este espaço público internacional de luta contra o neoliberalismo.

A defesa da paz mundial

O PT defende a solução negociada dos conflitos internacionais, uma nova ordem econômica mundial, o direcionamento dos gastos com pesquisa e venda de armamentos para o combate à pobreza e à fome, o aumento dos investimentos em educação e saúde. O PT defende o desmantelamento dos arsenais nucleares, o fim das pesquisas e desenvolvimento de quaisquer tipos de armas de destruição em massa.

O PT se opõe a toda forma de terrorismo, inclusive ao terrorismo de Estado.

Apoiamos a criação do Estado palestino, o desmantelamento dos assentamentos israelenses nos territórios da Cisjordânia, o reconhecimento mútuo por todas as forças políticas envolvidas e o fim dos ataques mútuos.

Exigimos o fim da ocupação estadunidense no Iraque e no Afeganistão, que mergulhou os dois países numa situação de destruição e guerra civil.

Respeito à soberania e autodeterminação dos povos e nações.

Defendemos o direito de todos os povos à autodeterminação e consideramos a o respeito à soberania nacional um princípio inquestionável de nossa política internacional. Assim, apoiamos:

- a luta pela independência de Porto Rico;
- a constituição de um Estado livre e independente para o povo saarai, a República do Saara Ocidental;
- a constituição do Estado palestino, da forma já citada anteriormente.

Defendemos Cuba e as conquistas sociais da Revolução Cubana, especialmente contra o bloqueio que se estende por já quase 50 anos.

Enfatizamos a necessidade de organismos internacionais baseados no compromisso com a construção de “outro mundo possível” e no respeito a soberania nacional, substituindo e/ou reformando profundamente os organismos internacionais hoje existentes, controlados em geral pelas grandes potências, em particular pelos Estados Unidos.

A reforma democrática das instituições internacionais

A luta por um mundo mais justo e menos desigual passa necessariamente por reformas profundas no funcionamento e nos objetivos das instituições criadas no pós-guerra, para responder aos interesses do capitalismo pós-segunda guerra mundial.

O PT busca se articular e juntar forças nos debates e nas mobilizações pelo aprofundamento da reforma da ONU e das instituições financeiras internacionais, entre as quais o FMI e o Banco Mundial. É preciso aumentar o peso dos países do Sul e da sociedade civil, aumentar a capacidade de coordenação da ONU e redirecionar os objetivos das instituições internacionais, para priorizar a luta contra as crescentes desigualdades econômicas e sociais e a luta contra a fome e a pobreza. Isto implica, entre outros, apoio às campanhas pela taxação dos fluxos financeiros internacionais como também pelo respeito às normas trabalhistas, por um trabalho decente.

Defesa da integração regional

Defendemos a integração regional com vistas ao fortalecimento político, econômico, social e cultural dos povos latino-americanos. Esta integração é condição para a nossa afirmação, já que sozinhos nossos povos não po-

dem lograr o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável, solidário e que satisfaça suas necessidades.

Desde a “Carta de Curitiba”, criticamos o caráter excludente, antidemocrático e neoliberal que assumiu em sua fase inicial o Mercosul.

A partir de 2003, com a eleição de governos progressistas, ganharam força visões e práticas que colocam a integração regional como elemento-chave para construir alternativas ao modelo neoliberal. Desde então, assistimos a luta vitoriosa de partidos, movimentos e governos contra a implantação da ALCA; assistimos, também, a avanços como a ampliação do Mercosul, a criação do FOCEM, do Fórum Consultivo de Municípios e Estados, a instalação do Parlamento Mercosul, dentre outros.

Para seguir avançando, é imprescindível levar em conta as particularidades locais e nacionais, superar as assimetrias no interior de cada país e entre estes, implementar mecanismos de participação da sociedade civil – incluindo os partidos políticos – e concretizar projetos de integração física, energética e financeira.

Afirmamos a importância de uma articulação crescente das iniciativas de integração existentes (MERCOSUL, CAN, UNASUL, ALBA e TCP), por sua complementaridade, tendo em vista as distintas realidades e ritmos próprios de cada país.

Alianças e relações Sul-Sul

Defendemos a ampliação das relações entre os países em desenvolvimento, buscando fortalecer as posições destes perante os órgãos internacionais e nas discussões de políticas que influenciam diretamente no seu processo de desenvolvimento econômico e social. Acreditamos também que esta diversificação em nossas relações possa diminuir nossa dependência em relação aos países centrais.

Neste sentido, apoiamos e defendemos o fortalecimento das relações com o continente africano, baseadas na cooperação e em nossos laços históricos e culturais.

Apoiamos também a aproximação com os países árabes e iniciativas como a realização da I Cúpula América do Sul - Países Árabes, em Brasília no ano de 2005.

Seguindo ainda o princípio de ampliação das alianças e das relações sul-sul, apoiamos as relações estratégicas que o Governo Lula estabeleceu com Rússia, Índia, China e África do Sul.

Ressaltamos a necessidade de promover e consolidar o diálogo, não só entre os Governos destes países, mas especialmente entre os partidos políticos de esquerda e movimentos sociais destas nações que, inspirados por valores democráticos e internacionalistas, possam contribuir ativamente ao multilateralismo.

Direitos humanos econômicos, culturais, ambientais e sociais

Defendemos incondicionalmente os Direitos Humanos, em suas vertentes política, social, econômica, cultural e ambiental.

Defendemos políticas ambientais que busquem uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza. Apoiamos o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para uma economia sustentável. Apoiamos a ampliação das pesquisas e comércio de biocombustíveis, desde que não provoquem danos trabalhistas e ambientais, nem produzam concentração de riqueza e propriedade em mãos privadas. Defendemos o Protocolo de Kyoto. Enfatizamos a proteção da biodiversidade e da sócio-diversidade (povos originários, indígenas e quilombolas). Apoiamos as lutas globais contra a fome, a miséria e a pobreza. Apoiamos políticas que levem a uma melhor distribuição da renda gerada, no intuito de diminuir a pobreza e a fome mundiais. Defendemos a soberania e segurança alimentar dos povos.

Diante da força dos fenômenos migratórios, defendemos a discussão de uma Lei Geral de Migrações, que se traduza na proteção dos direitos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil e na elaboração de políticas públicas para o atendimento de suas demandas, inclusive a ampliação do direito de voto e de representação política.

Nesse sentido, é importante para os brasileiros no exterior criar uma Secretaria Especial de Apoio aos Brasileiros no Exterior no Governo Federal; reativar os Conselhos de Cidadãos; existir um recadastramento eleitoral permanente e comunicação efetiva das embaixadas e consulados com os brasileiros; fazer acordos bilaterais entre Estados nacionais; reconhecer o direito à nacionalidade para os descendentes de brasileiros nascidos no exterior; erradicar o tráfico e aliciamento de brasileiros e criar um setor jurídico de apoio, uma ouvidoria e programas de formação técnica para os funcionários nos serviços consulares.

Defendemos, ainda, a assinatura, pelo governo brasileiro, da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores

Migrantes e Membros de suas Famílias, da ONU, e dos convênios da OIT sobre os trabalhadores migrantes (n. 97) e sobre as migrações em condições abusivas e a promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento aos trabalhadores migrantes (n.143).

Atribuições, funcionamento e plano de trabalho da SRI

A Secretaria de Relações Internacionais do PT (SRI) tem as seguintes atribuições:

1) contribuir para que o conjunto do Partido dos Trabalhadores, em particular sua direção nacional, elabore e aplique uma política internacional compatível com as resoluções dos encontros e congressos partidários;

2) manter um acompanhamento constante da situação internacional (através de atividades de reflexão, interface com instituições especializadas, reuniões com organizações internacionais, visitas periódicas a embaixadas, acompanhamento da imprensa internacional, envio e recepção de delegações internacionais);

3) fortalecer a presença do PT no mundo, através dos núcleos, da difusão de material partidário, do contato com os meios de comunicação, do envio e recepção de delegações internacionais, da presença partidária em eventos internacionais. Organizar visitas periódicas aos partidos amigos, bem como a países de importância estratégica. Implementar a presença e a atuação sistemática do PT nos países governados por partidos amigos, com destaque para a América Latina e Caribenha. Acompanhar os organismos internacionais que reúnem partidos políticos, com destaque para o Foro de São Paulo;

4) estimular a militância, no PT, de estrangeiros residentes no Brasil e que, em seus países, militam em partidos amigos do PT. Cooperar com os partidos amigos, nos processos eleitorais em que têm direito a voto os estrangeiros residentes no Brasil e os brasileiros com dupla nacionalidade;

5) acompanhar as atividades internacionais desenvolvidas por petistas (em governos, nos parlamentos, movimentos sociais e núcleos de petistas no exterior). Apoiar o funcionamento dos núcleos dos petistas no exterior, no trabalho de difusão das posições partidárias, no cadastramento eleitoral de brasileiros, nas campanhas em defesa dos direitos dos residentes no exterior, no contato com as organizações amigas, no contato com as embaixadas;

6) estimular a articulação dos governos municipais e estaduais dirigidos por petistas, no sentido de promover a construção de unidade ideológica e política de nossas gestões, a partir da troca de experiências e avaliação da

agenda das instâncias de cooperação descentralizada (por exemplo, Mercocidades, União de Cidades e Governos Locais – CGLU e Rede URB-AL - União Européia). Para tanto, a SRI deve ampliar a articulação dos secretários ou responsáveis por relações internacionais dos governos petistas. Deve, também, elaborar um guia de relações internacionais dos governos locais, como forma de capilarização social dos princípios da política de relações internacionais do PT e de ampliação e qualificação dos setores responsáveis por relações internacionais nos governos petistas. Cabe à SRI, ainda, apoiar técnica e politicamente o grupo de secretários e responsáveis por relações internacionais, na discussão de um marco legal para a cooperação descentralizada, debatendo o tema com nossos parlamentares, visando assegurar uma tramitação rápida e aprovação pelo Congresso Nacional.

7) desenvolver, em conjunto com a secretaria nacional de formação política e com a Fundação Perseu Abramo, um trabalho de capacitação da militância no que toca aos temas internacionais. Preservar a memória da atuação do PT nas relações internacionais;

8) implementar ou participar de campanhas de massa, envolvendo temas internacionais. Estimular a difusão, no PT, do internacionalismo, da solidariedade, da defesa da integração continental, da luta pela paz, do anti-imperialismo e do socialismo.

A SRI deve organizar, uma vez ao ano, ao menos uma Conferência de petistas que atuam em relações internacionais, para debate e troca de informações. A SRI deve realizar reuniões periódicas em todas as regiões do país. E promover, também periodicamente, debates e atividades formativas com a participação de nossos partidos amigos.

A SRI deve realizar reuniões periódicas com os militantes que atuam com RRII no governo federal, nos governos estaduais, nos governos municipais, nos parlamentos, nos movimentos sociais e movimento altermundista. A SRI deve articular sua atuação com as demais secretarias nacionais do PT que têm atuação internacional sistemática, tais como juventude, assuntos institucionais, combate ao racismo e sindical. A SRI deve organizar visitas periódicas as embaixadas estrangeiras no Brasil, bem como manter um acompanhamento da atuação das embaixadas brasileiras no exterior.

A SRI deve produzir, mensalmente, um texto de análise e informação sobre a situação internacional, a exemplo do boletim Periscópio Internacional (www.fpa.org.br). E deve produzir, também mensalmente, um texto de análise

se e informação sobre a situação brasileira, também a exemplo do boletim Periscópio Internacional, voltado para os partidos amigos. Compete a SRI, em acordo com a secretaria nacional de comunicação, monitorar os meios de comunicação estrangeiros (no que falam do PT e do Brasil), bem como as editorias internacionais dos meios de comunicação atuantes no país.

A SRI deve organizar uma rotina de viagens internacionais de dirigentes do Partido, com base no plano político aprovado pelo 3º Congresso do PT, dando ênfase para aqueles países governados por partidos de esquerda e progressistas; para aqueles de grande importância estratégica; para aqueles onde a esquerda possui grande força política e eleitoral. Faz parte desta rotina acompanhar as reuniões do Foro de São Paulo e as iniciativas relacionadas a integração continental (Parlamento, Cúpulas sociais, reuniões de chefes de Estado).

À SRI compete implementar, em comum acordo com os núcleos de petistas no exterior, as campanhas eleitorais do PT no exterior, bem como propor à direção do Partido a política a adotar no caso das eleições em outros países, nas quais brasileiros de dupla nacionalidade podem votar. Compete a SRI, igualmente, propor à direção do PT a tática do Partido nas eleições para organismos internacionais (como o Parlamento do Mercosul).

A SRI, enquanto o PT for escolhido para esta tarefa pelo FSP, será encarregada de manter a secretaria executiva do Foro de São Paulo.

A SRI é composta: a) por dirigente indicado pelo Diretório Nacional; b) por uma equipe de assessoria; c) pelo coletivo de SRI indicados pelas direções estaduais; d) por um coletivo de colaboradores (com reuniões descentralizadas em São Paulo, em Brasília e noutras cidades onde for necessário).

Desde sua criação, a SRI já foi dirigida por: Luís Eduardo Greenhalgh, Francisco Weffort, Marco Aurélio Garcia, Aloizio Mercadante, Paulo Delgado e Paulo Ferreira.

Plano de trabalho 2007-2010

Cabe ao Diretório Nacional elaborar o plano de trabalho da SRI, com base nas resoluções políticas e organizativas do 3º Congresso, observando a evolução da situação internacional.

Dentre as prioridades para o próximo período, o Congresso aponta as seguintes:

1. Mobilização internacional convocada pelo FSM em 26 de janeiro de 2008.

2. Fórum Social Mundial no Pará, em 2009, precedido pelo Fórum Social das Américas, na Guatemala, em outubro de 2008.

3. XIV Encontro do Foro de São Paulo, em 2008, em Montevideú.

4. XV Encontro do Foro de São Paulo, em 2009, em Cidade do México..

5. As eleições que ocorrerão, nos vários países da América Latina e Caribenha, de aqui até 2010. No caso da eleição do Paraguai, devemos dar atenção especial para o debate em torno de Itaipu. No caso da eleição de El Salvador, é fundamental a solidariedade do PT com a Frente Farabundo Martí.

6. A eleição presidencial brasileira de 2010. O debate sobre a política externa do governo Lula terá forte destaque. Cabe à SRI organizar, em 2009, uma conferência de relações internacionais, para aprovar um documento de balanço da política externa.

7. A eleição para o Parlamento do Mercosul.

8. A ampliação das relações com a África.

9. A quinta edição do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul.

Atuação sindical nacional do PT

O PT nasceu das lutas dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura militar, o arrocho salarial, em defesa dos direitos da população mais pobre, exigindo políticas públicas do Estado, e lutando pela construção de outra sociedade, justa e igualitária. Um partido da classe trabalhadora, de combate, de luta.

Sua personalidade fortemente anticapitalista fez do PT a principal força política de esquerda do Brasil, uma das principais da América Latina e uma das referências da esquerda e dos trabalhadores no mundo contemporâneo.

Somos fruto do amadurecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que compreenderam a necessidade de uma organização capaz de operar as transformações no Estado, de maneira a atender às suas demandas, na perspectiva de um projeto alternativo de poder, que pressupunha construir um país soberano, democrático e com justiça social. A construção do partido representou a organização de um novo instrumento de intervenção social e política que, até então, não existia, nos moldes sonhados por aquela militância.

Passados 27 anos, após a eleição de milhares de parlamentares nas três esferas, a conquista de centenas de governos municipais, alguns governos

estaduais e do governo federal, vivemos numa conjuntura doméstica e internacional absolutamente diferente daquela da criação do PT.

A riqueza de origens permitiu ao partido construir um comportamento em relação aos movimentos sociais que significou enorme avanço na compreensão da sua importância estratégica, distanciando-se da forma de agir que os partidos populistas ou da esquerda tradicional sempre tiveram, inaugurando uma nova maneira de relacionamento com a população organizada.

O companheiro Lula é resultado destas lutas e desse acúmulo. Uma liderança política das mais representativas e legitimadas da história republicana que, depois de mais de duas décadas de combate nos movimentos sociais e nos espaços institucionais, chegou (e nós todos chegamos juntos) ao governo central do Brasil. Foi nas lutas que nos forjamos e tornamo-nos alternativa à agenda privatizadora dos governos anteriores, vencendo duas eleições onde a burguesia e sua mídia tudo fizeram para nos derrotar.

Nosso governo enfrenta uma dupla pressão. De um lado as forças conservadoras que tudo fazem para manter a agenda derrotada nas eleições de 2006, e de outro a base social que construiu e elegeu o PT. Embora compreendamos a difícil correlação de forças na nossa sociedade, somos de opinião que, em hipótese alguma, é possível nos submetermos à agenda derrotada e menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados.

Quando nascemos, tínhamos nos operários, trabalhadores rurais e demais trabalhadores organizados, nos estudantes, nos setores médios e no funcionalismo público, nossa base social. A partir do primeiro governo Lula, essa base se ampliou. Hoje somos um partido que é referência para as amplas massas de trabalhadores excluídos e desempregados. Os pobres têm no governo Lula uma expectativa de respostas às suas necessidades e reivindicações, pela sua origem social e pela identidade de classe.

O PT se construiu democraticamente pela base, nos núcleos, no debate democrático. Hoje no governo, o PT não pode perder suas raízes sociais e combativas, pois nos movimentos sociais e na luta do povo estão os alicerces da sustentação e defesa de um governo comprometido com as reivindicações dos trabalhadores. Temos no país um governo em disputa, num terreno em que a luta de classes está viva, e a justificativa da governabilidade (aliança com outras forças para garantir base de apoio parlamentar) não pode servir para descaracterizar nossas propostas e concepções.

Nosso partido, ao chegar ao governo, não pode menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados. Nossos parlamentares e dirigentes não podem esquecer suas origens, pois em sua maioria são oriundos dos movimentos populares ou sindicais e sempre estiveram engajados nas mobilizações dos trabalhadores.

O primeiro mandato de Lula representou um marco na relação do governo federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. O governo reconheceu o papel das entidades sindicais, por meio das quais faz a interlocução com o mundo do trabalho. Ao abrir espaço à participação popular, o nosso governo promoveu a socialização do poder. Esta participação não escamoteou os conflitos, ao contrário, permitiu que eles aflorassem, exigindo do governo mais presteza no atendimento das reivindicações e dos movimentos, grande amadurecimento ao se apropriarem das informações do Estado.

Os avanços que os movimentos sociais obtiveram com o governo Lula não têm paralelo na história, embora a nossa expectativa fosse bem maior. Na área trabalhista, houve uma série de conquistas, como a criação de mais de cinco milhões de empregos formais, a recuperação da renda, a elevação do salário mínimo e uma política de valorização permanente, a correção da tabela do Imposto de Renda, a aprovação do Estatuto do Idoso, a facilitação de crédito para trabalhadores com desconto em folha, que fez aumentar o consumo, e a produção. Tivemos os projetos de acesso ao primeiro emprego, à qualificação profissional e o combate ao trabalho escravo e infantil.

O fato do primeiro mandato de Lula ter sido melhor do que qualquer outro governo que o antecedeu não pode ser usado para esconder que existiram muitas insuficiências e equívocos na sua condução política e administrativa. A criação da Lei de Falências e do Super Simples sem qualquer diálogo com a CUT e a relação conflituosa com o funcionalismo público federal são alguns exemplos de ações e comportamentos políticos do nosso governo que poderiam ter sido melhores.

A nossa sociedade é composta de mais de um lado e nós sabemos, exatamente, de que lado estamos. Sempre que necessário iremos às ruas para barrar ameaças de golpe e garantir a governabilidade. Entretanto, não vamos titubear em também ir às ruas para defender os avanços que julgamos imprescindíveis, neste segundo mandato, e protestar contra medidas que possam causar prejuízos aos trabalhadores.

Consideramos necessário aprofundar a mobilização social, o diálogo com os setores desorganizados e criarmos formas de potencializar suas demandas, de maneira a tensionar o governo para a esquerda, pois, com certeza, outros pressionarão no sentido contrário. Um importante instrumento para isto é a constituição de mecanismos de controle social, com a realização de conferências e constituição de conselhos com caráter deliberativo, independência financeira e maioria de representantes de trabalhadores e usuários, garantidos por lei. O movimento sindical tem papel fundamental nessa ação e os petistas que lá atuam devem contribuir de maneira sistemática e organizada para essa disputa.

Devemos contribuir criticamente com as agendas positivas do nosso governo, somando-nos aos projetos e ações que, de maneira inequívoca beneficiam os trabalhadores e a população mais pobre. O PAC aponta para mudanças significativas, pois possui elementos importantes para contribuir com a superação do conservadorismo econômico, colocando o Estado no papel de indutor do crescimento.

No entanto, a concordância com a concepção geral do PAC não implica concordância com todas as suas medidas integrantes. É necessário debater temas como o endividamento dos estados, o tamanho do superávit primário, a política de concessões ao capital privado e a ausência da cobrança de contrapartidas sociais. Existem, além disso, diversas medidas negativas embutidas no Plano, como a que congela os gastos no serviço público nos próximos dez anos (PLP 01/2007). Não podemos esquecer que o PAC é produto da política de coalizão na qual se apóia o governo Lula e, portanto, é um projeto em disputa por diversos setores sociais com interesses contraditórios.

Relação dos Sindicalistas com o PT e o Governo

Os militantes sindicais petistas sempre defenderam (e continuam defendendo) que um ativista partidário deve atuar nas organizações de classe disputando as propostas mais adequadas para o avanço da categoria, mas compreendendo que estas organizações devem ser independentes do Estado e dos partidos, ter sua dinâmica própria, e não aceitarem ser transformadas em “correias de transmissão” da ação partidária ou estatal.

É consenso, que o partido necessita “ouvir” e estar sempre em contato com as organizações de luta dos trabalhadores, de maneira a não se limitar à ação institucional, que é fundamental, mas insuficiente para garantir a verdadeira participação democrática da população, que se dá por meio do movimento organizado. O movimento sindical, pode ser uma “sementeira”

de militantes, que no processo de crescimento político se tornam lideranças partidárias e da sociedade como um todo, qualificando e ampliando a luta, ocupando espaços no Executivo e no Legislativo, porém mantendo o vínculo e o compromisso com suas bases.

O excesso de autonomia das nossas bancadas e o fato de se nortear pela lógica dos mandatos, em detrimento das demandas do Partido e da sociedade civil organizada, têm causado sérios prejuízos na conquista de direitos, combate às injustiças e na luta por uma sociedade socialista. A relação com o Partido, à medida que conquistamos espaços na institucionalidade, também foi se distanciando. Hoje, nos deparamos com um verdadeiro fosso entre militantes do partido com atuação voltada para a estrutura partidária ou parlamentar e àqueles que optaram por atuar no mundo sindical. Precisamos, com urgência, vencer esse distanciamento e voltarmos a ter uma atuação conjunta, coesa e colaborativa.

A presença de militantes petistas em todas as instâncias da CUT e na direção da maioria dos sindicatos brasileiros é um dos grandes diferenciais do PT. Esta militância plural ajudou o partido a crescer, a ponto de ter se transformado na agremiação política mais importante do país e ter conquistado o governo central. O movimento sindical, sem sombra de dúvidas, é o segmento organizado com maior peso na história do Partido e um dos responsáveis pela capilaridade do partido pelo país afora.

Entendemos que a organização dos setoriais foi uma decisão acertada e resultado do acúmulo coletivo ao longo destes anos todos. É uma das formas da militância atuar no partido de maneira orgânica, qualificada, promovendo a interação que enriquece, tanto o partido, como os movimentos sociais. O PT por outro lado, como partido de massas, tem um papel fundamental na institucionalidade, dando voz e estabelecendo pontes com o movimento social que, em contrapartida, contribuiu para a oxigenação das instâncias partidárias e sua relação mais íntima com a população organizada.

Durante nossas atividades sindicais, nos deparamos com a contradição de defendermos um governo comprometido com os trabalhadores, mas que, por outro lado, não consegue superar rapidamente a enorme dívida social, que o movimento sindical, legitimamente, cobra.

Enfrentamos, também, a instrumentalização que os opositores do governo – à esquerda e à direita – fazem deste conjunto de dificuldades com

objetivos eleitoreiros ou por disputa de suas posições no interior do movimento. É nesse novo quadro político que o petista com atuação no movimento sindical exerce a sua militância e, muitas vezes, se depara com situações de grande conflito.

A experiência acumulada e as posições que historicamente defendemos permitem que, hoje, a nossa atuação se dê a partir de premissas tais como: autonomia dos movimentos frente ao partido e ao governo, compreensão que este governo é uma conquista dos próprios movimentos, certeza que os petistas devem continuar contribuindo para a politização dos movimentos, e a compreensão de que são naturais as críticas ao governo pelo não atendimento de determinadas reivindicações. Apesar disso, a discussão sobre a intervenção dos petistas no movimento sindical não está devidamente consolidada, dando espaço para o voluntarismo, a falta de norte e visão unitária, permitindo divisões ou disputas entre petistas.

A outra face desta mesma moeda é a incorporação pelo partido das demandas sindicais. As teses sobre concepção e prática dos sindicalistas precisam voltar a serem assumidas pelo conjunto do partido, pois são proposituras elaboradas a partir da experiência concreta e do compromisso ideológico de quem milita na área. O partido precisa voltar a assumir e se empenhar em lutas importantes do movimento sindical, como a luta pela alteração da estrutura sindical vigente e pela democratização dos meios de comunicação.

Nossas Prioridades para o Próximo Período Luta pelo Desenvolvimento e distribuição de renda

É importante lutarmos contra os aspectos negativos do Plano de Aceleração do Crescimento e o aprofundamento dos positivos, tais como os projetos referentes à bioenergia - a exemplo do biodiesel e do etanol - intimamente ligados à reforma agrária e à agricultura familiar. O PAC tem diversos aspectos positivos que poderão ser ampliados se as seguintes medidas forem tomadas:

Retirada do PLC 01/2007, mecanismo de limitação das despesas com funcionalismo para cada um dos poderes da União e sua discussão na mesa nacional de negociação permanente;

Fixação de metas de emprego e formalização do trabalho;

Participação das centrais sindicais no comitê gestor para acompanhamento e avaliação dos projetos de investimento;

Instauração de comissões setoriais tripartites para acompanhamento dos projetos de investimento e de concessões de incentivos fiscais;

Estabelecimento de novas regras para o uso do FGTS, com a participação das centrais sindicais no órgão gestor do Fundo de Investimento e garantia de um retorno anual financeiro mínimo para os recursos que serão utilizados pelo Fundo;

Inclusão de metas para as políticas sociais que contribuam para acelerar o crescimento e o emprego;

Desconcentração da posse da terra, mantendo as famílias no campo, via Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, além do fomento de crédito, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas;

Redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salário;

Participação das entidades sindicais, representativas dos trabalhadores na construção civil, no acompanhamento das metas de emprego, na formalização do trabalho e que também garantam que os incentivos concedidos se reflitam, na devida proporção, na queda dos preços de imóveis acabados e de material de construção civil;

Estabelecer uma política creditícia que contemple a participação de todo o sistema bancário no financiamento dos projetos listados no PAC e aqueles dele derivados; que institua mecanismos que obriguem os bancos a reduzirem o *spread* e as tarifas bancárias; que ampliem e estendam o crédito direcionado para empresas geradoras de emprego e, por extensão, renda aos trabalhadores.

Organização Partidária

Reafirmamos a importância estratégica dos setoriais como interlocutores privilegiados do partido junto a esses movimentos e como espaço de elaboração teórica. Valorizar a participação dos sindicalistas e ativistas de outros segmentos na estrutura do partido é dar-lhes instrumentos para contribuir nas decisões.

Para avançarmos na organização do movimento sindical no interior do partido e dos petistas que atuam no movimento sindical pretendemos desenvolver as seguintes ações:

Retomada dos núcleos de base por categorias profissionais, ou por local de trabalho, como maneira de garantir a efetiva participação dos ativistas sindicais de base na vida orgânica do partido e para que este volte a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores;

Fortalecimento das secretarias sindicais estaduais e dos coletivos, cobrando do partido o reconhecimento e a valorização política dos secretários e dos coletivos sindicais;

Busca constante da unidade entre os petistas, em especial nas eleições sindicais (sempre respeitando a autonomia sindical), evitando que militantes do partido participem de chapas que se opõem;

Cobrar o envolvimento de todo o partido, principalmente de suas instâncias de direção, nas eleições sindicais, apoiando as chapas de petistas e contribuindo para a busca da unidade dos militantes partidários no interior do movimento;

Realização de outras conferências nacionais, precedidas de conferências estaduais, de maneira a debatermos com mais frequência no interior do partido os assuntos que dizem respeito ao mundo do trabalho;

Cobrança, das direções partidárias e das bancadas, de uma relação mais próxima dos vereadores, deputados estaduais, federais e senadores com o movimento sindical de maneira a evitar que estes defendam propostas em contradição com as lutas e as demandas do movimento sindical combativo;

Lutar para que os encontros setoriais voltem a eleger delegados, com direito a voz e voto, para os encontros partidários nos níveis municipal, estadual e nacional;

Cobrar das bancadas petistas nas casas legislativas e dos nossos parlamentares com atuação em comissões de trabalho, previdência, orçamento e temas correlatos com o mundo do trabalho que passem a ter uma relação mais próxima e institucional com o Movimento Sindical;

Cobrar das instâncias de direção partidária que orientem os gestores petistas a implementarem mesas de negociação permanente nas três esferas de poder, assim como que as nossas administrações incorporem as propostas da CUT de combate às práticas anti-sindicais.

O que vamos defender no interior do Movimento Sindical

Não podemos, e não queremos, criar uma “camisa de força” para a militância, mas compreendemos que são necessários alguns pontos estratégicos consensuais em torno dos quais a atuação dos petistas se dêem. Esses pontos podem ser tanto bandeiras de luta que nos unifiquem como posições semelhantes dentro da central. Precisamos retomar o orgulho de nos apresentarmos nos movimentos sociais com cara própria, defendendo propostas e contribuindo com o avanço das lutas com nossas experiências. Somos a favor de reformas que ampliem

os direitos dos trabalhadores e a democracia, valorizem o trabalho e promovam distribuição de renda. Em hipótese alguma aceitaremos qualquer redução de direitos, em especial no que diz respeito ao direito de greve e à livre organização sindical. Nesse sentido, nos propomos a lutar por:

Fim do Imposto Sindical, de maneira que a contribuição dos trabalhadores aos seus sindicatos seja resultado da ação da entidade, sua capacidade de organização e negociação e não devido a imposições legais;

Direito irrestrito de negociação e greve, contra o interdito proibitório; combate às práticas anti-sindicais em âmbito federal, estadual, municipal, na iniciativa privada e no Poder Judiciário;

Federalização dos crimes contra sindicalistas e anistia aos trabalhadores, da administração direta, de estatais e da iniciativa privada demitidos por suas atividades sindicais;

Revogação da resolução 9/96, que limita os direitos dos trabalhadores;

Ratificação das convenções 87, 151 e 158 da OIT que tratam da liberdade e autonomia sindical;

Garantia, por lei, de organização nos locais de trabalho;

Contrato Coletivo Nacional, promovendo isonomia salarial e evitando a migração de empresas para regiões menos organizadas, com o objetivo de superexplorar os trabalhadores;

Desenvolvimento de uma política para os trabalhadores informais;

Regulamentação do artigo 40 da Constituição Federal para os trabalhadores em áreas insalubres ou perigosas;

Apoio às greves dos serviços públicos e privados;

Implementação da Convenção 138 da OIT, que estabelece a idade mínima para começar a trabalhar;

Implementação das convenções 29, 100, 111 e 115 que tratam da discriminação racial no trabalho;

A Conferência Sindical Nacional reivindica que os militantes anti-racismo que participarão através das suas entidades do VI ENSAR defendam a construção da Secretaria de Combate ao Racismo na CUT;

Impedimento a qualquer forma de discriminação no trabalho;

Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;

Que os Programas de Demissão Voluntária – PDVs no serviço público ou na iniciativa privada só se efetivem se resultado de acordo com o sindicato da categoria, decidido em assembléia;

Reforçar a campanha do partido pela humanização das relações de trabalho;

Previdência pública universal, com ampliação de direitos e fim do fator previdenciário;

Cobrança dos devedores da Previdência Social;

Apoio às lutas gerais dos aposentados;

Aprovação de uma Reforma Tributária que desonere a produção e as pessoas físicas, cobrando mais de quem tem mais, menos de quem tem renda média e isentando uma quantidade maior de cidadãos que ganham menos, sem que haja redução no recolhimento do FGTS e INSS;

Taxação das grandes fortunas e heranças, encabeçando uma campanha de massas para buscar apoio de outros segmentos sociais, exigindo maior rigor na taxação do capital financeiro e para que a contribuição dos empregadores seja sobre o lucro, aumentando a arrecadação da Previdência, incentivando a formalização das relações de trabalho e a contratação de novos trabalhadores;

Ampliação do Conselho Monetário Nacional – CMN, democratizando as decisões sobre taxa de juros e investimento do País, que, no nosso entendimento, não têm caráter apenas técnico, mas de opções de política econômica;

Por um serviço público de qualidade, combatendo qualquer forma de terceirização e privatização no serviço público (inclusive as Fundações Estatais e Organizações Sociais de Direito Privado);

Combater qualquer outra forma de contratação no serviço público que não seja feita através de concurso público e, na forma do regime jurídico único;

Qualificação e requalificação dos trabalhadores em serviços públicos e contra a retirada de quaisquer direitos;

Reforma política e do Poder Judiciário, combate à corrupção, pela ética e transparência dos poderes executivos, legislativo e judiciário;

Ampla campanha em defesa dos bancos públicos federais, combate à reestruturação do Banco do Brasil;

Suspensão imediata dos leilões de petróleo;

Engajamento na construção do plebiscito pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce;

Valorização da escola pública e da qualidade de ensino, contra qualquer forma de privatização do ensino público, promovendo uma mobilização

nacional envolvendo a sociedade civil organizada, garantindo-lhe espaços de participação e fiscalização;

Consolidação do SUS - Sistema Único de Saúde - com base no fortalecimento dos princípios de unidade, integralidade, equidade e controle social. Contra as formas diretas - e indiretas - de terceirização dos serviços de saúde, inclusive através das chamadas organizações sociais ou fundações estatais;

Construção de mecanismos de participação e controle popular, dos trabalhadores e usuários, de maneira a impedir gestões autoritárias como de algumas super intendências do INSS, DRTs, etc.

Integração dos povos da América Latina, que poderá se dar através do Mercosul, promovendo uma discussão aprofundada para que este se torne um instrumento de integração solidária dos povos, construção de nações soberanas, de melhora das relações de trabalho no continente e defesa do meio ambiente;

Defesa do meio ambiente, saúde dos trabalhadores e da população em geral, vítimas da degradação ambiental;

Pelos direitos humanos, contra a violência policial e a promiscuidade entre as forças de repressão e os interesses de empresas privadas;

Convocação, pela sociedade civil organizada e o governo federal, de uma Conferência sobre a Democratização dos Meios de Comunicação;

Formação de um Conselho da TV pública composto de representantes da sociedade civil organizada e não apenas de "notáveis", como consta na proposta original;

Engajamento na construção e fortalecimento da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais).

Estratégias para Renovação das Lideranças Sindicais do PT

Um dos grandes problemas que enfrentamos entre a militância sindical petista é o envelhecimento das lideranças. Já é grande o número de dirigentes sindicais com mais de 50 anos, aposentados ou em vias de se aposentar. Por outro lado, a entrada de novos militantes tem sido menor do que o necessário para substituir os veteranos.

É urgente para a sobrevivência das nossas propostas políticas – do Movimento Sindical e do PT - a renovação das lideranças. Para tanto, é necessário que sejam desenvolvidas ações coordenadas para aproveitar o potencial dos jovens petistas com atuação no movimento sindical. Assim, devemos

desenvolver as seguintes ações no âmbito do partido e da central:

Criar mecanismos e instâncias de participação efetiva dos jovens nos sindicatos e nas instâncias sindicais superiores, possibilitando que o tema da juventude seja prioritário;

Investimento em atividades culturais e esportivas nos sindicatos;

Oferecimento de cursos e seminários de formação profissional e política, de maneira a qualificar os novos quadros políticos;

Abertura de espaço nas organizações por local de trabalho, na diretoria dos sindicatos e da CUT para os jovens;

Absorção das bandeiras de luta da juventude pelo movimento sindical;

Estreitamento da relação do movimento sindical com as organizações juvenis, tais como a UNE, a UBES, o movimento Hip Hop etc.

Criação (ou fortalecimento) de instâncias específicas nos sindicatos e da CUT, que tratem da questão da juventude;

Investir na formação político-ideológica dos militantes petistas como mecanismo de renovação de mentes e corações.

¹ Trecho elaborado a partir do documento aprovado no último encontro setorial nacional do PT em 2005.

Moções



ABRIR OS ARQUIVOS DA DITADURA, ABOLIR A TORTURA, DEMOCRATIZAR AS FORÇAS ARMADAS

A dificuldade em constituir o Ministério da Defesa vincula-se à incapacidade de tratar corretamente a questão da abertura dos arquivos da Ditadura Militar.

A Ditadura Militar encerrou-se em 1984, mas os governos civis que a sucederam, a começar pela “Nova República” de José Sarney, deixaram intocadas diversas heranças daquele período. Uma dessas heranças é o pesado segredo em que é mantida, ainda hoje, a documentação relativa às ações repressivas realizadas na época pelas forças armadas e pela polícia política - ações que resultaram na prisão, tortura e morte de centenas de brasileiros que faziam oposição à Ditadura.

Já há decisões judiciais ordenando a abertura dos arquivos militares do período, decisões essas desrespeitadas tanto pelo governo quanto pelas Forças Armadas. O governo Lula comprometeu-se a abrir tais arquivos, mas até agora não o fez.

O PT, partido que se forjou no combate à Ditadura, considera que a abertura dos arquivos militares da época é um imperativo histórico, para que a sociedade brasileira conheça tudo que se passou, em toda a sua inteireza. Mais do que uma fundamental questão de justiça, é pressuposto para que nossa sociedade e nosso país tornem-se verdadeiramente democráticos. Trata-se não só de abrir caminho ao direito individual à reparações, garantia constitucional conquistada pela luta popular e democrática, mas também de assegurar que a sociedade brasileira - que derrotou a Ditadura após vinte anos de lutas e resistência - possa escrever, ou reescrever, a história desse terrível período.

Portanto, o PT exorta o governo brasileiro a abrir sem demora e sem quaisquer restrições os arquivos da Ditadura, bem como a revogar imediatamente a MP 228/04, aprovada em 2005 e que institui o “sigilo eterno” de determinados documentos.

O PT considera, ainda, que é preciso banir para sempre de nosso país práticas que a Ditadura institucionalizou como a tortura e a “licença para matar” concedida tacitamente às forças policiais, que, sob o beneplácito de determinados governadores, julgam-se no direito de aplicar a pena de morte, embora esta tenha sido acertadamente proibida pela Constituição Federal.

Da mesma forma, o PT entende ser uma tarefa urgente do governo brasileiro iniciar um processo de democratização das Forças Armadas, que precisam ser transformadas em instituições a serviço da população e da democracia. É inaceitável que alguns generais em postos de comando continuem a fazer manifestações públicas em defesa da Ditadura, ou que as instituições militares possam constranger o regime democrático, colocando-se acima da lei ao desacatar decisões judiciais e administrativas legítimas.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE AOS CARTEIROS É DE IMPORTÂNCIA SOCIAL

A segurança dos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) deve ser assegurada a bem da continuidade da rede de comunicação que cobre todo o país. Desde o ambiente urbano cosmopolita até os mais longínquos rincões do sertão, do cerrado e da floresta amazônica, os carteiros trabalham para que correspondências possam chegar ao destino certo. Mesmo com o avanço das telecomunicações, ainda é grande o número de brasileiros que não têm computador, sequer telefone.

E para entregar as cartas ao destinatário, o carteiro caminha embaixo do sol, sofre com o transporte público e se desgasta enfrentando as condições adversas da topografia das cidades. O número de acidentes envolvendo os profissionais e a grande quantidade de registros de assaltos preocupa a categoria. O projeto 7.362/2006, de autoria do senador Paulo Paim, além de aprovado no Senado Federal, já teve parecer favorável na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal e agora encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O que os trabalhadores da ECT esperam é que o Partido dos Trabalhadores possa apoiar a causa para a votação favorável do documento no Congresso e a sanção, sem modificações, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, corrigindo uma injustiça ocorrida em 1997, quando Projeto seme-

lhante foi vetado pelo Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Como é o Projeto

O documento prevê a alteração do artigo 193 da Constituição das Leis do Trabalho (CLT) para conceder adicional de periculosidade aos carteiros. Na redação atual do projeto, as profissões em permanente contato com inflamáveis ou explosivos são consideradas perigosas. Na nova proposta, as atividades exercidas em condições de risco à integridade física em decorrência da circulação pelas vias públicas para entrega de correspondências e encomendas também serão.

Assinamos (em anexo), esperando a aprovação da presente MOÇÃO DE APOIO e ainda, o empenho dos nossos companheiros Parlamentares e membros da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores pela APROVAÇÃO E SANÇÃO PRESIDENCIAL DO PL – 7.362/2006.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.

MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO AO BANIMENTO DO AMIANTO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Os delegados do III Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores aprovam a Moção *que bane em todo território Nacional o Amianto (asbesto) mineral cancerígeno* que vitimou, até o ano de 2006, mais de 3,5 mil trabalhadores no Brasil em apenas duas fábricas de fibrocimento instaladas no país.

Comprovadamente cancerígeno para os seres humanos a ele expostos tanto ocupacionalmente como ambientalmente, o amianto, sobretudo sua poeira, é um risco ainda para os consumidores, que regra geral não dispõem de informações sobre como manipular ou utilizar telhas, caixas d’água ou autopeças para freios e embreagens, dentre as cerca de 3 mil utilizações industriais do asbesto. A Organização Mundial de Saúde (OMS) sustenta que não há limite seguro de exposição ao amianto.

Em junho de 2006, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) calculou que 100 mil mortes ao ano são causadas pelo asbesto em todo o mundo e afirmou que “a eliminação do uso de todas as formas de amianto e a identificação dos procedimentos de gestão adequados para eliminação do amianto já existente

constituem os meios mais eficazes para proteger os trabalhadores expostos a este material e prevenir as enfermidades e mortes que ele pode causar". O pico das mortes provocadas pelo mineral deve ocorrer em 2030 no Brasil.

Pressionados por movimentos de trabalhadores, de saúde e ambientais, 48 países, incluindo toda a União Européia, Japão, Austrália, Chile, Argentina e Uruguai, baniram o amianto. No Brasil já são quatro os Estados e dezenas os Municípios que por meio de legislação condenaram a utilização do asbesto, segundo registra a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA – www.abrea.org.br).

Diante deste quadro esta Moção recomenda a todos os Parlamentos e parlamentares de todas as esferas e aos Poderes Executivos, prefeitos e governadores, que proponham *Projetos de Leis que proibam o uso do amianto e Campanhas de Esclarecimento dos malefícios à saúde que ele provoca*. E que os Diretórios e Comissões Provisórias do Partido dos Trabalhadores espalhados pelo Brasil leve ao conhecimento de todos os militantes, filiados e simpatizantes informações sobre as doenças e os danos à vida que o mineral provoca tanto aos trabalhadores e como aos usuários de produtos provenientes do mineral.

Recomenda-se que cópia desta Moção seja enviada ao Senado e à Câmara Federal, para que se siga o caminho do Estado de São Paulo, onde foi aprovado por unanimidade, na Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo governo paulista, o Projeto de Lei nº. 12.684, de autoria do deputado estadual Marcos Martins (PT-SP), que proíbe os usos do amianto, mineral também conhecido pelo nome de asbesto, no território paulista.

São Paulo, de setembro de 2007.

III Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores
Marcos Martins
Deputado Estadual – SP

MOÇÃO PELOS DIREITOS DOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Núcleos do PT no Exterior

Os trabalhadores brasileiros que saíram do país em busca de melhores condições de trabalho e vida são mais de 3 milhões. Só em 2006 enviaram ao

Brasil aproximadamente R\$ 15 bilhões de Reais, colocando o país no segundo lugar da América Latina entre os que mais recebem recursos monetários.

Com o agravamento da crise internacional e arrocho das leis de imigração, os trabalhadores brasileiros que vivem no exterior têm perdido a moradia e o emprego, têm sido humilhados, detidos e deportados. Os excessos contra os trabalhadores imigrantes pelo Estado, capitais e pelas máfias são constantes.

Nesse sentido, consideramos fundamentais alguns pontos para a garantia de acesso ao trabalho digno e à cidadania dos brasileiros que estão no exterior:

1) O serviço do Estado brasileiro no exterior não responde em muitos países às exigências atuais. Os Consulados devem atender o conjunto dos brasileiros. O Ministério das Relações Exteriores, deve aparelhar-se e formular políticas para dar proteção aos cidadãos brasileiros que se encontram fora do país.

2) Até hoje o recadastramento eleitoral tem sido realizado de forma muito deficiente. O recadastramento deve ser, na prática, como ocorre no Brasil, de forma constante, respeitando a legislação eleitoral. Os Consulados devem enviar correspondência informando a necessidade de se recadastrar para poder exercer o seu direito de votar. É obrigação do Estado brasileiro informar seus cidadãos das regras definidas para exercer um direito básico de cidadania: o voto.

3) É fundamental que o Estado brasileiro continue dialogando com países de acolhimento de brasileiros, com o objetivo de assegurar o atendimento das necessidades e a cidadania dos trabalhadores imigrantes. O Brasil deve pautar nos acordos internacionais avanços no sentido de legalização e direitos sociais dos imigrantes.

LUTA DOS DIREITOS DOS ÍNDIOS TUPINIQUINS E GUARANIS NO ESPÍRITO SANTO

Os delegados e delegadas presentes no 3º Congresso Nacional do PT aprovam a seguinte Moção Congratulatória com a Luta dos Índios Tupiniquins e Guaranis no Espírito Santo.

Há cerca de quase 40 anos os índios das Tribos Tupiniquins e Guaranis do Espírito Santo lutam pela delimitação, demarcação e o pleno reconhecimento das suas terras localizadas no município de Aracruz no Espírito Santo.

Hoje, pela ação meritória do Governo Lula através do Ministério da Justiça, na pessoa do Ministro Tarso Genro e da direção da FUNAI, por meio da assinatura de 02 (duas) portarias que delimitam os cerca de 19.000 hectares, que legitimamente e constitucionalmente pertencem aos índios guaranis e tupiniquins.

Esta é uma vitória da luta de resistência de nossos irmãos índios, dos indigenistas da Funai, das entidades civis que apoiaram esta árdua conquista.

Ao Governo do Presidente Lula o reconhecimento deste direito, nossos parabéns e congratulações.

Aos índios Guaranis e Tupiniquins nossa solidariedade nesta importante vitória a favor do Direito a Terra de seus ancestrais e que lhes garante a sobrevivência e a manutenção da sua cultura.

As Entidades Civis que apoiaram esta luta, o reconhecimento do PT, de que toda luta vale a pena quando a causa não é pequena.

São Paulo, 02 de setembro de 2007.

3º. Congresso PT

MOÇÃO DE REPÚDIO A JOSÉ SERRA DO PSDB

Os delegados e delegadas reunidos no Terceiro Congresso do Partido dos Trabalhadores expressam por meio deste e seu mais veemente repúdio ao ocorrido na madrugada do dia 28 de agosto de 2007, quando, a Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo, invadiu, a mando do Governador José Serra do PSDB, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, apontando carabinas para os rostos de crianças, mulheres, negros, negras, sem-universidade e alguns estudantes, que numa ocupação pacífica, dentro da agenda da jornada nacional em Defesa da Educação Pública, buscavam denunciar a falta de lugar na USP e na universidade pública brasileira no geral, para o pobre, o negro, a negra, o indígena e a escola pública.

A ação medonha e covarde da tropa de choque sob o comando do governador Serra, expulsou, apavorou, intimidou e fichou na polícia os movimentos sociais. Tudo feito sob o comando em chefe de um homem que saiu do Brasil fugido da ditadura graças às mãos de Madre Cristina e de muitos militantes da democracia brasileira. Isto envergonha o Brasil, rasga sua biografia de ex-presidente da UNE e quebra um código de ética que nem em plena ditadura ocorreu: a invasão pela polícia da sala de estudantes

da Faculdade de Direito da USP no Largo São Francisco. Fato inédito, que causou repulsa inclusive de membros do STF, ex-alunos do direito da USP.

Por isto, nosso clamor pela aprovação desta moção de repúdio. Em defesa da democracia e da manifestação dos movimentos sociais, populares e estudantis em prol da escola pública universal e de qualidade para todos e em todos os níveis. Contra a criminalização em voga do conjunto dos movimentos sociais.

Saudações a quem tem coragem.

Sérgio José Custódio, do Partido dos Trabalhadores e membro da coordenação nacional do MSU, Movimento dos Sem Universidade.

Assinam:

MSU / CMS – Central de Movimentos Populares / DCE Livre da USP / Contraponto / MST / Via Campesina / UNE / Centros Acadêmicos da USP / Movimento Negro Unificado / Mais de 40 entidades que participaram da ocupação.

MOÇÃO DE REPÚDIO A FORMA PRECONCEITUOSA QUE O SR. PAULO ZOTOLLO SE REFERIU AO ESTADO DO PIAUÍ

“... E o povo que sempre dizia sim, começou a dizer não. E o povo disse não! E se fez forte na sua resolução diante da opressão...” (Trecho livremente adaptado do poema “O Operário em Construção, de Vinícius de Moraes”)

Nós delegados (as) de todos os estados brasileiros (secretários de estados, ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, dirigentes, filiados) reunidos durante o 3º. CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES em São Paulo – SP nos dias 31 de agosto a 02 de setembro de 2007 vem à população brasileira expressar nossa solidariedade ao povo piauiense pela forma desrespeitosa, preconceituosa e colonialista com que o Sr. Paulo Zotollo presidente da Philips para a América Latina se posicionou sobre o Piauí durante sua entrevista ao jornal Valor Econômico para justificar sua posição sobre a situação política e econômica que atravessa o país “Vocês não podem achar que o BRASIL é o PIAUÍ, se o Piauí deixar de existir, ninguém vai se dar conta.”.

Essa expressão representa a forma preconceituosa como a elite brasileira vêem os mais pobres no Brasil, revelando sua face discriminatória com o povo piauiense, que viveu durante décadas sobre o domínio colonizador dos pares do Sr. Paulo Zotollo que se enriqueceu sobre a escravidão da classe trabalhadora, do massacre dos povos indígenas, dos negros; marcando o modelo de exploração conservadora, coronelista e oligárquica, que não suporta ver um povo construindo sua auto determinação, rompendo com o modelo escravista-colonizador da elite brasileira.

Um povo determinado, que traz as marcas de uma sociedade excludente muito bem representado na expressão do Sr. Paulo Zotollo. Por isso nós delegados (as) temos a convicção da importância do estado do Piauí e de seu povo na luta pela superação das desigualdades sociais, regionais, econômicas e culturais, que possui um grande potencial. O Piauí é o terceiro maior Estado nordestino, e o décimo Estado brasileiro, respondendo por 2,9% do território nacional. Lá estão os mais antigos sítios arqueológicos do Brasil e da América, considerados entre os mais importantes do mundo, e seu mais rico e maior patrimônio do Piauí – SEU POVO.

Os piauienses com certeza afirmam sua identidade, sua cultura e seus valores em seu hino: *“Piauí terra querida filha do sol e do equador, pertencem-te a nossa vida, nossos sonhos, nosso amor”* que alimentam sonhos de liberdade, e sonhos incomodam a elite representada pelo Sr. Paulo Zotollo que não suporta a idéia de pobre sonhar, de pobre ter acesso à educação, à saúde, à habitação, de ter comida (porque este com certeza nunca passou fome) de ter acesso à água potável, etc. O Sr. Paulo Zotollo ainda se comporta como o grande senhor do Engenho na relação CASA GRANDE – SENZALA. Esquece ele que estamos em pleno século XXI e que esse tipo de comportamento representa uma atitude racista, excludente e reacionária. Porque há um tempo atrás; só a CASA GRANDE podia viajar de avião, fazer curso superior, ter carro, casa própria, ir ao Shopping, ao cinema, ter computador, acesso a internet, etc. Agora vivenciamos uma nova conjuntura conjugada por novos atores e atrizes. Toda a nossa solidariedade ao povo piauiense que em sua delegação reafirma o nosso sonho de liberdade, de igualdade e justiça social. Valores que nos faz todos piauienses e brasileiros.

Delegações internacionais



Mais de 100 delegados de 32 países participaram do 3º Congresso do PT. Representantes de organizações de esquerda de quatro continentes – América, Europa, Ásia e África – marcaram presença, compreendendo os seguintes países: Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Chile, China, Colômbia, Coreia do Norte, Cuba, El Salvador, Espanha, EUA, França, Galícia - Espanha, Haiti, Honduras, Itália, Japão, México, Nicarágua, Palestina, Panamá, Paraguai, Porto Rico, Portugal, República Dominicana, República Saharai, Síria, Suécia, Uruguai, Venezuela, Vietnã.

“Esta participação é resultado do respeito que o PT tem internacionalmente, e traz, continua, forte enriquecimento político, cultural e ideológico para o próprio PT”, avalia o secretário de Relações Internacionais, Valter Pomar.

A Secretaria de Relações Internacionais promoveu sete atividades paralelas. São elas: reunião entre parlamentares internacionais e petistas; reunião de prefeitos e responsáveis pelas relações internacionais de governos locais com seus equivalentes internacionais; além disto, aconteceram exposições sobre a Frente Polisario e Sahara Ocidental, Nicarágua, Cuba e Haiti.

Estiveram presentes representantes de quatro núcleos internacionais do PT – Boston (EUA), Gamaguet (Cuba), Lisboa (Portugal) e Madri (Espanha).

Confira a lista de organizações presentes no 3º Congresso:

Delegações internacionais

Helmut Scholz e Sina Fischer – Die Linke (A Esquerda) – Alemanha

Simone Burger – JUSOS (Juventude no SPD) – Alemanha

Konstantin Woinoff e Niels Annen – Part. Social-Democrata Alemão – Alemanha

Francisca Amélia Ngonga, Joaquim Wanga e Paulo Teixeira Jorge – MPLA – Angola

Adolfo Aguirre Ortman, Andrés Larisgoitia, Fernando Cardozo, Gustavo Rollandi, Hugo

Yasky e Olga Mónica Beresovsky – CTA – Argentina

Edgardo Depetri, Nelson Gonzalez e Oscar Laborde – Frente Transversal – Argentina

Isaac Rudnik – Movimiento Libres del Sur – Argentina

Martín Granovsky e Juan Manuel Romero – TELAM – Argentina

Erwin Saucedo – Mov. Bolivia Libre – Bolívia

Santos Ramirez Valverde, Leonida Zurita – Movimiento al Socialismo – Bolívia

Carlos Moya Ureta – Inst. Lat.-Am. de Altos Estudos Sociais – Chile

Juan Saavedra, Carolina Cabrera e Carolina Cucumides – Part. por la Democracia – Chile

Jaime Gazmuri Mujica, Ricardo Solari Saavedra, Alvaro Díaz, Esteban Silva e Alejandro Santander – Part. Socialista – Chile

Sr. Wang Hua, Sra. Chen Wenxue e Sra. Sun Xi – Part. Comunista – China

River Franklyn Legro – Polo Democrático Alternativo – Colômbia

Pak Hyok e Ri Sung Gil – Part. do Trabalho – Coreia do Norte

Fernando Ramirez, Sergio Cervantes e María Antônia Ramos – Part. Comunista – Cuba

Mauricio Funes – – El Salvador

Roberto Lorenzana e Sigfrido Reyes – FMLN – El Salvador

Elias Romero Gómez – Juventude Farabundo Martí – El Salvador

Maite Mola – Partido Comunista – Espanha

Emilio Menéndez del Valle e Orestes Suárez – PSOE – Espanha

Stanley Gacek – AFL-CIO – EUA

Leo Perez – Part. Democrata – EUA

Carolyn Kazdin – United Steel Workers – EUA

Jacques Fath, Obey Ament e Jean-Pierre Pineau – Part. Comunista – França

Jean-Jacques Kourliandsky – Part. Socialista – França

Ana Miranda – Bloco Nacionalista Galego – Galícia - Espanha

Edmonde Beauzile, Jean Joseph Pierre Louis, Jean Saliba e Levaillant Louis Jeune – FUSION – Haiti

Nelson Ávila – Fuerza Progresista Liberal – Honduras

Giacomo Barbieri e Anna Corossacz – CGIL – Itália

Luciano Vecchi, Silvana Giuffrè e Francesca D’Ulisse – Democratas de Esquerda – Itália

Fabio Amato e José Luiz Del Roio – Part. da Refundação Comunista – Itália

Stefano Fedeli – Part. dos Comunistas Italianos – Itália

Hiraku Sugawara, Kanda Yonezo e Ogata Yasuo – Part. Comunista Japonês – Japão

Mario Vallejo, Salvador Ruiz e Saul Escobar – PRD – México

Pe. Miguel D’Escoto e Manoel Gutierrez Martinez – FSLN – Nicarágua

Mai Kaila – Fatah – Palestina

Mayada Bamie – OLP – Palestina

Nils Castro – PRD – Panamá
Fernando Lugo, Raúl Meza e Victor Hugo Peña – Mov. Tekojoja – Paraguai
Camilo Soares – Part. del Mov. Al Socialismo – Paraguai
Belarmino Balbuena – Part. Convergencia Popular Socialista – Paraguai
Alberto Grillón e Rafael Filizzola – Part. Democrático Progressista – Paraguai
Sonia Cepeda – Mov. Indep. Nac. Hostosiano – Porto Rico
Ilda Figueiredo – GUE/NGL e Part. Comun. Port. – Portugal
Manuel Pichardo e José Oviedo – Part. de la Liberación Dominicana – Rep. Dominicana
Fausto Liz e Rafael Báez Pérez – Part. Revolucionario Dominicano – Rep. Dominicana
Emiliano Gómez – Frente Polisario – Rep. Saharaui
Ali Diab – Embaixador – Síria
Abdalah Al Ahmar, Kutaiba Abou Saada, Mouhdi Dakhil-Allah, Muafak Rachidi, Radwan
Khaiat e Saleh Haidar Hassan – Partido Baath – Síria
Olle Thorell e Martin Sandgren – Part. Social Democrata – Suécia
Celiana Barolin – CNJ-FA – Uruguai
Fernando Sosa – CNJ-FA e UJC – Uruguai
Niko Schvarz – Frente Amplio – Uruguai
Osvaldo Ronqui – Mov. de Participación Popular – Uruguai
Eduardo “Lalo” Fernández – Part. Socialista – Uruguai
Vidal Cisneros – Part. Soc. Unificado – Venezuela
Pham Van Tho e Duong Minh – Part. Comunista – Vietnã
Nguyen Thac Dinh – Embaixador – Vietnã
Pham Ba Uong – Cons. comercial Embaixada – Vietnã

Organizações internacionais

Luis Ayala – Internacional Socialista
Humberto Hernández – COPPPAL
Helmuth Markov – GUE/NGL (Esq. Unida Européia)

Entidades, embaixadas e consulados no Brasil

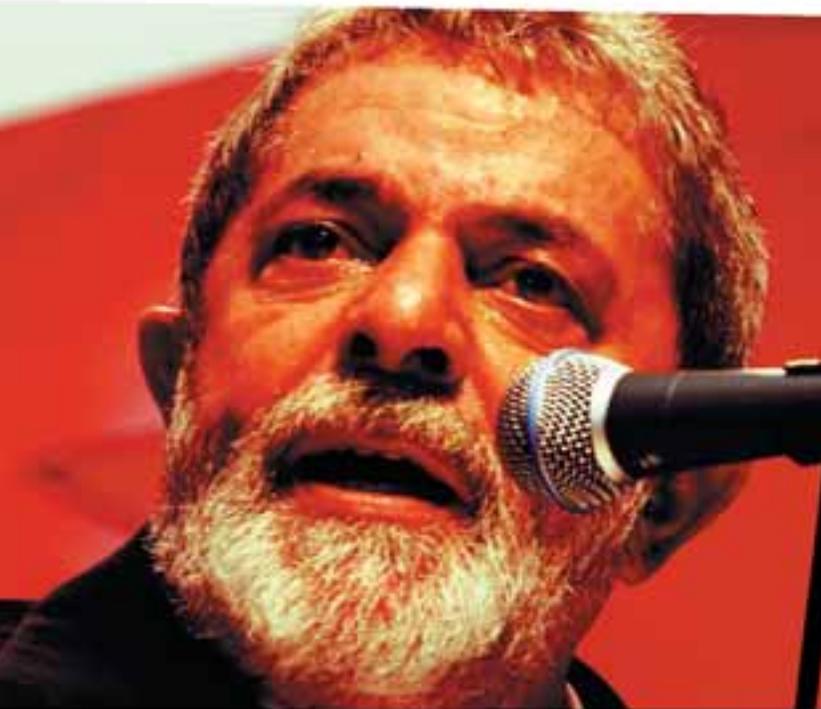
Bernd Weidlich – Embaixador – Alemanha
Eric Amblard – Primeiro Secretário - Embaixada – França
Ulf Svenér – Ministro – Embaixada – Suécia
Reiner Radermacher – Diretor – Friedrich Ebert Stiftung
Kathrin Buhl – Diretora – Instituto Rosa Luxemburgo
Michael A. Moscovici – Cônsul Imprensa e Política – Consulado Geral da Alemanha

Sra. Li Jiaoyun – Cônsul Geral – Consulado Geral da China
Bladimir Martínez – Cônsul I – Consulado Geral da Cuba
Hector Dionísio Perez – Cônsul Geral – Consulado Geral da Rep. Dominicana
Conchita Martinez – Cônsul – Consulado Geral da Rep. Dominicana
Laura Graffe – Cônsul de Segunda – Consulado Geral da Venezuela

Núcleos do PT no exterior

Conceição Cardoso e Jorge Costa – Núcleo do PT em Boston
Akinyele Kayode Ferreira Barbosa – Núcleo do PT em Camaguey - Cuba
Enaile Iadanza, Estevão Cruz, Manoel Andrade, Celso Cordeiro e Ailton Santos – Núcleo
do PT em Lisboa
Estela Viana – Núcleo do PT em Madri

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva
1º de setembro de 2007



**Discurso do presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva,
proferido em 1º de setembro de 2007,
durante 3º Congresso Nacional do PT**

Eu quero cumprimentar o companheiro Ricardo Berzoini, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores,

Quero cumprimentar também os demais membros da direção nacional do PT,

Quero cumprimentar os ministros de Estado aqui presentes: Tarso Genro, da Justiça; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Nelson Hubner, interino de Minas e Energia; Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão; Marta Suplicy, do Turismo; Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Altemir Gregolin, da Aqüicultura e Pesca, e Matilde Ribeiro, de Promoção da Igualdade Racial,

Quero cumprimentar o companheiro Wellington Dias, governador do estado do Piauí. As informações que eu recebi dizem que ele fez um bom pronunciamento ontem, já se colocando para outras viagens,

Quero cumprimentar os senadores aqui presentes e falando o nome da nossa Ideli eu quero cumprimentar os demais senadores e senadoras,

Quero cumprimentar os companheiros deputados federais e deputados estaduais,

Quero cumprimentar os prefeitos e as prefeitas aqui presentes,

Quero cumprimentar os vereadores e vereadoras aqui presentes,

Quero cumprimentar os senhores e senhoras, companheiros e companheiras integrantes da delegação internacional,

Quero cumprimentar as companheiras e companheiros delegados que estão participando deste 3º Congresso do nosso partido,

Quero cumprimentar os embaixadores aqui presentes.

E quero começar dizendo para vocês da alegria de poder me reencontrar com vocês. É sempre muito gratificante poder, de quando em quando, me encontrar com os militantes deste partido, que me fizeram viver momentos de intensa e imensa alegria e emoção.

Antes de começar o meu pronunciamento, eu queria dizer à direção do meu partido, dizer aos militantes e às militantes do nosso partido do gesto que vocês fizeram na crise de 2005, quando o partido convocou o PED e 320 mil militantes foram às urnas dizer aos nossos críticos: “nós estamos mais vivos do que nunca, continuamos mais petistas do que nunca e ganharemos as eleições em 2006.” E foi exatamente isso que aconteceu, porque ninguém pode deixar de se lembrar que os nossos adversários não nos deixarão fazer política impunemente. E, muito mais delicado, no momento em que as coisas no País vão de vento em popa, no momento em que a oposição não tem argumento para políticas sociais, no momento em que a oposição não tem discussão para a política econômica, no momento em que ela não tem como fazer crítica ao crescimento da economia e aos programas que estamos anunciando: Pronaf, PDE, agora o PAC, o programa da Juventude, o programa da Agricultura. É preciso que a gente fique alerta de que eles não vão nos deixar nadar em águas tranquilas o tempo inteiro. É preciso que estejamos preparados para os tsunamis que virão. Eu já fui oposição sem discurso, na campanha de 1994. Eu sei como é ficar desesperado para tentar encontrar a palavra mágica para dizer a coisa que você quer dizer. Portanto, o PT precisa ficar muito atento e cada vez mais combativo, porque é verdade que podemos ter cometido erros, e os erros cometidos estão sendo apurados como precisam ser apurados, mas ninguém, neste País, tem mais autoridade moral e ética e mo-

ral e política do que o nosso partido. Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor. E o PT não pode se acovardar nesse debate. Esse é um debate que nós temos que fazer de cabeça erguida. E na hora em que algum de nós cometer um erro, por mais amigo que seja, ele estará subordinado às mesmas leis, às mesmas regras, que os 190 milhões de habitantes estão submetidos nesse momento.

Portanto, meus companheiros, eu precisava e queria fazer esse alerta, porque os adversários são incansáveis, apesar de alguns já estarem cansados. E o PT precisa aprender uma lição. Os nossos deputados, o presidente da República, os nossos senadores, os nossos vereadores, os nossos prefeitos, os nossos governadores, a gente não pode ficar abalado cada vez que sai uma manchete contra o nosso partido, até porque eles só falam de nós porque sabem que não é fácil a gente, em 27 anos, começar a construir um partido e chegar à Presidência da República como nós chegamos. Não é fácil ganhar as eleições num país desse tamanho e fazer as políticas sociais que estamos fazendo.

Mudando a palavra, antigamente cada centavo que eles davam aos pobres, eles contabilizavam como gasto, e nós, orgulhosamente, quando damos dinheiro ao pobre, falamos que nós estamos investindo na conquista da cidadania e na conquista da democracia. Portanto, meus companheiros e companheiras, como dizíamos em 1980, o Olívio dizia: “boa luta”. E eu digo: para nós, a luta sempre continua. Eu tenho consciência da transformação histórica que estamos fazendo no País e tenho consciência de que muita gente fica incomodada. E nós precisamos estar tranquilos, serenos, sempre de bom humor, ninguém precisa ficar de cara feia para fazer política, porque o resultado do nosso governo será uma marca histórica para a sociedade brasileira, eu não tenho dúvida disso.

O Partido dos Trabalhadores chega a seu 3º Congresso aos 27 anos de uma existência que marcou não só a história social e política do Brasil, como de toda a América Latina. Este é o momento de reafirmar compromissos e refletir sobre desafios. Nosso partido tem uma história intimamente ligada à luta dos trabalhadores e de amplos segmentos de nosso País, por uma sociedade politicamente mais democrática, economicamente mais igualitária e socialmente mais justa.

Somos, antes de mais nada, um partido vitorioso, um partido que governa democraticamente uma das dez maiores economias do mundo; um partido que governa uma das sociedades mais pujantes e criativas do Planeta neste início do século XXI; um partido que em suas quase 3 décadas de existência contribuiu de forma decisiva para o alargamento da cidadania em nosso País, incorporando milhões de homens e mulheres à vida política nacional, o que deu uma qualidade superior à nossa democracia.

Ao governar grandes e pequenas cidades ou estados, criamos verdadeiros laboratórios e boas práticas administrativas, políticas e sociais. O modo petista de governar inovou profundamente as políticas públicas de educação, de saúde, de habitação, de transporte, de cultura. Nenhum outro partido político brasileiro deu tanta importância às questões de gênero e raça e direitos humanos. Somos capazes, igualmente, de combinar a valorização da democracia representativa com a mais ampla e direta participação da sociedade na condução dos governos. Nossos vereadores, deputados estaduais e federais e senadores levaram aos legislativos de todo o País a voz das ruas, dos movimentos sociais. Isso deu um novo sentido à atividade parlamentar. Essa nossa extraordinária trajetória e o esgotamento das alternativas políticas tradicionais nos levaram à Presidência da República em 2002, tarefa que estamos realizando com o apoio de uma ampla coalizão de forças sociais e partidárias.

Nosso 3º Congresso, que se realiza no primeiro ano deste segundo governo, é um momento privilegiado para analisarmos avanços, dificuldades e, sobretudo, perspectivas. Precisamos entender as profundas transformações que estão em curso em nosso País nesses últimos anos. Devemos ser capazes, cada vez mais, de ampliar e consolidar as conquistas populares, e mais fundamental ainda será criar condições para que o País prossiga, depois do nosso governo, no caminho da mudança social, aprofundando a obra que iniciamos em 2003.

Meus queridos companheiros e companheiras,

O Brasil mudou e mudou para melhor. Quando assumimos as responsabilidades de governo, encontramos um país que enfrentava gravíssimos constrangimentos. Não me refiro somente a problemas conjunturais, às ameaças de um novo surto inflacionário, às fragilidades de nossa inserção no mundo, ao

sucateamento do Estado. Os problemas que tínhamos pela frente eram mais graves, eram estruturais. Nosso País estava profundamente vulnerável, face à desordem econômica internacional. Qualquer turbulência lá fora provocava grave crise aqui. Nossa imagem no mundo estava diminuída, nossa economia se encontrava estancada há décadas, o que agravava a situação social de um país marcado pela injustiça, pela desigualdade, pela exclusão. Nossas universidades, a despeito da qualidade de seus cientistas e intelectuais, viviam um momento amargo. As políticas públicas sofriam com o persistente desmonte e privatização do Estado. Multiplicavam-se as demandas de inúmeros segmentos da sociedade, relegados ao mais completo abandono. A auto-estima dos brasileiros se encontrava em seu mais baixo nível, o País sofria o efeito daquilo que o nosso mestre Celso Furtado chamou de construção interrompida.

Nesses quatro anos e meio realizamos, com o apoio da sociedade brasileira, um movimento que nos permitiu reorientar o rumo do nosso País. Domamos a inflação que, de novo, nos ameaçava. Controlamos a ameaça de uma crise cambial, diminuimos lenta, mas seguramente, os elevados juros que inibiram nossa atividade econômica, fortalecemos como nunca nossas exportações, sem prejudicar o mercado interno, ao contrário, ampliando-o. Retomamos o crescimento de forma sustentada e não o fizemos, como pretendem alguns, dando continuidade à política econômica anterior. Ao contrário, fizemos justamente o que não havia sido feito. Se tivéssemos prosseguido naquele caminho recessivo e perdulário, o Brasil certamente teria quebrado. Sem hesitar diante dos necessários sacrifícios, recuperamos a saúde da nossa economia e relocalamos o Brasil nos trilhos. Graças a essas iniciativas, temos hoje um País menos vulnerável internacionalmente, e não estamos mais sob a tutela do FMI e do Clube de Paris.

Eu queria fazer um reparo e pedir para os delegados olharem aqui, nestas paredes. Durante 27 anos, em todos os encontros que nós fazíamos, as faixas mais fortes grudadas nas laterais eram “Fora FMI”. Não tem uma faixa “Fora FMI”, porque o FMI já não está mais aqui. Nossa economia comprovou solidez na recente crise dos mercados financeiros internacionais. Não precisamos despachar ministros a Washington em busca de socorro. Mas o mais importante é que o crescimento que hoje estamos assistindo em nosso País e que é mundialmente reconhecido vem acompanhado de um processo

de distribuição de renda sem precedentes na história do Brasil. Os sinais são muito claros: cresce como nunca o emprego formal, somente em sete meses nós geramos 1 milhão e 200 mil empregos com carteira profissional neste País, mais do que todo o ano passado; aumenta a renda dos trabalhadores, como mostra a duplicação do poder de compra do salário mínimo; mais de 80% dos acordos salariais produzem ganhos superiores à inflação; quintuplicaram os recursos estatais para a agricultura familiar; e o crédito, sobretudo o microcrédito, expandiu de forma exponencial.

O programa Fome Zero, especialmente seu carro-chefe, o Bolsa Família, produziu a mais ampla transferência de renda de que o País tem notícia. Não só ampliou a proteção social de mais de 40 milhões de brasileiras e brasileiros, como dinamizou o consumo. Isso permitiu criar um amplo mercado de massas, que sempre foi um dos objetivos programáticos históricos do nosso partido. Hoje, esse consumo interno é o principal motor do crescimento da nossa economia. Isso desmonta a tese elitista de que nossas políticas sociais, especialmente o Bolsa Família, são medidas assistencialistas ou populistas. Quem assim pensa, nunca passou fome ou conhece a pobreza somente através dos livros. Quem assim fala, não compreende que o Bolsa Família não é um favor, mas um direito do povo pobre deste País de sobreviver dignamente.

O Brasil cresce com equilíbrio macroeconômico mas, sobretudo, com justiça social. Nunca o Brasil viveu um período tão virtuoso, nunca tivemos a combinação de tantos fatores econômicos e sociais favoráveis. A sustentabilidade da nossa política econômica se expressa também na forte expansão dos investimentos produtivos nacionais e estrangeiros. Para colher esses resultados foi necessário iniciar um processo de reconstrução do Estado, reabilitar o planejamento, ter uma perspectiva estratégica de nosso desenvolvimento. Foi necessário, assim, colocar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste, a serviço do desenvolvimento do País sem negligenciar a saúde financeira dessas instituições.

A privatização e a atrofiação do Estado brasileiro impediram o funcionamento de nossas políticas públicas. Contrariamente ao que afirmam os conservadores, faltavam funcionários para as áreas de saúde e educação, (para) fiscalizarem o

desmatamento de nossas florestas ou as condições desumanas de trabalho.

Meus queridos companheiros e companheiras,

A vitória eleitoral de 2006 renovou o nosso mandato e nos deu a missão de impulsionar, ainda com mais vigor, a transformação produtiva e social do País. Daí nasceu o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. São 504 bilhões de reais a serem investidos até 2010 em infra-estrutura logística e social, que produzirão uma revolução em matéria de estradas, portos, aeroportos, transportes, energia, habitação e saneamento básico. Mas o PAC é muito mais do que um rol de obras, ele é a espinha dorsal de um vasto projeto de desenvolvimento nacional ao qual se associam outras importantes iniciativas em curso. Aí se incluem grandes mudanças na área educacional, ampliação do nosso sistema universitário, com a criação de 10 novas universidades federais e 48 novos campi universitários.

Prestem atenção no número que eu vou dar agora, que é motivo de orgulho, meu caro João Felício, para qualquer professor deste País. Em toda a história republicana foram criadas no Brasil, desde 1909, quando Nilo Peçanha fez a primeira, 140 escolas técnicas federais. Em oito anos criaremos 214 novas escolas técnicas e já contratamos, por concurso, 10 mil professores para as universidades federais brasileiras. Prestem atenção: somente o ProUni beneficiará, até o fim do governo, cerca de 1 milhão de jovens das camadas populares, vindos das escolas públicas, com alta porcentagem de negros e índios. Além disso, os elevados investimentos do Fundeb, 10 bilhões de reais até 2010, contribuirão para que, finalmente, tenhamos uma educação pública de qualidade neste País. Essa verdadeira revolução educacional, consolidada no PDE, será decisiva para a ampliação da cidadania e para o aprofundamento da nossa democracia, mas o projeto nacional de desenvolvimento está também integrado pelas ações do Ministério da Saúde, pelo Plano Nacional de Ciência e Tecnologia, pelo Programa Nacional de Segurança, pelo Programa para a Juventude, que anunciaremos nos próximos dias, e por um conjunto articulado de novos programas na área social.

Como vocês vêem, por essas ações e muitas outras que poderiam ser citadas, este governo tem rumo, tem projeto, tem uma visão estratégica do País e, por isso, nós incomodamos tanto. Mas é evidente que essas e outras

iniciativas só serão exitosas se contarem com forte mobilização da sociedade. Para isso a contribuição do nosso partido será fundamental.

Queridos companheiros e companheiras,

Já foi dito que estes oito anos de nosso governo, nossos dois governos, não podem ser um intervalo progressista entre governos conservadores. Disse e reafirmo que passarei a faixa presidencial ao meu sucessor no dia 1º de janeiro de 2011 e lutarei, no entanto, para que o futuro presidente seja alguém identificado com o nosso projeto, capaz de dar continuidade e profundidade à obra que nós iniciamos. O PT e seus aliados têm nomes mas, sobretudo, idéias e legitimidade para ter uma candidatura própria.

Para chegar com força às eleições municipais de 2008 e às eleições gerais de 2010, será necessário que o PT aprofunde o seu debate político, reforce suas relações com os movimentos sociais e apóie de modo cada vez mais criativo o governo. Quando tiverem que fazer críticas, sejam maneirados. Para isso, será importante que o PT se renove como soube fazer ao longo de toda a sua história, que esteja unido, que não sacrifique suas idéias gerais e seu projeto coletivo aos interesses de grupos ou tendências. A democracia interna, uma das maiores conquistas de nosso partido, não pode ser pretexto para uma luta permanente que nos fragilize e se torne incompreensível a toda a sociedade.

Meus queridos companheiros e companheiras,

Há uma profunda mudança social e política em curso no País. A participação social é uma das marcas do nosso governo. Com ela, estamos criando uma nova relação entre estado e sociedade. Basta dizer que mais de 2 milhões de pessoas participaram diretamente desde as reuniões municipais até os encontros sociais de delegados das 42 conferências setoriais que realizamos. Imaginem, 42 conferências, sem falar nos conselhos, ouvidorias e mesa de negociação que construíram boa parte dos nossos maiores avanços sociais.

Hoje, com muita alegria e orgulho, o Palácio do Planalto não recebe apenas os reis, os príncipes, os presidentes, os primeiros-ministros, os ban-

queiros, os empresários. Suas portas foram abertas aos pobres. Hoje ele recebe também e receberá, cada vez mais, os catadores de papel, as trabalhadoras rurais, os quilombolas, os sem-teto, os portadores de deficiência e todos aqueles brasileiros que ainda não tiveram oportunidade de conquistar a sua cidadania. O Palácio do Planalto é a casa desses brasileiros também.

Mas é importante lembrar que o nosso projeto envolve também uma ampla coalizão de partidos necessária para dar governabilidade à nossa ação política e administrativa. Quero aprofundar, dar solidez a essa aliança. O Partido dos Trabalhadores tem um papel fundamental na coalizão. Mais do que pelo número de cargos, seu papel neste governo deve ser avaliado pelo peso que nele tem suas idéias e suas ações políticas. Nosso partido, como não poderia deixar de ser, também enfrenta dificuldades. Devemos reconhecê-las e trabalhar para superá-las, mas sem esquecer que muitas vezes somos mais atacados por nossos méritos do que por nossos defeitos. O partido não pode apequenar-se, o PT não tem do que se envergonhar. Quero dizer aos meus companheiros de partido, em alto e bom som: não tenham medo de ser petistas, de andar com a estrela no peito. Não tenham medo. Podemos afirmar, sem arrogância, que o PT é um dos principais responsáveis pelos passos largos que o Brasil está dando no rumo da dignidade e da justiça.

Essa transformação, mais do que os grandes êxitos econômicos e sociais se traduz, fundamentalmente, em um extraordinário processo de inclusão cidadã. Essa transformação é também percebida pelo mundo. Nossa política externa, ativa e altiva, projetou nosso País no mundo como nunca. Hoje somos respeitados internacionalmente, temos forte presença nas grandes questões mundiais, nas negociações comerciais, nos debates sobre a mudança climática, sobre a reforma da ONU e, muito mais, no combate à pobreza. Fazemos a nossa política externa de cabeça erguida, com soberania, respeitando a todos e exigindo o respeito de todos.

Queremos, para os países irmãos da América do Sul e da América Latina o mesmo que queremos para o Brasil: que sejamos todos economicamente fortes, politicamente democráticos e socialmente justos. Somos solidários com os povos da África e queremos aprofundar nossa parceria estratégica,

ética, econômica e política com aqueles que tiveram um papel fundamental em nossa formação histórica.

Concluo, companheiros e companheiras, reafirmando os compromissos que foram de toda a minha vida e de toda a vida de vocês. Minha trajetória política é inseparável da trajetória política do meu partido. Mudamos? Sim, mudamos, porque a realidade mudou. Mas mudamos sem mudar de lado, mudamos sem transigir um segundo com nossos compromissos fundamentais. Tenho governado para todos os brasileiros, mas reitero que os nossos compromissos fundamentais são e continuarão sendo com os setores mais excluídos da sociedade brasileira. Reitero, igualmente, meu compromisso democrático. Não necessitamos de lições de ninguém a esse respeito, somos filhos da democratização do País, mas, ao mesmo tempo, fomos e somos construtores da democracia brasileira.

Convoco o PT para continuarmos essa caminhada que é tributária da rica história de lutas do povo brasileiro. Somos um partido de vencedores e todas as nossas vitórias foram conquistadas com dedicação de cada militante, de cada homem, de cada mulher, jovem, idoso, negro, índio ou branco, anônimos que sempre doaram o melhor de si para fazer do sonho de um Brasil justo uma realidade. Se tivermos paciência, inteligência política, despreendimento pessoal e a combatividade que nunca nos faltou no passado, seremos capazes de conquistar, junto com o povo brasileiro, muitas outras vitórias.

Meus queridos companheiros e companheiras, companheiros dirigentes do meu partido,

Eu queria que vocês guardassem dois números na cabeça, que ainda não chegaram às minhas mãos, mas que certamente chegarão enquanto eu estiver fazendo a reflexão com vocês aqui. Muito se fala de reforma agrária. Eu queria que os petistas enfrentassem esse debate de cabeça erguida, com a convicção de que na história republicana nunca se fez sequer perto do que nós fizemos. Eu vou dar um exemplo: o Brasil tem 820 mil famílias de sem-terra assentadas. Dessas 820 mil famílias de sem-terra assentadas, 420 mil famílias foram assentadas no nosso governo. Essas 820 mil famílias ocupam uma área de terra de 73 milhões de hectares e, desses 73 milhões de hecta-

res, 35 milhões de hectares foram desapropriados em apenas quatro anos e meio, contra 22 milhões nos oito anos passados. Mais ainda, nunca se legalizou a terra de quilombolas como foi feito neste País, nunca se tratou o negro, a mulher, os índios e as chamadas minorias com o respeito que nós tratamos. Só o pacto que fizemos no Congresso das Mulheres vai permitir colocar 1 bilhão de reais, em quatro anos, para que a gente possa resolver todas as demandas das mulheres neste País.

Mas é muito importante a gente levar em conta que nós continuamos apresentando muitas propostas. No dia 5 nós vamos apresentar o Programa da Juventude. É um programa que visa atingir, até 2010, 4 milhões e 500 mil jovens neste País, na sua grande maioria jovens que já abandonaram a escola, jovens que, às vezes, estão entre a família e o crime ou a marginalidade. E nós temos a obrigação de estender a mão para esses jovens, porque na hora em que a gente estender a mão, vai acontecer o que aconteceu no ProUni. Quando lançamos o ProUni disseram e escreveram que o presidente Lula, que o governo estava nivelando a educação por baixo, que ia reduzir o grau de conhecimento das nossas universidades. Depois de dois anos, o Ministério da Educação fez a avaliação e, em 14 áreas pesquisadas, os melhores alunos, até no curso de Medicina, de Engenharia, de Arquitetura, foram exatamente aqueles que eles disseram que a gente ia nivelar por baixo. Os melhores alunos foram os alunos do ProUni.

Eu me lembro, meus companheiros, que em 2004 o Tarso Genro era ministro da Educação, e eu, pela primeira vez, tive conhecimento de que no Brasil tinha uma Olimpíada da Matemática. No Brasil participavam apenas 270 mil adolescentes das escolas privadas. Na Argentina participavam 1 milhão e pouco adolescentes, e nos Estados Unidos participavam quase 9 milhões. Eu disse ao ministro Tarso: “por que não fazer uma Olimpíada da Matemática com as crianças das escolas públicas?” Houve quem me dissesse: “eles não têm interesse, eles não vão participar”. Abrimos a primeira inscrição em 2005. Pasmem: inscreveram-se 11 milhões de crianças e adolescentes. Dez milhões e 500 mil participaram. O primeiro colocado no Brasil foi um jovem de 16 anos, em cadeira de rodas, cego e surdo. Esse menino foi o primeiro colocado entre 10 milhões e 500 mil adolescentes. Aí resolvemos, meu caro Arlindo Chinaglia, repetir a dose em 2006. Estávamos num ano eleitoral, não

deixaram a gente colocar propaganda na televisão, não deixaram a gente colocar propaganda no rádio, não permitiram que a gente sequer colocasse um cartaz na escola convocando as crianças, porque era ano eleitoral. Entretanto, nós pulamos de 11 milhões, em 2005, para 14 milhões de crianças e adolescentes em 2006. Em 2007 abrimos as inscrições. Inscreveram-se 17 milhões e 300 mil crianças e adolescentes para participar da Olimpíada. Nós, que tínhamos 270 mil, hoje temos 17 milhões. É a maior Olimpíada da Matemática do Planeta, e vamos agora estendê-la para o Português, depois vamos estendê-la para a Física, para a Química porque nós queremos, na verdade, estabelecer a motivação para que as crianças brasileiras vejam na escola uma coisa gostosa e prazerosa de freqüentar, e não uma sala apenas com quatro paredes e um quadro-negro, um professor mal remunerado para, quem sabe, não ensinar tudo aquilo que a criança precisa.

Mais ainda, meus companheiros, não me canso de falar, e é importante os companheiros delegados estrangeiros saberem. Nós criamos, neste País, um programa chamado Luz para Todos, para levar energia elétrica aos mais distantes rincões do País. No estado do Amazonas tem ligação que custa 2 mil e 500 dólares e nós levamos, porque aquele pobre que está lá no sertão da Amazônia tem tanto direito de ter uma luz elétrica como tem o presidente da República, no Palácio da Alvorada. E aí dizem que nós estamos gastando dinheiro. Nós já atendemos 6 milhões de pessoas. O nosso compromisso é atender 12 milhões de pessoas. Agora, a quantidade de cabo que nós já colocamos... Só para vocês terem idéia, nós já colocamos 370 mil quilômetros de cabos, 3 milhões de postes, 400 mil transformadores e, por conta disso, essas pessoas já compraram 480 mil televisores, já compraram geladeiras, já compraram liquidificadores. Eu queria que vocês, que não viveram, vivessem a experiência, porque normalmente os governos só levam energia para uma grande concentração de pessoas porque é mais barato, com um poste só coloca-se luz na casa de muita gente. Às vezes, nós temos que colocar fios, por quilômetros, para levar luz a uma casa, a uma única casa, mas aquele único cidadão que mora naquela única casa tem que ter as mesmas possibilidades que tem o presidente da República do seu país, ele não pode continuar sendo tratado como um cidadão de segunda categoria. E quando a gente acende a luz na casa de uma pessoa que viveu a vida inteira na base da lamparina

ou do candeeiro é como se nós levássemos uma pessoa do século XVIII para o século XXI, numa máquina do tempo.

Eu quero dizer uma coisa para terminar o meu discurso. A minha vontade é não terminar, mas vou terminar dizendo uma coisa para vocês. O que mais me incomoda – e eu quero dizer para vocês que nunca na minha vida eu tive um momento de tanta tranqüilidade como eu estou agora, eu atingi os 62 anos de idade, que completo no dia 27 de outubro, e comecei essa luta com 23 anos – o que mais me incomoda são as incompreensões. O que mais me incomoda é, às vezes, o rebaixamento do nível do debate político sobre as coisas que nós fizemos. Eu lembro que quando nós criamos o Programa Bolsa Família, as manchetes eram que o programa era assistencialista. Eu lembro que quando desonerei o material da construção civil para que milhões de brasileiros e brasileiras pudessem comprar um pouco de material para fazer o famoso “puxadinho” da sua casa, as manchetes eram que eu estava favelizando o País. Eu lembro que cada vez que nós colocamos dinheiro para fazer política social, as pessoas falam: “mas por que não faz estrada? Por que não faz um porto?”. Eu acho que o Brasil precisa de estrada e de porto, precisa de aeroporto, precisa de hidrovia e ferrovia, e nós vamos fazê-las, mas a prioridade é colocar comida na mesa desse povo, porque sem o povo não existirá nação. É muito fácil aqueles que tomam café de manhã, almoçam e jantam todos os dias, que gastam, numa dose de uísque, aquilo que o pobre não consegue colocar na mesa de comida, achem que nós estamos gastando dinheiro com pobre. Eu não estou gastando dinheiro com pobre, eu estou fazendo investimento no ser humano brasileiro, nas nossas crianças, nas nossas mulheres e nos nossos homens.

Companheiros e companheiras,

Estejam certos de uma coisa: estas costas desse pernambucano que, por obra de vocês, governa o País, está muito calejada, mas muito calejada dos preconceitos. Às vezes até o ódio de classe, que eu nunca consegui estampar, como trabalhador, eu vejo gente estampando contra nós. O preconceito contra o PT, o preconceito contra todos os movimentos sociais precisam ser superados, porque o preconceito e a inveja são a pior doença que impregnou a cabeça de determinados seres humanos.

Nunca neste País as empresas ganharam o tanto de dinheiro que estão ganhando, nunca a economia teve a solidez que tem. E eu quero que as empresas continuem ganhando. De vez em quando falam para mim: “Mas os bancos estão ganhando muito”. E eu falo: “que ganhem, porque quando eles perdem o governo faz um Proer, como foi feito, gastando muito mais dinheiro público com eles”. Mas eu quero que os pobres ganhem, eu quero que todos os brasileiros tenham direito à cidadania, que possam ter acesso à cultura, à educação, à saúde, que os adolescentes mais pobres possam sorrir com todos os dentes na boca, que as pessoas possam morar em casas que não sejam favelas, que não morem em palafitas. É querer demais? Não. Não é querer demais. É errado? Não. Errado era o que se fazia antes, que todo o dinheiro era canalizado para meia dúzia e o pobre não tinha acesso a nada, absolutamente nada.

Agora, (dizem que) eu tento jogar os pobres contra a classe média. E eu fico até boquiaberto porque aqui, nesta mesa, está a classe média representada. Aqui, neste plenário, está a classe média representada. E nós, da classe média, recebemos mais do governo do que os pobres do Bolsa Família. Recebo pela educação do meu filho, porque desconto no Imposto de Renda uma parte do que eu pago; recebo pelos planos de saúde. Você, Spis, que como petroleiro deve ter um bom plano de saúde, certamente desconta tudo o que você paga no seu Imposto de Renda. É muito mais do que eu dou para os pobres do Bolsa Família. E as pessoas se incomodam.

Esses dias eu vi um artigo de uma pessoa que dizia: “Esse Lula tem popularidade porque o povo não tem capacidade de reflexão. O povo não tem discernimento para compreender a política”. Seria tão bom se as pessoas que escrevessem isso fossem humildes, colocassem os seus diplomas do lado e fossem frequentar a escola da sabedoria no meio do povo brasileiro, conhecer esse nosso povo. O Brasil seria muito mais justo, muito melhor.

Por isso, meus companheiros e minhas companheiras, quero dizer, meu querido companheiro Ricardo Berzoini, que saio deste Congresso com a alma lavada. Sabendo que alguns companheiros nossos foram indiciados pela Suprema Corte brasileira – e vocês sabem que eu não costumo falar das decisões da Suprema Corte – eu queria que os petistas tivessem em mente

uma coisa: até agora nenhum deles foi inocentado, mas também nenhum deles foi culpado, até agora tem um processo. E somente esses companheiros, nem eu e nem vocês sabemos o que aconteceu. Esses companheiros certamente terão tempo para se defender. Aqueles que for provado que cometeram erros pagarão, porque isso é de uma sociedade democrática. Aqueles que não tiverem cometido nenhum erro, certamente serão absolvidos. O que é importante e o que é sagrado nisso é que numa luta de um partido político, com a tradição do nosso partido político, uma luta não se faz sem dor, sem ferimentos. Nós já perdemos tanta gente, perdemos pessoas que morreram antes do PT para consolidar a democracia brasileira, jovens que um dia levantaram a cabeça para conquistar a democracia neste País, já perdemos velhos revolucionários, como nosso querido Apolônio de Carvalho, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Betinho, Henfil, já perdemos Marighella, já perdemos Margarida Alves, já perdemos tanta gente. O que é importante, companheiros, é que nada que nos aconteça, processados ou não, nada que nos aconteça pode nos esmorecer. A vida é muito curta, nós vivemos, em média, em um país como o Brasil, 70 anos. Nós não temos o direito de nos sentir derrotados qualquer que seja a adversidade que estaremos enfrentando. Mais importante, nenhum petista tem que ter vergonha de defender um companheiro.

Companheiros e companheiras,

O ser humano é feito... Três quartos do nosso corpo são de água, eu diria que 3/4 da nossa vida é emoção, o ser humano é tocado a paixão. E a gente não precisa de companheiro quando as coisas estão boas. Eu sinto isso na Presidência. Quando os ministros fazem uma coisa boa, ninguém me procura, eles vão comemorar, nem me convidam. Mas quando a porca entorta o rabo, eles já pedem uma audiência comigo para o Gilberto Carvalho. É assim, é assim a vida. Criança, quando está com saúde, não liga para a mãe e para o pai, quando está doente, é agarradinha com a mãe e com o pai. Na política nós não precisamos ser mais duros do que nós somos, na política nós não podemos perder a sensibilidade, o companheirismo, porque é exatamente quando a gente está vivendo em momentos difíceis na nossa vida... e eu sei o que eu passei neste País, eu sei quantos sábados e quantos domingos ficávamos eu e a Marisa discutindo o que estava aconte-

cendo neste País, quando vocês fizeram o PED, quando vocês começaram a escrever nos papéis, quando a CUT levantou a cabeça, quando o Movimento dos Sem-Terra se levantou, quando os Sem-Teto se levantaram e começaram a dizer “mexeu com o Lula, mexeu comigo”.

Eu queria terminar, dizendo para vocês: quando eu deixar a Presidência da República, eu voltarei a ser o Lula que sempre fui, quero frequentar os mesmos lugares, não vou fazer curso de pós-graduação em nenhum lugar, não vou fazer estágio em nenhum lugar, eu vou continuar viajando pelo Brasil, vou tentar continuar a única coisa que eu sei e que gosto de fazer. Mas quero fazer isso com a alma limpa, quero fazer isso com muita tranquilidade, sem mágoas, sem ressentimentos. Não darei um palpite sobre quem me suceder, seja para o bem ou para o mal. Agora, eu só posso fazer isso porque durante todos esses anos eu recebi de vocês a solidariedade e recebi de vocês a compreensão. E eu acho que este Partido chegou ao que chegou por isso. Portanto, meus companheiros e companheiras, eu sei que vai ter, em dezembro, a escolha de direção. Eu só queria pedir para vocês: façam a coisa com a maturidade de que não somos um partido que nasceu para ser oposição, nós somos um partido que nasceu para governar o destino desta nação e fazer as transformações que precisa fazer. Por isso, é preciso muito companheirismo, muita amizade e muita solidariedade.

Um grande abraço e que Deus nos abençoe a todos.